

REVISTA TERTÚLIA

Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica

Volume 3 - Número 1 - jan./jun. 2025

ISSN: 2965-7059



FACULDADE DINÂMICA
A Tecnologia faz a Diferença

Tema: EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E EMPODERAMENTO



ISSN: 2965-7059



TERTÚLIA

Revista Científica Multidisciplinar
da Faculdade Dinâmica

TEMA: EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E EMPODERAMENTO

Volume 3 - Número 1 - Jan./Jun. 2025

Santa Terezinha de Goiás
2025



REVISTA TERTÚLIA

v.1 - n.1 - 2024
ISSN: 2965-7059

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Dr. José Xavier Rodovalho - Presidente do Comitê Editorial - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/5381218030762813>

Esp. Angélica Santos da Costa - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/2065481871051550>

Ma. Brandina Fátima Mendonça de Castro Andrade - UEG - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/0883054671611411>

Ma. Edilane Neves - UEG - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/5090663369821648>

Ma. Sueli de Paula Cunha - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/5471475112475104>

CONSELHO CIENTÍFICO

Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos - Presidenta do Comitê Científico - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/2784078586568046>

Dr. Alvinan Magno Lopes Catao - FAMA - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/9639388564724617>

Dr. Clodoaldo Moreira Júnior - UEG - UFG - UNI ANHAGUERA - IAESup

<http://lattes.cnpq.br/7991876385886193>

Dra. Edna Maria de Jesus - IAESup, UNIALFA - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/2527154939418859>

Dr. Elias Pascoal - IAESUP

<http://lattes.cnpq.br/7169685069971679>

Dr. José Xavier Rodovalho - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/5381218030762813>

Dra Vannuzia Leal Peres - FACDIN

<http://lattes.cnpq.br/9655439236866>

Ma. Edilane Neves

**COORDENADORA DOS COMITÊS EDITORIAL E CIENTIFICO DA TERTÚLIA:
REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE DINÂMICA**

ISSN: 2965-7059



TERTÚLIA

Revista Científica Multidisciplinar
da Faculdade Dinâmica

TEMA: EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E EMPODERAMENTO

Volume 3 - Número 1 - Jan./Jun. 2025

Santa Terezinha de Goiás	v. 3	n. 1	p. 156	jan./jun. 2025
--------------------------	------	------	--------	----------------

Copyright © 2025 by Faculdade Dinâmica

ISSN: 2965-7059

Distribuição: gratuita / Periodicidade: semestral

Editoração: Franco Jr. / FGA.Editoração

Endereço para correspondências:

Av. Dona Dita, s/n - Setor Júlio Venâncio

CEP: 76.500-000 - Santa Terezinha - Goiás

Fone: (63) 3339-6004

Solicitação de permuta ou doação: *revistafaculadadedinamica@gmail.com*

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade Dinâmica

TERTÚLIA: Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica - FACDIN / Faculdade Dinâmica - v. 3, n. 1, ago./dez. (2025) - Santa Terezinha de Goiás - GO: FACDIN, 2025.

v.: il.; gravs.; 21 cm.

Semestral

v.3 n.1 (jan./jun. 2025)

ISSN: 2965-7059

I. Educação superior - Periódicos. II. Faculdade Dinâmica. III. FACDIN.

CDU: 378(05)

TERTÚLIA: Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica

Publicação da Faculdade Dinâmica - Santa Terezinha - GO

Todos direitos reservados @ Faculdade Dinâmica

NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS

A **TERTÚLIA: Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica**, é um periódico publicado pela Faculdade DINÂMICA. Recebe contribuições da comunidade científica nacional para publicação de trabalhos, resultantes de estudos teóricos e pesquisas que incidem na produção do conhecimento, podendo ser de autores vinculados ou não à Faculdade DINÂMICA.

1. Entrega dos trabalhos

Os trabalhos devem ser encaminhados em formato Word para Windows, obedecendo ao Template estabelecido pelo Comitê Editorial. Devem ser enviados no **E-mail**: revistafaculdadedinamica@gmail.com

2. Tipos de trabalhos

Serão aceitos os seguintes tipos de trabalhos: Originais; artigos de revisão; artigos de reflexão; entrevistas, relatos de experiência e resenhas.

3. Normas de Publicação

3.1 Notas de rodapé

As notas de rodapé devem ser objetivas, de naturezas substantivas e colocadas no final do texto.

3.2 Resumos e *Abstract*

Os artigos devem ser acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, onde constam objetivos, métodos e principais conclusões, de três a cinco palavras-chave. Não serão aceitos gráficos, tabelas, fotos, imagens e referências no corpo do resumo.

3.3 Normas de padronização

- **NBR 6022** - Informação e documentação Artigo em publicação periódica científica impressa Apresentação;
 - **NBR 6023** - Informação e documentação: elaboração de referências;
 - **NBR 6028** - Resumo (Tipo Informativo);
 - **NBR 10520** - Informação e documentação: citações em documento.
- * **Recomenda** - se as normas mais atualizadas.

3.4 Normas de homogeneidade

- **Palavras estrangeiras** - só itálico sem aspas;
- **Palavras brasileiras usadas em sentido figurado** - itálico com aspas;
- **Números ordinais até nove** - só por extenso; números ordinais de 10 em diante - só o algarismo;
- **Abreviaturas/siglas** - quando da primeira vez, a expressão deve vir por extenso, seguida de hífen e a abreviatura/sigla. A partir de então, só a abreviatura/sigla;
- **Uso de letras maiúsculas ou minúsculas** - uniformizar, pelo menos, a cada artigo;
- **Uso de grifo** - não se grifa espaços;
- **Apresentação de citações literais** - a citação curta deve ser inserida no próprio parágrafo, entre aspas, fonte normal e a citação longa (parágrafo com recuo de 4 cm à esquerda; espaço simples; fonte normal tamanho 11; sem aspas);
- A chamada de autores no texto deverá ser feita pelo sistema AUTOR, data;
- **Tempo verbal** - uniformizar, sempre que possível, mediante o emprego preferencial do tempo presente;
- **Pessoa gramatical** - uniformizar a pessoa, permitindo aos autores o uso da primeira a pessoa do singular; primeira pessoa do plural ou terceira pessoa do singular, sem utilizar as duas formas.

3.5 Formato do texto

- Na primeira página, deve constar título em letras maiúsculas, nome de um ou mais autores, nome e endereço da instituição de origem, incluindo os respectivos endereços eletrônicos;
- Todas as contribuições deverão ser digitadas em fonte Arial 12, com espaço 1,5;
- Margens superior e esquerda de 3 cm; margens inferior e direita de 2,5 cm.

3.6 Os conteúdos expressos nas contribuições publicadas pela *TERTÚLIA: Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica*, são de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores e não expressam obrigatoriamente a opinião do Conselho editorial.

Os trabalhos na área da saúde devem ser encaminhados juntamente com carta de aprovação do Comitê de Ética da instituição onde foi realizada a pesquisa.

3.7 Submissão de trabalhos

Serão aceitos artigos inéditos, em português, inglês ou espanhol. A aceitação ou recusa dos originais apresentados será sempre uma decisão colegiada, tendo como base os pareceres dos leitores avaliadores que poderão ser leitores independentes, permanentes ou convidados do Conselho Editorial e Científico da Revista.

O trabalho submetido será avaliado pelo processo tradicional de avaliação por pares (com no mínimo dois pareceristas, no sistema de anonimato mútuo). O parecer poderá ser feito das seguintes formas:

- Recomendado para publicação;
- Recomendado para publicação com modificações;
- Não recomendado para publicação.

Publicação de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC só pode ser enviado após aprovação pelos órgãos competentes da faculdade, e todos os autores envolvidos devem concordar com a publicação.

3.8 O envio trabalhos à revista sugerem autorização do autor para sua publicação. Não serão pagos direitos autorais.

3.9 Toda a correspondência entre o corpo editorial da revista e os autores será feita via correio eletrônico. O artigo ou trabalho a publicar, deverá ser remetido em formato eletrônico, para os e-mails: *revistafaculdadedinamica@gmail.com* e *edilaneves@yahoo.com.br*

Na mensagem de encaminhamento do trabalho, deve haver uma breve solicitação de publicação, identificação do(s) autor(es) e o tipo de trabalho.

3.10 Eventuais questões não contempladas neste regulamento serão avaliadas pelo Conselho editorial do periódico.

José Xavier Rodovalho

Presidente do Conselho Editorial da Revista Dinâmica

Sonilda Aparecida de Fátima Silva

Presidenta do Conselho Científico da Revista Dinâmica

Edilane Neves

**Coordenadora dos Conselhos Editorial e Científico
da Revista Dinâmica**

Santa Terezinha de Goiás, maio de 2025.

EDITORIAL

Os periódicos científicos são tidos como de grande valor no âmbito acadêmico. Constituem importantes fontes de informações que se caracterizam principalmente pela atualidade dos temas que abordam. São por excelência meio de divulgação do conhecimento científico.

De acordo com PINO (2002) os periódicos científicos por contarem com um conselho consultivo, conferem e preservam um espaço confiável do estado da arte do campo de conhecimento, registrando êxitos, limites e alcances das teorias produzidas, indicando novos indícios e caminhos para a pesquisa. Eles oferecem um âmbito de monitoração preciso e confiável do progresso do conhecimento do qual eles tratam.

As universidades caracterizam-se por serem instrumentos fortes na produção do conhecimento. Tão importante quanto produzir esse conhecimento é também divulgá-lo, proporcionar que diversos públicos tenham acesso ao seu conteúdo.

Segundo a Associação Brasileira de Editores Científicos, (ABEC) o papel das revistas científicas é o de promover a comunicação dos resultados dos trabalhos científicos à comunidade científica e à sociedade; promover a adoção de normas de qualidade na condução da ciência e na sua comunicação; fornecer critérios para avaliação da qualidade da ciência e de instituições; contribuir para consolidar áreas e subáreas de conhecimento; garantir a memória da ciência e a prioridade da autoria através do arquivo das pesquisas científicas.

Levando em conta as premissas citadas a Faculdade DINÂMICA de Santa Terezinha - GO, considerou importante promover a publicação de periódico multidisciplinar e exógeno, que contemple a produção do conhecimento relacionada aos cursos de graduação e pós-graduação, oferecidos pela própria instituição e outras instituições de ensino e pesquisa concomitantemente.

Edilane Neves

Coordenadora dos Conselhos Editorial e Científico da Revista Tertúlia

PREFÁCIO

Esta terceira edição conta com a publicação de artigos submetidos à REVISTA TERTÚLIA pelo sistema de fluxo contínuo do ano de 2025. Este número, mais uma vez, representa a consolidação do reconhecimento do periódico junto à comunidade acadêmico-científica.

Espero que o **NEP - Núcleo de Estudos e Pesquisas da FACDIN - FACULDADE DINÂMICA**, que deu origem a esta Revista Científica, possa contribuir com o fortalecimento da produção científica e autonomia do pensar para os nossos universitários e docentes, abrindo novas fronteiras a estudantes e pesquisadores de outras Instituições, interagindo com o mundo do pensar acadêmico.

Os artigos devem ser submetidos eletronicamente através do endereço: *revistafaculdadedinamica@gmail.com*, os quais serão submetidos à apreciação do Comitê Editorial e após aprovação os autores serão avisados sobre a publicação. Com essas medidas, esperamos que o tempo entre recebimento e publicação de artigos seja consideravelmente reduzido, assegurando a publicação de 2 números por ano, em regime semestral.

A **REVISTA TERTÚLIA é devidamente cadastrada** no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) com ISSN sobre o número: 2965-7059, importante ressaltar que o ISSN é o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada. Esse número se torna único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído.

Em nome do Comitê Editorial da **REVISTA TERTÚLIA**, aproveito para renovar o convite aos pesquisadores que usam das Ciências humanas em seus trabalhos, a seguirem contribuindo com a submissão de artigos para o sucesso deste veículo como um espelho do que você faz enquanto pesquisador(a) em Goiás e no Brasil.

Santa Terezinha de Goiás-GO, maio de 2025.

Prof. Dr. José Xavier Rodovalho
Presidente do Comitê Editorial da REVISTA TERTÚLIA

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores e leitoras!!!

É com bastante satisfação que apresento a vocês a terceira edição da Revista TERTÚLIA: Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica (FACDIN), a qual tem um caráter multidisciplinar, para a promoção de publicação de artigos científicos dos acadêmicos da FACDIN e de pesquisadores brasileiros, sobre comportamento social e político, direito, cultura política e democracia, que embasam seus temas ou hipóteses em enquadramentos teóricos e em dados de pesquisas empíricas, quantitativas, qualitativas ou documentais apresentados de forma a sustentar os resultados e conclusões.

Criada em 2024, é um periódico acadêmico de acesso aberto e gratuito da FACDIN, visando o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da promoção de iniciativas combinadas de ensino, pesquisa e extensão.

Nessa edição temos o artigo **IMPACTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL**: análise das consequências psicológicas da discriminação racial e a importância de políticas públicas inclusivas, escrito por Adriane dos Santos Tristão e sua orientadora Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos que aborda um tema de extrema relevância e urgência social: os profundos reflexos do racismo na saúde mental dos indivíduos. Historicamente enraizado em nossas sociedades, como no Brasil, desde o período colonial, o racismo transcende as esferas social e econômica, deixando marcas indelévels no bem-estar psicológico. As autoras exploram como a vivência da discriminação racial, em suas diversas formas, impacta diretamente a saúde mental, manifestando-se em quadros como estresse crônico, ansiedade, depressão e baixa autoestima. Com base na análise das consequências psicológicas dessa realidade, as autoras destacam a importância de desenvolver e implementar políticas públicas verdadeiramente inclusivas, capazes de reconhecer e mitigar esses danos, promovendo assim a justiça social e ambientes mais saudáveis e livres de discriminação para todos.

O artigo PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: Análise da geração *Screenagers* na educação, de Ana Karina Silva, gira em torno das constantes transformações na educação, impulsionadas, em grande parte, pela crescente integração da tecnologia no cotidiano e no ambiente escolar. Com o surgimento das novas gerações, que já nascem e crescem imersas no universo digital – a quem pode-se chamar de ‘*Screenagers*’ –, o contato com ferramentas tecnológicas acontece muito antes da chegada à escola. Essa familiaridade prévia redefine a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem. O artigo busca investigar justamente as perspectivas que se abrem para a educação tecnológica diante desse cenário, analisando as características e o potencial da geração *Screenager* no contexto educacional. Para isso, foi realizada uma análise aprofundada de diversas fontes bibliográficas que permitiram construir um panorama sobre o tema, buscando ampliar a compreensão sobre como integrar de forma mais eficaz o potencial tecnológico às práticas pedagógicas, considerando as particularidades dos alunos de hoje.

Em um mundo cada vez mais conectado, as redes sociais se tornaram parte integrante do dia a dia. Mas qual o real impacto dessa imersão digital? Essa é a problematização do artigo intitulado IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA AUTOESTIMA, escrito por Ana Paula Santos Rocha Valente e sua orientadora Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos. As autoras exploram a relação complexa entre o uso das redes sociais e a autoestima dos usuários. Analisam como a constante exposição a conteúdos muitas vezes idealizados, o tempo dedicado online, as comparações com corpos e vidas alheias e a busca por validação digital podem influenciar a percepção que as pessoas tem de si mesmos. É notório que os usuários estão conscientes dos padrões de beleza disseminados online e frequentemente selecionam o que postam, buscando aceitação. Essa pesquisa sugere que, para usuários mais vulneráveis, especialmente jovens, as redes sociais podem intensificar sentimentos de inadequação. Diante desse cenário, ressalta-se a urgência de discutir e implementar estratégias, tanto educativas, quanto políticas, que promovam um uso mais consciente e positivo dessas ferramentas digitais, visando proteger o bem-estar psicológico dos indivíduos.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA COMUNIDADE LGBTQIA+ este artigo, escrito por Katia Denise Miranda Evangelista e sua orientadora Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos, desenvolvido na disciplina de Projetos e Pesquisas de Psicologia, da Faculdade Dinâmica, foca nos desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+. Seu objetivo principal é explorar os sentimentos e conflitos vivenciados por essas pessoas em relação à aceitação de sua orientação sexual, tanto em sua jornada pessoal, quanto nas interações com o meio social. O estudo analisou a trajetória histórica da comunidade LGBTQIA+ no Brasil, buscou identificar os sentimentos predominantes em suas vidas, aprofundou essa pesquisa e procurou compreender seu universo por meio da escuta de depoimentos. A metodologia adotada foi qualitativa, combinando revisão de literatura com estudo de caso. Os estudos apontam que, em concordância com pesquisas anteriores, as pessoas LGBTQIA+ são, de fato, afetadas emocionalmente por sua orientação sexual e pelos obstáculos que encontram ao longo da vida.

O próximo artigo traz como tema a **VIOLÊNCIA NAS MÍDIAS INFANTIS**, escrito por Luciana Gomes de Farias Alves, com orientação da Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos, explora como o avanço da tecnologia e a popularização da mídia digital expõe as crianças a conteúdos que podem afetar seu crescimento e bem-estar. A pesquisa investigou quais tipos de violência são mais comuns? como eles influenciam o comportamento e as emoções das crianças?, e qual a percepção de pais e educadores sobre o tema?. O trabalho ancorou-se em estudos anteriores e em teorias relevantes sobre o tema. Os resultados sugerem que, embora não haja um aumento direto e óbvio na agressividade das crianças, a exposição constante à violência na mídia pode torná-las menos sensíveis a ela, fazer com que vejam a agressão como algo normal e até gerar ansiedade. As autoras reforçam a importância de regras mais claras, iniciativas educativas e um acompanhamento mais atento dos pais para garantir que as crianças consumam mídia de forma mais segura e positiva.

O artigo escrito por Robertina Gomes de Carvalho Silva e sua Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos, com o tema: **A ADOLESCÊNCIA E OS PROBLEMAS DE CONDUTA E AGRESSIVIDADE**

NO CONTEXTO ESCOLAR aborda os desafios relacionados a problemas de conduta e agressividade entre adolescentes no ambiente escolar, com o objetivo de investigar o que causa, quais são as consequências e como intervir de forma eficaz nesses comportamentos, uma vez que a adolescência é reconhecida como uma fase de grandes transformações e dificuldades e frequentemente se refletem no comportamento dos jovens na escola. Tais atitudes negativas prejudicam, tanto os próprios adolescentes, quanto o clima escolar, que deveria ser um espaço para o desenvolvimento social e intelectual. Influências familiares e sociais são apontadas como fatores que contribuem para questões como agressividade e falta de respeito nesse contexto. A Psicologia tem um papel fundamental em ajudar a identificar as raízes desses comportamentos e propor intervenções adequadas. As autoras sugerem caminhos, como o suporte emocional e a educação socioemocional, para diminuir a agressividade e melhorar a convivência na escola.

O artigo ENTREVISTA MOTIVACIONAL EM PSICOLOGIA HOSPITALAR: promoção da adesão ao tratamento de autoria de Selmita Aparecida Sanches Barbosa e sua Orientadora Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos trata-se de uma revisão bibliográfica focada no uso da Entrevista Motivacional (EM) na psicologia hospitalar. O objetivo principal foi entender como essa abordagem pode ser empregada de forma eficaz para ajudar pacientes com doenças agudas ou crônicas a seguirem seus tratamentos ambulatoriais. O trabalho também buscou selecionar técnicas específicas da EM que possam promover a mudança de comportamento necessária para a adesão. O estudo apresenta e delimita algumas técnicas da Entrevista Motivacional que podem servir de guia no acompanhamento da adesão dos pacientes e a Entrevista Motivacional é vista como um processo de colaboração entre o paciente e a equipe de saúde. Ela funciona ativando a própria motivação do indivíduo para a mudança de comportamento, sempre respeitando sua autonomia e pode ser uma ferramenta para guiar o tratamento, contribuindo para a qualidade de vida do paciente.

EDUCAÇÃO PROGRESSISTA E A APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE PROJETOS: UM ESTUDO APLICADO AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER este artigo escrito por Soraia

Leopoldino Ferreira de Moura descreve um projeto chamado “Violência Contra a Mulher: Educação para a Conscientização e o Enfrentamento”, realizado com alunos do Ensino Médio. O projeto utilizou uma abordagem pedagógica inovadora, combinando ideias da Educação Progressista (de pensadores como John Dewey e Paulo Freire) com a Aprendizagem Baseada em Projetos. O principal objetivo da iniciativa foi aumentar a sensibilidade dos estudantes sobre as diversas formas de violência dirigidas às mulheres, informá-los sobre seus direitos, especialmente os previstos na Lei Maria da Penha, e incentivá-los a agir ativamente no combate a esse tipo de violência. Ao longo do projeto, os alunos se envolveram em atividades como pesquisa, criação de materiais educativos e participação em ações de conscientização. O artigo, por sua vez, examina como a aplicação dessa metodologia impactou no desenvolvimento dos estudantes, especialmente em seu pensamento crítico, na formação para a cidadania e no aprimoramento de suas habilidades sociais e de comunicação.

Outro artigo também escrito por Soraia Leopoldino Ferreira de Moura aborda o tema MENTE EM JOGO: como o uso excessivo de jogos afeta o psicológico dos adolescentes teve como principal objetivo investigar os efeitos psicológicos negativos associados ao uso excessivo de jogos entre os jovens. A pesquisa buscou identificar problemas como ansiedade, depressão, isolamento social e outros impactos na saúde mental, analisando como eles afetam o desenvolvimento e o comportamento dos adolescentes. Embora a tecnologia ofereça benefícios, o estudo conclui que a exposição exagerada à tecnologia na adolescência pode ser prejudicial e ter sérias implicações para o desenvolvimento emocional dos jovens.

Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos

Presidenta do Comitê Científico da REVISTA TERTÚLIA

SUMÁRIO

- **IMPACTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL: ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS 21**
Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos
Adriane dos Santos Tristao

- **PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: ANÁLISE DA GERAÇÃO SCREENAGERS NA EDUCAÇÃO..... 27**
Ana Karina Silva

- **IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA AUTOESTIMA..... 39**
Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos
Ana Paula Santos Rocha Valente

- **AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA COMUNIDADE LGBTQIA+ 52**
Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos
Autora: Katia Denise Miranda Evangelista

- **PROJETO: VIOLÊNCIA NAS MÍDIAS INFANTIS..... 67**
Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos
Luciana Gomes de Farias Alves

- **A ADOLESCÊNCIA E OS PROBLEMAS DE CONDUTA E AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR 77**
Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos
Robertina Gomes de Carvalho Silva

- **ENTREVISTA MOTIVACIONAL EM PSICOLOGIA HOSPITALAR: PROMOÇÃO DA ADESÃO AO TRATAMENTO 94**
*Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos
Selmita Aparecida Sanches Barbosa*
- **MENTE EM JOGO: COMO O USO EXCESSIVO DE JOGOS AFETA O PSICOLÓGICO DOS ADOLESCENTES 102**
Soraia Leopoldino Ferreira de Moura
- **EDUCAÇÃO PROGRESSISTA E A APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE PROJETOS: UM ESTUDO APLICADO AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 119**
Soraia Leopoldino Ferreira de Moura
- **QUANDO O JOGO VIRA RISCO: OS IMPACTOS DO USO EXCESSIVO DE GAMES NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DOS ADOLESCENTES 139**
Soraia Leopoldino Ferreira de Moura

Artigos

IMPACTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL: ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos¹
Adriane dos Santos Tristao²

Resumo: O racismo é um fenômeno social e histórico que permeia as estruturas políticas, econômicas e culturais de muitas sociedades ao redor do mundo. No Brasil, sua origem remonta ao período colonial, com a escravidão de povos africanos e indígenas, perpetuando-se ao longo dos séculos por meio de discriminações e exclusões raciais. O racismo, além de suas consequências sociais e econômicas, tem impactos profundos sobre a saúde mental dos indivíduos que o vivenciam. A discriminação racial, seja direta ou indireta, afeta o bem-estar emocional e psicológico, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos como estresse, ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social. Este trabalho busca investigar como o racismo impacta a saúde mental, suas manifestações no dia a dia das pessoas, e a importância de políticas públicas que reconheçam e combatam esses efeitos. O tema deste trabalho apresenta de forma clara o objetivo do trabalho, focando tanto nos impactos do racismo sobre a saúde mental quanto na importância de políticas públicas para mitigar esses efeitos e promover justiça social. A escolha do tema se justifica pela relevância e urgência de discutir os efeitos do racismo na saúde mental em uma sociedade marcada por profundas desigualdades raciais. O racismo, além de ser uma questão de injustiça social e exclusão, tem consequências diretas no bem-estar psicológico de milhões de pessoas. Estudos indicam que a exposição contínua à discriminação racial pode desencadear problemas de saúde mental como depressão, ansiedade, e uma sensação de alienação social. No entanto, essa dimensão muitas vezes é negligenciada nas discussões públicas sobre racismo. Ao abordar essa temática, pretende-se

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO/2005) e Doutora em Educação (PUC-GO/2021) e Professora da Faculdade Dinâmica.

² Graduanda em Psicologia da Faculdade Dinâmica FACDIN.

lançar luz sobre a importância de uma abordagem intersetorial que inclua a saúde mental no combate ao racismo, além de evidenciar a necessidade de criar ambientes mais inclusivos e livres de discriminação.

Palavras-chave: Racismo. Negligência. Saúde Mental.

IMPACTS OF RACISM ON MENTAL HEALTH: ANALYSIS OF THE PSYCHOLOGICAL CONSEQUENCES OF RACIAL DISCRIMINATION AND THE IMPORTANCE OF INCLUSIVE PUBLIC POLICIES

Abstract: Racism is a social and historical phenomenon that permeates the political, economic, and cultural structures of many societies around the world. In Brazil, its origins trace back to the colonial period, with the enslavement of African and Indigenous peoples, perpetuating over the centuries through discrimination and racial exclusion. Racism, in addition to its social and economic consequences, has profound impacts on the mental health of individuals who experience it. Racial discrimination, whether direct or indirect, affects emotional and psychological well-being, contributing to the development of disorders such as stress, anxiety, depression, low self-esteem, and social isolation. This work aims to investigate how racism impacts mental health, its manifestations in people's daily lives, and the importance of public policies that recognize and combat these effects. The topic of this work clearly presents its objective, focusing both on the impacts of racism on mental health and the importance of public policies to mitigate these effects and promote social justice. The choice of this theme is justified by the relevance and urgency of discussing the effects of racism on mental health in a society marked by deep racial inequalities. Racism, in addition to being a matter of social injustice and exclusion, has direct consequences on the psychological well-being of millions of people. Studies indicate that continuous exposure to racial discrimination can trigger mental health issues such as depression, anxiety, and a sense of social alienation. However, this dimension is often neglected in public discussions about racism. By addressing this theme, the aim is to shed light on the importance of an intersectoral approach that includes mental health in the fight against racism, as well as to highlight the need to create more inclusive and discrimination-free environments.

Keywords: Racism. Negligence. Mental Health.

INTRODUÇÃO

O racismo é um fenômeno social e histórico que permeia as estruturas políticas, econômicas e culturais de muitas sociedades ao redor do mundo.

No Brasil, sua origem remonta ao período colonial, com a escravidão de povos africanos e indígenas, perpetuando-se ao longo dos séculos por meio de discriminações e exclusões raciais.

O racismo, além de suas consequências sociais e econômicas, tem impactos profundos sobre a saúde mental dos indivíduos que o vivenciam. A discriminação racial, seja direta ou indireta, afeta o bem-estar emocional e psicológico, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos como estresse, ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social.

Este trabalho busca investigar como o racismo impacta a saúde mental, suas manifestações no dia a dia das pessoas, e a importância de políticas públicas que reconheçam e combatam esses efeitos.

1. RACISMO

O racismo é amplamente reconhecido como um fator de estresse crônico que impacta diretamente a saúde mental das pessoas que o vivenciam. A literatura especializada indica que a discriminação racial pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de transtornos psicológicos, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Segundo Williams e Mohammed (2009), o racismo deve ser compreendido não apenas como um fenômeno interpessoal, mas como um fator estrutural e sistêmico que permeia as relações sociais, afetando diretamente o bem estar psicológico dos indivíduos que pertencem a grupos raciais historicamente marginalizados.

De acordo com a teoria do racismo estrutural, elaborada por autores como Silvio Almeida (2019), o racismo está enraizado nas instituições e políticas que mantêm as desigualdades raciais, perpetuando a exclusão social e econômica de indivíduos negros e indígenas. Essas barreiras impactam não apenas o acesso à educação e ao trabalho, mas também à saúde, particularmente à saúde mental. A marginalização econômica e social, combinada com a exposição contínua ao preconceito e à discriminação, cria um ambiente propício para o desenvolvimento de transtornos psicológicos.

Outro aspecto relevante no estudo dos impactos do racismo na saúde mental é o conceito de microagressões, termo cunhado por Sue *et al.* (2007) para descrever pequenas, mas constantes, formas de discriminação que indivíduos de grupos minoritários sofrem no cotidiano. Essas microagressões, muitas vezes sutis ou camufladas, têm um efeito acumulativo que gera estresse e pode levar ao desgaste emocional e psicológico.

Além disso, a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1979) ajuda a compreender como o racismo afeta a autoestima e a construção identitária de indivíduos que são alvos de discriminação. A pertença a um grupo racial estigmatizado pode resultar em internalização de estereótipos negativos, o que prejudica a autoestima e leva a sentimentos de inferioridade. Esses impactos são mais evidentes em sociedades onde o racismo é naturalizado, tornando-se parte do cotidiano dos indivíduos discriminados.

O racismo também influencia o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde mental. Conforme indicado por Telles (2003), a população negra enfrenta maiores barreiras para acessar serviços de saúde, incluindo a saúde mental, devido a preconceitos institucionais e à falta de políticas públicas que abordem as necessidades específicas dessas populações. Estudos de Souza e Santos (2020) apontam que o sistema de saúde brasileiro, embora universal, muitas vezes não está preparado para lidar com as demandas psicológicas relacionadas ao racismo, o que agrava ainda mais os efeitos desse fenômeno na saúde mental das vítimas.

2. METODOLOGIA

Este trabalho utilizará uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com revisão bibliográfica e análise de estudos de caso para compreender as implicações do racismo na saúde mental e os impactos desse fenômeno na vida dos indivíduos.

A revisão bibliográfica será baseada em artigos científicos, livros e teses de fontes confiáveis, focando em publicações dos últimos 10 anos que abordem o tema.

Estudos de caso de pessoas que vivenciam discriminação racial também serão analisados, buscando identificar padrões nas respostas emocionais e nas necessidades de apoio psicológico.

A revisão bibliográfica será baseada em artigos científicos, livros e teses publicados em bases de dados como Scielo, PubMed e Google Acadêmico, focando em publicações dos últimos 10 anos que abordem o tema.

Estudos de caso de pais que vivenciaram o racismo também serão analisados, buscando identificar padrões nas respostas emocionais e nas necessidades de apoio psicológico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo é um problema estrutural que afeta diversas esferas da vida, e seus impactos vão além das questões econômicas e sociais, atingindo diretamente a saúde mental das pessoas. Indivíduos que vivenciam discriminação racial sofrem com o estresse constante, baixa autoestima, e transtornos mentais que podem afetar seu desenvolvimento e bem-estar.

Portanto, é essencial que a sociedade reconheça os efeitos nocivos do racismo na saúde mental e adote medidas que promovam a inclusão e a equidade racial.

Além disso, políticas públicas voltadas para a saúde mental de populações vulneráveis são fundamentais para romper o ciclo de exclusão e marginalização, promovendo o acesso a tratamentos e cuidados que levem em consideração a experiência racializada dos indivíduos. O combate ao racismo deve ser uma prioridade não apenas para a justiça social, mas também para garantir a saúde integral da população.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. (1980). *Attachment and loss*. Vol. 3: Loss: Sadness and depression. New York, NY: Basic Books.

CACCIATORE, J. (2010). Psychological effects of stillbirth. *Seminars in Fetal and Neonatal Medicine*, 15(5), 286-289. <https://doi.org/10.1016/j.siny.2010.05.003>

DYREGROV, A. (2014). Parents' experiences of grief after the loss of an infant. *Journal of Loss and Trauma*, 19(1), 56-69. <https://doi.org/10.1080/15325024.2012.734205>.

WORDEN, J. W. (2009). *Grief counseling and grief therapy: A handbook for the mental health practitioner* (4th ed.). New York, NY: Springer.

PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: ANÁLISE DA GERAÇÃO SCREENAGERS NA EDUCAÇÃO

Ana Karina Silva¹

Resumo: Ao tratar da educação no presente contexto, vimos que esta vem sofrendo alterações constantemente, fruto de mudanças na sua forma de organização e estrutura didático e pedagógica. Por outro lado, essas mudanças são fruto da inserção de novos recursos educacionais, como é o caso das diversas tecnologias aplicadas nessa área do conhecimento. Diante disso, as novas gerações que estão adentrando as instituições escolares, tem um maior acesso aos recursos tecnológicos antes mesmo de chegar na escola, sendo assim, podemos dizer que o contato com uma educação tecnológica, vem facilitando todo o processo de ensino. Neste sentido, o objetivo central desse estudo é realizar uma investigação sobre as perspectivas em educação quando falamos de tecnologias, mas ao mesmo tempo, iremos relacionar essa temática geral com a geração de Screenagers que são pessoas que passaram a ter um maior contato com diversas tecnologias e assim, conseguem manipular objetos tecnológicos em ambientes variados. Para desenvolver esse trabalho, utilizaremos uma metodologia de fonte bibliográfica em que a partir de artigos e obras que explicam o tema, vamos descrever, narrar e interpretar saberes que são fundamentais para que possamos compreender o referido tema. E por fim, como resultados expressaremos algumas perspectivas interessantes que apontam para uma educação tecnológica no século XXI e assim, poder trazer um entendimento amplo no que diz respeito a temática geral desse paper.

Palavras-chave: Perspectivas. Educação tecnológica. Geração screenagers. Escola. Estudantes.

PERSPECTIVES FOR TECHNOLOGICAL EDUCATION: ANALYSIS OF THE SCREENAGERS GENERATION IN EDUCATION

Abstract: When dealing with education in the present context, we have seen that it has been undergoing constant changes, the result of changes in its form of orga-

¹ Possui graduação em licenciatura em química pela Universidade Estadual de Goiás (2005), especialização em ciências da natureza pela Universidade de Brasília (2006) e especialização em docência universitária pela Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba (2006). Licenciatura em Pedagogia Unopar/Anhanguera-2024. E-mail: sanakarina05@gmail.com

nization and didactic and pedagogical structure. On the other hand, these changes are the result of the insertion of new educational resources, as is the case of the various technologies applied in this area of knowledge. Given this, the new generations that are entering the school institutions, have greater access to technological resources even before arriving at school, so we can say that the contact with a technological education, has been facilitating the entire teaching process. In this sense, the central objective of this study is to carry out an investigation on the perspectives in education when we talk about technologies, but at the same time, we will relate this general theme with the generation of Screenagers who are people who have come to have a greater contact with various technologies and thus, can manipulate technological objects in varied environments. To develop this work, we will use a bibliographic source methodology in which from articles and works that explain the theme, we will describe, narrate and interpret knowledge that is fundamental for us to understand the said theme. And finally, as results we will express some interesting perspectives that point to a technological education in the twentieth century and thus be able to bring a broad understanding with regard to the general theme of this paper.

Keywords: Perspectives. Technological education. Generation screenagers. School. Students.

INTRODUÇÃO

Em educação, podemos afirmar que existem diversas possibilidades e perspectivas para professores e alunos realizarem suas atividades, desde simples meios de acesso ao conhecimento, como uma leitura, um bate papo, como formas mais complexas, como pesquisas e investigações mais amplas como é o caso de produção de artigos, papers e outras produções intelectuais que giram em torno do que existe no âmbito de uma instituição de ensino.

Desta maneira, ao estudar a educação tecnológica, essas possibilidades se ampliam ainda mais, pois esta acaba fugindo de uma educação tradicional e conservadora, onde geralmente a imagem e autoridade do professor, coloca este em destaque no processo de ensino e aprendizagem com os seus alunos. Desse modo, a tecnologia ao ser utilizada em educação, traz para o processo educativo, mais recursos didáticos, pedagógicos que levam professores e alunos para outros horizontes em termos de conhecimentos.

São meios de interação que acontecem a partir do uso das novas tecnologias aplicadas em sala de aula, onde metodologias e métodos de ensino inovadores, fazem do processo educativo algo bem mais interessante em termos de acesso ao saber científico. Por isso, ao analisar a educação tecnológica, temos que ter em mente que esta nos mostra caminhos mais amplos e interessantes, principalmente pela sua interatividade e dinamismo em termos de professores e alunos terem acesso a meios digitais, informacionais e de comunicação, que fazem desta um fenômeno mais atrativo para aqueles que integram o ambiente escolar.

As novas gerações, chamadas também de Screenagers passaram a ter acesso a uma maior variedade de produtos e mercadorias que estão ligadas diretamente a tecnologia, pois está presente nos mais variados espaços da sociedade e assim, nesse cotidiano informatizado, as pessoas são obrigadas a fazer o uso, mas também pela necessidade. E assim, todas essas tecnologias passam a integrar as escolas e demais instituições de ensino ao mesmo tempo em que traz um amplo enriquecimento com novos saberes e perspectivas para o campo educacional.

Sendo assim, para pensarmos essas gerações com uma educação tecnológica e construir esse paper, vamos usar uma metodologia de fonte bibliográfica que vai a partir de reflexões teóricas buscar explicar esse objeto e ter uma visão mais sistematizada e organizada do tema e assim, trazer contribuições importantes para a educação e em termos mais específicos para pensarmos uma educação tecnológica.

1. A GERAÇÃO DE SCREENAGERS E A EDUCAÇÃO

Em termos de educação na sociedade contemporânea, esta vem passando por mudanças profundas, na sua forma de gestão, organização, estrutura e principalmente em suas questões ligadas as práticas didáticas dos profissionais que atuam nesta área, mas também em suas questões didáticas, pois muitas ações e recursos utilizados pelo professorado foi sendo modificado e outros surgiram e agora, estes profissionais tem uma maior possibilidade de atuar em sala de aula. Tudo, isso, ou seja, esses recursos enriquecem as relações de ensino e aprendizagem em sala de aula, fato

interessante, onde em outros momentos ou períodos históricos, professores e alunos não tinham acesso a esse conjunto variado de ferramentas didáticas que dinamizavam todo o processo educativo no interior da sala de aula.

Desta maneira, com as novas tecnologias aplicadas em educação, professores e alunos passam a ter condições de realizar seus trabalhos e atividades com maior desenvoltura, pois esses recursos de fato, são auxiliares e que contribuem para o desenvolvimento intelectual do aluno. A tecnologia digital, informacional e da comunicação, ao interagir com o discente, vai poder também orientá-lo a seguir caminhos interessantes, no sentido deste descobrir novos horizontes com seus estudos e pesquisando, formando nesse educando uma maior autonomia e liberdade para criar.

Segundo Alves (2007), temos uma nova geração de pessoas que são nativos digitais, mas também podemos chama-los de Screenagers que estão de fato ligados mais diretamente as tecnologias em que as pessoas têm acesso na sociedade contemporânea. Diante dessa realidade, estamos interconectados com o mundo. É essa sensação que temos ao sermos bombardeados de informações que são veiculadas pelas diferentes mídias impressas, sonoras, televisivas e telemáticas. De forma geral, a comunicação através das redes digitais e, em especial, a internet que, desde as experiências iniciais nos Estados Unidos e na França, vem crescendo vertiginosamente.

É nesse contexto que se forma a geração de Screenagers que são pessoas que tem acesso a um conjunto diversos de ferramentas tecnológicas, digitais, informacionais e da comunicação e que são utilizadas para fins variados no âmbito da sociedade e do cotidiano desses indivíduos. Por isso, ao ter contato direto com essas novas tecnologias, as possibilidades de formação social, escolar e profissional, também se ampliam, então, essas pessoas devem saber aproveitar esses recursos para aperfeiçoar sua formação intelectual e ao mesmo tempo ter uma educação tecnológica capaz de resolver problemas de ordem tanto social, como profissional.

Esse é um dos fatores importantes quando falamos dos Screenagers, pois além do acesso é preciso formar uma consciência para a busca do conhecimento e aliar essas ações a uma formação escolar, tecnológica que visa uma profissão e conseqüentemente que essa possa ser inserida no

mercado de trabalho, já que grande parte das funções e profissões atuais, exigem dos indivíduos o controle e o conhecimento sobre as diversas tecnologias aplicadas em áreas diferentes.

Diante dessa realidade, Alves (2007), aponta que com a emergência das tecnologias digitais e telemáticas, abrindo outros espaços de produção de conhecimentos e saberes e este modelo de formação não atende exigências de um trabalho colaborativo nos ambientes em rede. De fato, na geração Screenagers é preciso mudar toda uma mentalidade que muitas vezes é formada somente a partir de uma concorrência, competição e individualismo e na verdade, ao trabalhar em uma educação tecnológica e digital, é preciso desenvolver uma postura de trabalho e de produção do conhecimento de forma colaborativa, onde todos possam participar e trazer suas contribuições para melhorar o processo educativos.

2. A RELAÇÃO DOS ALUNOS COM O UNIVERSO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES E IMPACTOS

Na verdade, ao pensarmos uma educação tecnológica, digital em que se utiliza recursos informacionais e da comunicação a partir da inteligência artificial, podemos perceber que ocorre um certo impacto na vida dos estudantes, pois muitos destes estavam acostumados com uma escola e uma sala de aula presencial e agora, estão tendo contato mais direto com a formação escolar dentro do uso da tecnologia da informação em uma plataforma que muitas vezes esse não tem contato direto com o professor ou tutor, mas somente em alguns momentos que tem um atendimento presencial.

De outra forma, em grande parte da sua formação escolar o estudante vai ter que realizar seus trabalhos, atividades e tarefas de forma isolada e sozinho, pois nesse modelo de educação sua autonomia e liberdade criativa vai ser estimulada, mas trata-se de um processo que deve ser construído com os professores e tutores, por isso, esses serem importantes durante todo o processo de formação desses alunos. Muitas vezes em educação híbrida, por exemplo, as pessoas acham que os alunos irão fazer as atividades sozinhos e sem o apoio de um professor ou tutor, mas estes irão estar

sendo acompanhados por esses profissionais que estarão à disposição para orientações, sugestões, correções e demais encaminhamentos necessários para o bom desenvolvimento intelectual dos alunos.

Então, toda educação tecnológica, tem uma base de organização didática e pedagógica para atender seus alunos. Sendo assim, estes terão acesso a um conjunto de saberes formais que são parecidos com uma educação presencial, mas também com a tecnologia digital e a inteligência artificial, essa possibilidade aumenta, pois os recursos são maiores, tendo plataformas digitais ou híbridas que facilitam suas atividades e tarefas, bem como bibliotecas digitais de fácil acesso em que pode pesquisar e buscar livros e artigos para leitura, mas também filmes, documentários e outros materiais audiovisuais para que possa ter contato e ampliar cada vez mais a sua formação.

Sendo assim, de fato, inicialmente muitos alunos podem achar o contato com a educação tecnológica e a distância um tanto quanto estranho, mas com o tempo, vão se adaptando e seguindo um ritmo diferente, mas bom e interessante para sua formação escolar. Ao conhecer melhor as plataformas digitais que orientam suas atividades, vai percebendo e ao mesmo tempo gerando uma confiança e segurança para dar continuidade em sua formação escolar ou profissional. Desse modo, tudo isso, vai depender de como esse aluno é acolhido, orientado e direcionado no início do seu curso, isto vai depender dos profissionais que irão atender as demandas desse estudante.

Par Santander (2012), os meios de comunicação e as tecnologias da informação e a comunicação) contribuíram para que as pessoas se integrem mais no mundo e sintam que pertencem a uma comunidade sem fronteiras. O sentimento de identidade já não se explica mais só pela nacionalidade, mas também pela pertinência a comunidades virtuais, e estando em permanente conexão, às vezes numa superficial comunicação, convocam indivíduos transnacionalizados culturalmente.

São essas ideias que todos que integram e estabelecem relações sociais nesse modelo de ensino, mas em uma educação tecnológica, sabemos que os impactos de aceitação ou resistência acontecem geralmente no início do curso, mas que posteriormente os estudantes vão se adaptando e as ativi-

dades começam a se desenvolver com maior normalidade e estes passam a estabelecer relações de forma mais harmônica com as próprias ferramentas que manipulam e constroem conhecimentos no seu cotidiano escolar.

Essas conexões e relações virtuais vão além da sala de aula, pois milhares de pessoas também se comunicam de forma virtual com outras pessoas sem todo o mundo, por isso, afirmamos que as novas tecnologias aproximam tanto produtos e mercadorias como pessoas, que passam mesmo em sociedades e mundos distantes e diferentes, conseguem se comunicar. Então, quando falamos em educação tecnológica, esta possibilita um conjunto variado de ações, de conhecimentos e interações que geram para os indivíduos novos hábitos, novas mentalidades e comportamentos em termos de atuar em uma área profissional, escolar ou social.

3. A GERAÇÃO DIGITAL E SEU PERCURSO ESCOLAR

De forma geral, podemos dizer que as novas gerações tendem a ter acesso com maior facilidade aos recursos tecnológicos e informacionais, pois nos últimos 20 anos na sociedade contemporânea, as tecnologias deram um grande salto em termos de seu desenvolvimento e popularização, isto quer dizer, que hoje o contato e acesso se tornou bem mais fácil que há duas ou três décadas atrás.

Sendo assim, as novas gerações podem ser consideradas digitais, pois já tem contato direto com as novas tecnologias. Estas novas gerações de crianças e jovens conhecem a tecnologia no espaço doméstico, familiar e em outros lugares da sociedade, onde a tecnologia integra o seu cotidiano desde que nascem e já começam a manipular alguma máquina ou objeto que usa tecnologia. Por isso, trata-se de algo que estimula que as pessoas façam o seu uso de forma cotidiana para resolver problemas de ordem social.

Sendo assim, na concepção de Santander (2012), existem uma variedade de termos e conceitos para definir as gerações jovens na sociedade contemporânea, onde a Geração Digital, Geração @, Nativos digitais Net-generation, Geração interativa, Internet Generation (Geração I), Geração Z ou Byte são termos usados para designar os jovens que cresceram com

os novos meios e que os utilizam para se comunicar, se formar e também para seu lazer.

Eles representam o setor da população que conseguiu um saber superior se comparados com seus pais no uso das novas telas, o que os levou a entender esta forma de cibercomunicação como uma oportunidade e uma forma de vida. De fato, o acesso a essas informações podem ser um fator positivo para a formação social e escolar dessas crianças e jovens, pois muitos outros indivíduos não tiveram acesso a essas informações quando eram jovens. Sendo assim, essas novas gerações já são ou tem uma educação tecnológica desde cedo, agora, o que a escola tem que fazer é ir aperfeiçoando essas práticas sociais e educacionais para que essas crianças e jovens não percam a oportunidade de produzir conhecimento nesses ambientes virtuais.

Por outro lado, muitos desses jovens se não tiverem orientações para desenvolverem suas atividades escolares, irão usar as tecnologias, como (celulares e computadores) somente para fins de diversão e distração, deixando de lado a sua formação escolar e intelectual. De fato, esse pode ser um grave problema a ser enfrentado pela escola e seus profissionais, pois nós sabemos que o uso da tecnológica é contraditório, sendo utilizada tanto para fins de produção de conhecimento, como meramente para formas divertidas de acesso.

Na sociedade atual é possível que crianças e jovens possam ter uma educação tecnológica tanto em casa, como em escolas, pois o acesso atualmente é facilitado, agora, é saber orientar essas pessoas para que busquem o tempo todo desenvolver uma mentalidade consciente para se desenvolver intelectualmente. Neste sentido, a família, a escola e demais instituições devem cumprir um papel importante na formação destas crianças e jovens que de fato, necessitam de uma formação tecnológica coerente e correta, de acordo com as demandas da sociedade.

Hoje, ao ter contato com uma escola, desde muito cedo, os alunos terão contato com algum tipo de tecnologia educacional, como computadores, tablets, celulares e demais ferramentas que são utilizadas tanto na sociedade, como também as que são e foram adaptadas ao processo educativo em sala de aula. Então, as atividades escolares neste caso, ficaram e

ficam mais interessantes para os estudantes, pois com a tecnologia, esses podem interferir diretamente no processo pedagógico e ao mesmo tempo produzir conhecimentos que são favoráveis ao seu desenvolvimento escolar e intelectual. Desse modo, na sociedade contemporânea o processo de ensino se torna mais dinâmico e atrativo para os estudantes, pois a tecnologia através dos seus mais variados recursos e utilizados de forma correta em sala de aula irão gerar um novo tipo de interesse para essa geração que vem sendo socializada no contexto de uma sociedade digital.

4. DESAFIOS PARA PROFESSORES E ESCOLAS

Nesta perspectiva de entender a geração de Screenagers na educação, podemos perceber como estes vem se manifestando tanto em termos de sociedade, como também em sua educação formal nas escolas. Estes já chegam na escola com uma formação e informações prévias que podem ser um ponto positivo para dar continuidade em sua formação escolar.

Mas, diante dessa realidade, o professorado tem vários desafios para atender esses alunos em uma escola, tanto de ensino presencial ou de ensino híbrido, pois ao usar uma tecnologia para socializar uma informação ou até mesmo para fins de diversão, é algo muito distinto do contato com a tecnologia para fins de uma formação escolar.

Nesse sentido, temos desafios amplos para os professores e sala de aula. Neste caso, orientações, sugestões e encaminhamentos explicando as questões que envolvem a educação tecnológica, são fundamentais para que os alunos dessa geração possam não somente entender, mas agir para desenvolver com certa qualidade suas atividades e tarefas que dizem respeito diretamente a sua formação escolar.

Ao tratar dessas questões, podemos citar Canclini (2008), que nos mostra apontamentos interessantes, pois pode-se tomar como exemplo o atual modo de ler e comunicar, contrariamente ao que se divulga, não se lê tão pouco, nem menos que no passado, mas, como manifesta não basta promover a leitura: é necessário ensinar a ler. Não basta promover a leitura no papel; devemos todos aprender a ler nos diferentes suportes, alternando as possibilidades de ser, leitores, espectadores e internautas.

E de fato, cabe ao professor saber orientar seus alunos no sentido da leitura de uma educação tecnológica, pois não se trata meramente de manipular a ferramenta, mas sim, saber para que esta serve na sua formação escolar e assim, conseguir se desenvolver em termos educacionais. No âmbito da tecnologia, o professor vai ensinar o aluno a ler de outro modo, de forma digital em que opera uma ferramenta tecnológica, digital e a partir destas vai abrir um mundo de saberes voltadas para o aprendizado interativo mesmo fora da sala de aula.

Santander (2012), nos orienta ainda que, é verdade que graças à tecnologia contaremos com informação imediata, mas o modo como utilizarmos esses recursos e a forma como filtrarmos a imensa quantidade de dados para encontrar o que necessitamos, dependerá de nós. Para tal haverá que formar em novas competências, não só tecnologias, mas também relacionadas com as formas de interação para a cidadania digital ou comportamento cívico na rede.

Todos esses são mais desafios enfrentados tanto pelas instituições de ensino, bem como pelos seus professores, que tem que lidar com isso cotidianamente, em que muitos alunos chegam até a sala de aula com certos vícios tecnológicos, pois muitos só se interessam em brincar e se divertir, então, é preciso mudar a mentalidade.

Muitas vezes em sala de aula na minha própria experiência, percebo que alguns alunos gostam da tecnologia em sala de aula, mas não na perspectiva de fazer o uso desta para fins de aprendizado e desenvolvimento intelectual, mas sim, estes acabam confundindo essa prática como uma mera forma de brincadeira, mas obviamente que gosto de fazer o uso do lúdico para fins didáticos e fazer com que esses alunos possam aprender fazendo a utilização de ferramentas tecnológicas, digitais e da comunicação, pois sei que no contexto da sociedade, estas são fundamentais para possibilitar um aprendizado mais sólido e que estes também tenham uma formação tecnológica coerente com a sua realidade.

No ponto de vista de Okada (2003), existem vários desafios para os professores desenvolverem suas atividades em sala de aula em ambientes virtuais e que utilizam as tecnologias digitais, da informação e da comunicação, pois segundo essa autora, é preciso trabalhar as práticas colabora-

tivas e de cooperação para que os alunos possam formar uma consciência correta da realidade em que estão inseridos e ai sim, poderem trabalhar de forma coletiva, onde um ajuda diretamente o outro no sentido de coletivamente construir conhecimentos em uma sala de aula ou em um ambiente virtual de aprendizagem. Diante dessa realidade os professores atuam no sentido de não somente perceber como desenvolver suas atividades, mas ir mudando o comportamento e mentalidade dos alunos, onde em um ambiente de educação a distância a consciência a ser formada é coletiva e não simplesmente individual para atingir seus propósitos pessoais. Ao trabalhar coletivamente, todos inseridos nesse processo irão ganhar em termos de aprendizado, socialização, integração e desenvolvimento tecnológico, é por isso que os professores têm um papel importante em todas as fases do processo educacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção desse estudo, mesmo que de forma breve, foi possível perceber um conjunto de coisas e ações que envolvem a educação tecnológica e suas diversas perspectivas, desde apontamentos simples até os mais complexos que trazem bons frutos e contribuições para a formação dos alunos em termos de uma educação tecnológica, pois esta é fundamental na fase em que se encontra o desenvolvimento de nossa sociedade.

Isto quer dizer que todos nós precisamos de uma formação escolar tecnológica e que possa estar voltada para ampliar e aperfeiçoar saberes. Por outro lado, aqueles que já nasceram na geração dos Screenagers, precisam além do contato direto em que já possuem com a tecnologia, ao longo de suas vidas e formação escolar, ter uma formação tecnológica que visa uma educação com qualidade para que estes se desenvolvam intelectualmente, pois o acesso estes já tem muitos antes de chegar na escola.

Por fim, cabe ao professorado saber direcionar atividades para atingir determinados objetivos com essa geração chamada Screenagers, pois sabemos que esta tem muito a contribuir com a sociedade em termos de conhecimentos, saberes e a aplicabilidade desses para resolver problemas

de ordem social, econômica, tecnológica e ao mesmo tempo colocar em prática esses conhecimentos em termos profissionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. (2007). *Nativos digitais: Games, comunidades e aprendizagens*. São Paulo.

CANCLINI, G. N. (2008). Consumo, acesso e sociabilidade. *Revista do PPGCOM-ESPM*, São Paulo, v. 6, n. 16.

OKADA, A. (2003). *Desafio para EAD: Como fazer emergir a colaboração e cooperação em ambientes virtuais de aprendizagem?* Rio de Janeiro, Editora Loyola.

SANTANDER, A. C. (2012). A ciberconvivência dos “Screenagers”. Rio de Janeiro, *Revista Meta Avaliação*, vol. 04, n. 12, set/dez.

IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA AUTOESTIMA

Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos¹
Ana Paula Santos Rocha Valente²

Resumo: O presente estudo analisa o impacto das redes sociais na autoestima dos usuários, considerando os efeitos da exposição a conteúdos idealizados. Com base em questionários aplicados a 29 participantes, observou-se que o tempo de uso, padrões de comparação corporal e busca por validação digital estão associados a variações na autoestima. Entre os participantes, 17,2% apresentaram baixa autoestima, enquanto 31% relataram realizar comparações corporais. A maioria reconhece a influência de padrões de beleza e escolhe cuidadosamente o conteúdo a ser postado, evidenciando a busca por aceitação social. Os dados sugerem que redes sociais podem agravar sentimentos de inadequação em usuários vulneráveis, especialmente adolescentes e jovens adultos. A pesquisa destaca a necessidade de estratégias educativas e políticas para promover o uso saudável dessas plataformas.

Palavras-chave: Autoestima. Redes sociais. Comparação social. Padrões de beleza. Validação digital. Saúde mental.

IMPACT OF SOCIAL MEDIA ON SELF-ESTEEM

Abstract: This study examines the impact of social media on users' self-esteem, focusing on the effects of exposure to idealized content. Based on questionnaires conducted with 29 participants, findings indicate that usage patterns, body comparison, and the pursuit of digital validation are linked to self-esteem variations. Among participants, 17.2% reported low self-esteem, while 31% engaged in body comparisons. Most respondents acknowledge the influence of beauty standards and carefully select content to post, highlighting the pursuit of social acceptance. The data suggest that social media can exacerbate feelings of inadequacy among vulnerable users, particularly adolescents and young adults. The study under-

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO/2005) e Doutora em Educação (PUC-GO/2021) e Professora da Faculdade Dinâmica.

² Graduanda em Psicologia pela FACDIN - Faculdade Dinâmica de Santa Terezinha de Goiás.

scores the need for educational strategies and policies to promote healthier platform usage.

Keywords: Self-esteem. Social media. Social comparison. Beauty standards. Digital validation. Mental health.

INTRODUÇÃO

A introdução apresenta o contexto do problema e sua relevância para a sociedade contemporânea. Nos últimos anos, a ascensão das redes sociais como Facebook, Instagram, TikTok e outras plataformas tem transformado significativamente a forma como os indivíduos se comunicam, interagem e se apresentam ao mundo. Essas plataformas tornaram-se uma parte integral do cotidiano, especialmente entre jovens e adultos, moldando não apenas as interações sociais, mas também influenciando a forma como as pessoas percebem a si mesmas e os outros.

Com a crescente popularidade das redes sociais, emergiram debates sobre seus efeitos potenciais no bem-estar psicológico. Entre as áreas mais discutidas está a autoestima, que é o julgamento subjetivo que uma pessoa faz sobre si mesma. A exposição constante a imagens, vídeos e postagens idealizadas, frequentemente filtradas e editadas para mostrar apenas aspectos positivos e glamourosos da vida de outras pessoas, pode criar um ambiente de comparação social incessante. Esse fenômeno é ainda mais acentuado pela natureza visual das plataformas, que favorecem conteúdos esteticamente agradáveis e, muitas vezes, distantes da realidade cotidiana.

As comparações, muitas vezes inconscientes, podem gerar sentimentos de inadequação, inveja e frustração, especialmente entre aqueles que já possuem uma autoestima mais vulnerável. Para essas pessoas, o uso excessivo das redes sociais pode agravar sentimentos de inferioridade, reforçando a crença de que suas vidas não correspondem aos padrões idealizados que veem online. Isso é particularmente preocupante em grupos de jovens adolescentes, que estão em fases de construção de identidade, mas também afeta adultos e até idosos, que podem sentir pressão para atender a expectativas irreais de beleza, sucesso e felicidade.

Além disso, estudos recentes indicam que a forma como as pessoas interagem com o conteúdo nas redes sociais pode ser um fator determinante nos efeitos sobre a autoestima. Enquanto algumas pessoas utilizam as redes de maneira passiva, apenas observando a vida dos outros, outras interagem ativamente, buscando validação por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos. A busca por aprovação social pode levar a uma dependência das interações digitais para a formação de um senso de valor pessoal, o que, quando não alcançado, pode resultar em frustração e desvalorização de si.

Portanto, este estudo busca explorar como o conteúdo compartilhado nas redes sociais afeta a autoestima em diferentes grupos sociais. Especial atenção será dada a indivíduos com baixa autoestima, que podem ser particularmente suscetíveis aos efeitos negativos da comparação social. Ao investigar essa relação, o estudo espera contribuir para um melhor entendimento das consequências psicológicas do uso das redes sociais e oferecer subsídios para futuras intervenções e políticas voltadas à promoção de um uso mais saudável dessas plataformas.

1. O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA AUTOESTIMA DOS USUÁRIOS

As redes sociais evoluíram para um ambiente de constante exposição e comparação social, onde os usuários, ao compartilharem momentos de suas vidas, acabam participando de um ciclo de validação e julgamento social. Imagens, postagens e vídeos frequentemente refletem versões idealizadas da realidade, enfatizando aspectos positivos, como conquistas, aparência física e momentos de felicidade, enquanto ocultam dificuldades e desafios diários. Esse ambiente pode criar uma pressão invisível para que os indivíduos correspondam a esses padrões de sucesso e felicidade, gerando uma constante comparação social.

Este estudo busca investigar de forma aprofundada como a interação com esse tipo de conteúdo afeta a autoestima dos usuários, especialmente em grupos mais vulneráveis, como adolescentes e jovens adultos, que estão em fases cruciais de desenvolvimento de identidade e autocon-

fiança. As postagens nas redes sociais, ao se tornarem uma referência de validação externa, podem desencadear uma série de consequências psicológicas, desde sentimentos de inferioridade até transtornos de ansiedade e depressão.

Ao contribuir para o entendimento dessas consequências, a pesquisa pretende não apenas identificar os efeitos negativos das redes sociais, mas também explorar como esses impactos podem variar de acordo com a frequência de uso, a natureza das interações e o tipo de conteúdo consumido. Com base nos resultados, será possível elaborar estratégias que promovam o uso saudável das plataformas digitais, enfatizando a importância do equilíbrio entre a vida online e offline, bem como a conscientização sobre os perigos da comparação social excessiva.

Além disso, ao compreender essa relação entre redes sociais e autoestima, o estudo poderá fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas, programas de educação digital e intervenções terapêuticas que ajudem a mitigar os efeitos negativos. Iniciativas como campanhas de conscientização sobre a autenticidade das postagens, a promoção de conteúdos que valorizem a diversidade e a inclusão, bem como o incentivo à autorregulação no uso das redes, poderão ser desenvolvidas com base nos achados desta pesquisa, promovendo um ambiente digital mais saudável e positivo para todos. É possível que imagens e postagens nas redes sociais reflitam de forma negativa na autoestima das pessoas? Pessoas com baixa autoestima são mais suscetíveis a sofrer efeitos negativos ao interagir com conteúdo postados nas redes sociais, como fotos e narrativas idealizadas de outros usuários.

Assim esse artigo tem como premissa analisar como o uso das redes sociais influencia a autoestima dos usuários, com foco em possíveis efeitos negativos decorrentes da exposição a imagens e postagens idealizadas.

As redes sociais emergiram como um campo de estudo importante nas ciências sociais e psicológicas, especialmente no que se refere à sua influência na autoestima e no bem-estar mental. Um dos principais conceitos que auxilia na compreensão desse fenômeno é a Teoria da Comparação Social, proposta por Festinger (1954). Segundo essa teoria, os indivíduos

têm uma tendência natural a se comparar com os outros para avaliar suas próprias capacidades e opiniões. No contexto das redes sociais, esse comportamento é exacerbado, uma vez que os usuários são continuamente expostos a imagens que retratam vidas idealizadas, o que pode gerar sentimentos de inadequação e frustração (Festinger, 1954).

De acordo com Vogel *et al.* (2014), o uso excessivo das redes sociais, especialmente o consumo passivo de conteúdo, está associado a sentimentos de inveja e insatisfação pessoal. Os autores argumentam que as redes sociais facilitam a comparação ascendente, onde as pessoas tendem a se comparar com outras que aparentam estar em uma posição mais vantajosa. Isso é particularmente prejudicial para aqueles com uma autoestima vulnerável, pois essas comparações podem reforçar sentimentos de inferioridade (Vogel *et al.*, 2014).

No Brasil, pesquisas de autores como Souza e Klein (2017) também abordam os impactos das redes sociais na autoimagem e autoestima, destacando que as plataformas digitais criam um espaço onde os usuários são estimulados a buscar validação por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos. A constante busca por validação externa pode levar à dependência das interações digitais como forma de valor pessoal, o que, por sua vez, intensifica a pressão psicológica. Outro conceito central é o de Capital Social, desenvolvido por Bourdieu (1986). O capital social refere-se aos recursos e benefícios que um indivíduo pode obter através das suas relações sociais. Nas redes sociais, essa busca por capital social se manifesta na busca por seguidores, curtidas e comentários, que funcionam como uma moeda de troca social. Quanto mais visibilidade e aceitação um usuário tem em suas redes, maior seu capital social. Entretanto, essa dinâmica pode gerar ansiedade social e baixa autoestima para aqueles que não conseguem alcançar o mesmo nível de validação (Bourdieu, 1986).

Além disso, a Teoria da Autoverificação, proposta por Swann (1983), sugere que os indivíduos buscam confirmação de suas percepções sobre si mesmos, mesmo quando essas percepções são negativas. Nas redes sociais, isso se reflete na maneira como as pessoas escolhem as fotos e momentos a serem postados, buscando reforçar a imagem que têm de si mesmas. Quando essa validação não ocorre, pode haver um impacto nega-

tivo na autoestima, especialmente entre aqueles que já possuem uma visão crítica de si mesmos (Swann, 1983).

O Modelo Tripartido de Influência Corporal proposto por Thompson *et al.* (1999) ajuda a compreender os impactos das redes sociais na imagem corporal. Esse modelo sugere que as influências de pais, colegas e mídia desempenham um papel significativo na formação das atitudes de uma pessoa em relação ao seu corpo. No contexto das redes sociais, o conteúdo que promove padrões irreais de beleza pode exacerbar sentimentos de inadequação física, especialmente entre jovens e adolescentes, que estão em fases de formação de identidade (Thompson *et al.*, 1999).

Por fim, a Teoria da Comparação Social na Era Digital (Chou & Edge, 2012) argumenta que as redes sociais intensificam as comparações sociais, visto que as postagens geralmente mostram apenas os aspectos positivos da vida de outras pessoas. Isso cria uma percepção de que os outros estão mais felizes ou têm vidas mais bem-sucedidas, levando os usuários a se sentirem insatisfeitos com suas próprias vidas (Chou & Edge, 2012).

Dessa forma, o referencial teórico sugere que as redes sociais não são apenas plataformas de interação, mas também ambientes que podem amplificar dinâmicas prejudiciais de comparação social e validação externa, impactando diretamente a autoestima e o bem-estar psicológico dos usuários. Como soluções, torna-se essencial que os usuários adotem uma postura mais crítica e consciente quanto ao uso dessas plataformas, buscando um equilíbrio saudável entre a vida online e offline.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi composta por um desenho de pesquisa qualitativa e quantitativa, permitindo uma análise abrangente dos efeitos das redes sociais na autoestima dos usuários. A pesquisa será realizada em tópicos de A até J:

Da pesquisa em campo

A pesquisa realizada envolveu 29 participantes que responderam a um questionário online, com perguntas focadas no uso das redes sociais

e seus impactos na autoestima. Abaixo, serão apresentados os principais resultados obtidos:

A. Tempo de uso das redes sociais:

- 1h: 17,2%
- 2h: 24,1%
- 3h: 24,1%
- 4h ou mais: 34,5%

Observa-se que a maioria dos participantes passa entre 2 a 4 horas por dia nas redes sociais, o que indica um uso frequente dessas plataformas.

B. Percepção da autoestima:

- Alta: 13,8%
- Mediana: 65,5%
- Baixa: 17,2%
- Não sei: Não informado

A maioria dos entrevistados se considera com autoestima mediana, sendo preocupante o fato de que 17,2% relataram baixa autoestima, o que pode sugerir uma possível relação com o uso das redes sociais.

C. Comparação corporal:

- Não: 69%
- Sim: 31%

Embora a maioria dos participantes não compare o próprio corpo com o de outras pessoas nas redes sociais, ainda há uma parcela significativa (31%) que realiza essas comparações, o que pode ser um indicativo de insatisfação corporal.

D. Padrão de beleza:

- Não: 24,1%
- Sim: 75,9%

Um percentual expressivo dos participantes (75,9%) acredita que existe um padrão de beleza vigente, o que pode influenciar suas percepções pessoais sobre aparência e autoestima.

E. Desejo de mudança corporal:

- Sim: 34,5%
- Não: 48,3%
- Talvez: 17,2%

Mais de um terço dos participantes já sentiram vontade de mudar algo em seu corpo com base em influências de pessoas vistas na internet, o que reforça o impacto da exposição a padrões idealizados.

F. Reação a publicações com padrões de beleza:

- Não afeta: 48,3%
- Acho bonito: 44%
- Fico triste por não alcançar o padrão: 6,9%

A maior parte dos entrevistados afirma não ser afetada ou achar as imagens esteticamente agradáveis, embora uma pequena parcela (6,9%) sinta tristeza por não atingir tais padrões.

G. Seleção de fotos para publicação:

- Sim: 62,1%
- Escolho a melhor: 24,1%
- Não me preocupo tanto: 13,8%

O fato de 86,2% dos participantes selecionarem as melhores fotos para postar evidencia a busca por aceitação e validação social por meio da aparência nas redes.

H. Interações e efeito no humor:

- Sim: 10,3%
- Não: 72,4%
- Um pouco: 17,2%

Apesar de a maioria afirmar que as interações nas redes não afetam seu humor, 10,3% se dizem diretamente influenciados, o que pode estar relacionado à dependência de aprovação social.

I. Apagamento de fotos por falta de engajamento:

- Sim: 24,1%
- Não: 75,9%

Um quarto dos participantes já apagou uma foto por falta de engajamento, o que demonstra o impacto das métricas de interação social no comportamento online.

J. Efeito das redes sociais na autoconfiança:

- Sinto-me inseguro: 13,8%
- Tenho segurança: 17,2%
- Não me afeta: 69%

Por fim, a maioria relatou não se sentir afetada pelas redes sociais em relação à autoconfiança, porém 13,8% revelaram sentir-se inseguros, o que é um ponto de atenção.

3. DISCUSSÃO

Os dados coletados por meio do questionário revelam importantes insights sobre como o uso das redes sociais influencia a autoestima dos usuários. A pesquisa mostrou que uma parte considerável dos entrevistados passa longos períodos conectada às redes sociais, com 34,5% dos participantes relatando passar mais de 4 horas diárias nessas plataformas. Esse tempo significativo de exposição coloca os usuários em constante contato com postagens que, muitas vezes, retratam vidas idealizadas e padrões de beleza distantes da realidade cotidiana. Isso corrobora com a ideia apresentada na introdução de que as redes sociais podem se transformar em um espaço de intensa comparação social, potencializando impactos psicológicos.

Ao analisar a relação entre autoestima e uso das redes, os dados revelaram que 65,5% dos participantes classificam sua autoestima como “mediana”, enquanto 17,2% têm autoestima “baixa”. Esses números são indicativos de uma vulnerabilidade potencial para os efeitos negativos da comparação social, especialmente entre aqueles com autoestima mais frágil. De fato, 31% dos participantes admitiram comparar seus corpos com o de outras pessoas nas redes, evidenciando que, para uma parte significativa, a exposição a imagens idealizadas pode gerar sentimentos de inadequação. A crença em um padrão de beleza vigente também foi amplamente compartilhada, com 75,9% dos entrevistados afirmando acreditar que esse padrão existe. Isso sugere que a maioria dos usuários percebe uma pressão social para atender a certos ideais de beleza, frequentemente reforçados por postagens populares nas redes.

Essa percepção pode intensificar a autocrítica e a insatisfação corporal, algo que fica evidente nos 34,5% de pessoas que já sentiram vontade de mudar algo em seu corpo inspirado em figuras da internet. Esse dado confirma o impacto das redes sociais como mediadoras de padrões estéticos e comportamentais que podem gerar frustração e baixa autoestima. Outro dado relevante da pesquisa é que 6,9% dos participantes admitiram sentir-se tristes por não alcançarem esses padrões de beleza idealizados. Embora esse percentual possa parecer pequeno, ele representa uma parcela vulnerável, que associa seu valor pessoal e autoestima ao sucesso em reproduzir esses ideais estéticos. A maioria, entretanto, 48,3%, declarou que não é afetada emocionalmente por essas postagens, o que sugere que, enquanto alguns conseguem filtrar ou relativizar o conteúdo, outros internalizam as comparações de forma prejudicial.

Em relação à busca por validação nas redes, 62,1% dos entrevistados afirmaram selecionar suas melhores fotos antes de publicá-las, indicando uma preocupação com a forma como são percebidos online. Esse comportamento reforça a tese de que as redes sociais podem estimular uma curadoria de imagem, na qual os usuários moldam suas postagens para receber aprovação dos outros. Ainda, 10,3% dos entrevistados disseram que as interações nas redes (curtidas, comentários) afetam diretamente seu humor, um indicativo claro de que, para alguns, a validação online pode influenciar significativamente a autoestima e o bem-estar emocional.

Outro dado interessante é que 24,1% dos participantes já apagaram fotos de suas redes por não receberem muito engajamento, o que demonstra uma dependência da validação social para reforçar seu senso de valor pessoal.

Esse comportamento reflete uma das preocupações abordadas no estudo, onde a busca por aceitação digital pode criar uma ansiedade social em relação à imagem projetada nas redes. Embora a maioria tenha afirmado que essas interações não afetam diretamente sua autoestima, uma parte significativa dos usuários sente essa pressão de forma tangível, o que reforça a necessidade de intervenções voltadas para um uso mais consciente e equilibrado das redes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados desta pesquisa corroboram a ideia de que, embora as redes sociais ofereçam inúmeros benefícios em termos de comunicação e compartilhamento de experiências, elas também podem servir como um espaço de comparação social, impactando negativamente a autoestima de muitos usuários.

A exposição prolongada a imagens idealizadas, a pressão para atender a padrões de beleza e a dependência da validação social para moldar a autopercepção emergem como fatores que contribuem para a insatisfação pessoal de alguns indivíduos.

No entanto, os dados também sugerem que nem todos os usuários são igualmente afetados pelas redes sociais. Enquanto uma parte considerável dos entrevistados declarou que a interação com essas plataformas não afeta sua autoestima, aqueles com autoestima mais vulnerável parecem ser os mais suscetíveis a internalizar padrões irreais e sentir-se pressionados a alterar sua aparência ou comportamento para se adequar. Isso evidencia a necessidade de intervenções específicas para esses grupos mais suscetíveis.

Para mitigar os efeitos negativos identificados, é crucial a implementação de estratégias de conscientização e autorregulação. Uma possível intervenção seria a promoção de campanhas educativas que enfatizem a

autenticidade nas postagens e desestimulem o uso excessivo de filtros e edições que distorcem a realidade. Além disso, promover conteúdos que valorizem a diversidade corporal e desencorajem comparações prejudiciais pode contribuir para a criação de um ambiente mais inclusivo e saudável nas redes.

Outra estratégia relevante seria o incentivo ao equilíbrio entre a vida online e offline, estimulando os usuários a se conectarem mais com experiências do mundo real e reduzindo a dependência de validação digital. A introdução de programas de educação digital nas escolas e outras instituições, focando no impacto psicológico das redes sociais e nas técnicas de autogestão emocional, também pode ser um passo importante para prevenir danos à autoestima, especialmente entre adolescentes e jovens adultos, que constituem o grupo mais vulnerável.

Por fim, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à saúde mental e ao uso saudável das redes sociais, aliadas a intervenções terapêuticas direcionadas para aqueles que já manifestam sinais de baixa autoestima relacionada ao uso excessivo dessas plataformas, poderá contribuir para uma sociedade mais consciente dos perigos do uso desmedido das redes sociais. É fundamental, portanto, um esforço conjunto de educadores, psicólogos, legisladores e a própria comunidade digital para garantir que as redes sociais sejam um espaço de trocas positivas, em vez de um terreno fértil para comparações e frustrações.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. (1986). As Formas de Capital. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). *Pierre Bourdieu: Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHOU, H. T. G., & EDGE, N. (2012). *Eles são mais felizes e têm uma vida melhor do que eu: O impacto do uso do Facebook nas percepções sobre a vida dos outros*.

Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking, 15(2), 117-121.

FESTINGER, L. (1954). A Theory of Social Comparison Processes. *Human Relations*, 7(2), 117-140.

SWANN, W. B. (1983). Self-verification: Bringing social reality into harmony with the self. In: J. SULS & A. G. GREENWALD (Eds.), *Psychological perspectives on the self* (Vol. 2, p. 33-66). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

SOUZA, M. A., & KLEIN, A. (2017). Redes sociais e autoimagem: Reflexos da cultura do consumo no comportamento humano. *Psicologia em Revista*, 23(1), 110-127.

THOMPSON, J. K., HEINBERG, L. J., ALTABE, M., & TANTLEFF-DUNN, S. (1999). *Exacting beauty: Theory, assessment, and treatment of body image disturbance*. American Psychological Association.

VOGEL, E. A., ROSE, J. P., ROBERTS, L. R., & ECKLES, K. (2014). Social comparison, social media, and self-esteem. *Psychology of Popular Media Culture*, 3(4), 206-222. Mettzer. (2023). Pesquisa de Campo: o que é, tipos, como fazer e exemplos. Blog Mettzer. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-de-campo/>. Acesso 17, out de 2024.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA COMUNIDADE LGBTQIA+

Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos¹
Autora: Katia Denise Miranda Evangelista²

Resumo: Esse artigo da Disciplina Projetos e Pesquisas do Curso de Psicologia da Faculdade Dinâmica, tem como objetivo geral: Conhecer os inúmeros sentimentos da comunidade LGBTQIA+ a respeito da aceitação da orientação sexual, os conflitos enfrentados com seu *self* e com as pessoas a sua volta. Os objetivos específicos são: Analisar a história da comunidade LGBTQIA+, ao longo da história no Brasil; elencar os sentimentos que perpassam na vida da comunidade LGBTQIA+; pesquisar sobre os sentimentos que perpassam na vida da comunidade LGBTQIA+; compreender o universo da comunidade LGBTQIA+ e ouvi-los com seus testemunhos. A metodologia numa abordagem qualitativa, revisão bibliográfica e estudo de caso, com utilização de questionário e participação de nove pessoas LGBTQIA+. Os resultados desse artigo são a explanação dos dados coletados da participação do questionário pelas pessoas LGBTQIA+. A conclusão que se chegou com os estudos e análise dos dados é que os fatos confirmam as pesquisas, que as pessoas LGBTQIA+ são afetados por sentimentos por causa da sua orientação sexual e pelos desafios enfrentados ao longo de suas vidas.

Palavras-chave: Sentimentos. Orientação sexual. Afetado. Desafio.

THE DIFFICULTIES FACED BY THE LGBTQIA+ COMMUNITY

Abstract: This article from the Projects and Research Discipline of the Psychology Course at Faculdade Dinâmica, has the general objective: To understand the countless feelings of the LGBTQIA+ community regarding the acceptance of sexual orientation, the conflicts faced with their self and with the people around them. The objectives specific ones are: Analyze the history of the LGBTQIA+ community, throughout history in Brazil; list the feelings that permeate the lives of

¹ Pedagoga, formada pela Faculdade de Filosofia do Vale de São Patrício (1994), Psicopedagoga (1996), Administradora Escolar (1998) e Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC/2006). Doutora em Educação (PUC/GO.2021). Facdin. E-mail: sonilda1000@gmail.com

² Pedagoga formada pela (UEG - 2013) e estudante de Psicologia pela FACDIN (2022-2026). Facdin. E-mail: k.evangelista@hotmail.com

the LGBTQIA+ community; research the feelings that permeate the lives of the LGBTQIA+ community; understand the universe of the LGBTQIA+ community and listen to them with their testimonies. The methodology uses a qualitative approach, bibliographic review and case study, using a questionnaire and the participation of nine LGBTQIA+ people. The results of this article are the explanation of the data collected from the participation of the questionnaire by LGBTQIA+ people. The conclusion reached with the studies and data analysis is that the facts confirm the research, that LGBTQIA+ people are affected by feelings because of their sexual orientation and the challenges they face throughout their lives.

Keywords: Feelings. Sexual orientation. Affected. Challenge.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um projeto de extensão, com o tema: “As dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+”, referente a Disciplina Projetos e Pesquisa do Curso de Psicologia da Faculdade Dinâmica de Santa Terezinha de Goiás. A justificativa do projeto foi motivada por vivenciar na família, na escola com pessoas que passaram pela experiência em suas trajetórias. Tenho como intenção num futuro próximo poder escrever um livro sobre essa temática. Foi no período da ditadura militar, entre (1964-1985) que tive o início do movimento LGBT no Brasil, sendo que expandiu com muita força da década de 1970. Nesse período, como forma de resistir as opressões da sociedade, o movimento produziu jornais com conteúdo voltados para comunidade LGBT³.

Diante desse cenário, até os dias atuais no Brasil a comunidade LGBTQIA+ anda vivenciam dificuldades de serem aceitos na sociedade, sem discriminação ou violência. A luz da problematização: O fato de pertencer a comunidade LGBTQIA+, podem trazer abalos mentais? conhecer os inúmeros sentimentos da comunidade LGBTQIA+ a respeito da aceitação da orientação sexual, os conflitos enfrentados com seu *self* e com as pessoas a sua volta. Os objetivos específicos: analisar a história da comunidade LGBTQIA+, ao longo da história no Brasil; enumerar os sentimentos que

³ Guzzo, Lucas; Maia, Matheus (2008; 2023). *LGBT e universidade: conheça a história, ações e pesquisas da UFU*.

perpassam na vida da comunidade LGBTQIA+; compreender o universo da comunidade LGBTQIA+ e ouvi-los com seus testemunhos.

O Jornal Lampião da Esquina

Fundado em 1978, o Jornal Lampião da Esquina era um periódico que desempenhava um papel importante na discussão de temas relacionados ao movimento homossexual e a questões sociais amplas, incluindo a violência contra a comunidade LGBT. Esse jornal foi pioneiro em dar voz às demandas e desafios enfrentados por essa comunidade, contribuindo para a visibilidade e a defesa de seus direitos⁴.

O Jornal ChanacomChana

Criado em 1981, o Jornal ChanacomChana nasceu de um grupo de lésbicas que desejavam um espaço para expressar suas opiniões e lutas. Este jornal era vendido no Ferro's Bar, um local frequentado por mulheres lésbicas. No entanto, em 1983, o dono do bar desaprovou essa atividade, resultando na expulsão das mulheres⁵.

O “Stonewall brasileiro”

Determinadas a não aceitarem a exclusão, no dia 19 de agosto de 1983, lésbicas, feministas e ativistas LGBT reuniram-se em uma manifestação no Ferro's Bar. Elas reivindicavam a retomada das atividades de venda do jornal. Este evento tornou-se um marco histórico, conhecido como o “Stonewall brasileiro” devido à sua importância na luta pelos direitos LGBTQIA+ no Brasil. Como homenagem, essa data é atualmente celebrada como o Dia do Orgulho Lésbica em São Paulo⁶.

Esta história exemplifica a coragem e a determinação dessas mulheres em lutar por seus direitos e por um espaço de expressão, contribuindo para a visibilidade e a inclusão da comunidade LGBTQIA+.

No princípio, o movimento era conhecido como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Ao longo do tempo, com o crescimento do movimento,

⁴ BBC News Mundo (2018) *Com que idade descobrimos nossa orientação sexual?*

⁵ BBC News Mundo (2018) *Com que idade descobrimos nossa orientação sexual?*

⁶ Center for Talent Innovation. *As Dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+.*

foram se modificando, pois as pessoas começaram a questionar e reconheceram as ramificações e identidades incluindo outras orientações sexuais e identidade de gênero⁷.

Foi no ano de 2008, que a sigla se alterou de GLS para LGBT, numa conferência Nacional, em Brasília. Desde então, as siglas foram variando essas comunidades (LGBT, LGBTT, LGBTQ e por último LGBTQIA+), que é representada por uma ampla diversidade de identidades. Para ficar entendido sejamos o significado das letras que representa a sigla atual LGBTQIA+: L (Lésbica), G (Gay), B (Bissexuais), T (Travesti; Transsexuais e Transgênero), P (Pansexual), Q (Queer), I (Intersex), A (Assexual) e o sinal de “+” simboliza a inclusão de outras pessoas que não se sintam representas por nenhuma dessas letras⁸.

1. OS DESAFIOS ENFRENTADOS E OS SENTIMENTOS SENTIDOS PELAS PESSOAS LGBTQIA+

A revista BBC News (2018) revela que jovens LGBTQ, quando pequenos eram vítimas de expressões depreciativa como “mulherzinha” ou “sapatão” e que todos eles ao se assumem, correm o risco de preconceitos, discriminação ou até violência dentro das escolas, no trabalho, igrejas e sociedade⁹.

Os assuntos relacionados a homossexualidade, identidade de gênero e orientação sexual por muito tempo eram considerados um enorme tabu. Por isso, revela a *Mental Health Froundation*, do Reino Unido nos estudos que os homossexuais e transexuais são propensos a desenvolver doenças psiquiátricas do que os heterossexuais, devido a discriminação, desigualdade e desvantagens sociais, além de serem mais vulneráveis a crimes de ódio, diminuindo assim a qualidade de vida, provocando o desenvolvimento de transtornos mentais grave¹⁰.

⁷ BBC News Mundo (2018) *Com que idade descobrimos nossa orientação sexual?*

⁸ BBC News Mundo (2018) *Com que idade descobrimos nossa orientação sexual?*

⁹ Center for Talent *Innovationas*. *As Dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+*.

¹⁰ BBC News Mundo (2018) *Com que idade descobrimos nossa orientação sexual?*

A depressão é um dos transtornos mental advindos por meio da tristeza profunda, desânimo, apatia, entre outros, pela falta de acolhimento da família e do próprio indivíduo por encontrar dificuldade de se compreender e se aceitar, (COSENZA, 2019).

Essa citação, ressalta a importância do suporte emocional e do acolhimento no tratamento da depressão. O papel da família e do ambiente social é crucial para fornecer uma rede de apoio que ajude o indivíduo a se sentir valorizado e compreendido. Além disso, a aceitação e o autoconhecimento são elementos chave para enfrentar a depressão, possibilitando que a pessoa desenvolva mecanismos saudáveis para lidar com suas emoções

A ansiedade pode ser desenvolvida pelas pessoas LGBTQIA+ pelo medo de não ser aceito na sociedade e o receio de sofrer algum tipo de agressão física ou verbal (COSENZA, 2019).

A citação de Cosenza (2019) destaca um aspecto crítico da saúde mental das pessoas LGBTQIA+: o desenvolvimento da ansiedade devido ao medo de não serem aceitas pela sociedade. Esse medo constante de rejeição e o receio de sofrer agressões físicas ou verbais criam um ambiente de estresse e insegurança contínuos. Esses fatores podem levar ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade, prejudicando significativamente a qualidade de vida e o bem-estar emocional.

No mercado de trabalho, é outro cenário marcado pelo desafio do desemprego, que para a comunidade LGBTQIA+ é maior, pois muitos sofrem o preconceito, exclusão, violação de direitos dificuldades de acesso à educação. Foi feito uma pesquisa pelo *Center for Talent Innovation*, as seguintes situações: 1 - 61% dos funcionários gays e lésbicas acabam escondendo sua sexualidade de gestores e colegas por medo de perderem o emprego; 2 - 33% das empresas do Brasil não contratariam para chefia, LGBTQIA+; 3 - 41% das pessoas LGBTQIA+ sofrem discriminação, por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero no local de trabalho; 4 - 90% de travestis se prostituem por não terem conseguido nenhum outro emprego, até mesmo os com qualificações¹¹.

¹¹ Center for Talent Innovationas. *As Dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+*.

Esses números sublinham a necessidade urgente de políticas inclusivas e de combate à discriminação no ambiente de trabalho. É fundamental criar espaços onde todos possam ser autênticos sem medo de represálias, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. A luta por um mercado de trabalho mais justo e inclusivo é essencial para o bem-estar e a dignidade de todas as pessoas.

3 METODOLOGIA

A metodologia desse artigo está embasada na abordagem qualitativa, relatos de estudos de casos e revisão bibliográfica. Fora utilizado um questionário e distribuído entre nove participantes LGBTQUIA+. Quanto a definição de pesquisa qualitativa Appolonário (2004) diz: Pesquisa qualitativa I [qualitative reserch]

Modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados através de interações sociais (p. ex.: estudos etnográficos e pesquisas participantes) e analisados subjetivamente pelo pesquisador;...” (APPOLINÁRIO, 2004, p. 155)

É importante reconhecer que a pesquisa qualitativa oferece uma compreensão rica e profunda das experiências humanas, algo que os métodos quantitativos podem não captar plenamente. A subjetividade, portanto, não deve ser vista apenas como um compromisso negativo à objetividade científica, mas sim como um componente essencial para entender fenômenos complexos e subjetivos. A subjetividade, busca compreender os fatos com relevância para a raça humana e outras ciências. Godoy (1995) conceitua o estudo de caso da seguinte maneira:

O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. [...] (GODOY, 1995b, p. 25)

O estudo de caso não deve ser visto apenas pelo prisma do caso em si, mas sim como uma investigação que parte de uma temática de interesse relevante para o pesquisador. Esse enfoque inicial é crucial, pois direciona o estudo e garante que ele aborde questões e problemas significativos para a ciência. O estudo de caso, portanto, é uma ferramenta poderosa não apenas para entender eventos específicos, mas também para gerar insights valiosos que contribuem para o avanço do conhecimento científico. Ele oferece uma abordagem flexível e detalhada, capaz de capturar a complexidade das interações sociais e dos processos investigados. Segundo Andrade (2010, p. 25), diz que:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

A pesquisa bibliográfica é importante para a graduação, mesmo que nem todos os alunos se envolvam em pesquisas de laboratório ou de campo, todos, sem exceção, precisam realizar pesquisas bibliográficas para completar os trabalhos solicitados durante o curso. Isso destaca a importância dessa habilidade fundamental na formação acadêmica, garantindo que os estudantes possuam uma base sólida para qualquer tipo de investigação científica.

Quadro 1 - Investigação em relação aos enfrentamentos sofridos pelas pessoas LGBTQIA+

Questionário	
1º)	Que tipo de sentimento sentia enquanto não entendia a sua orientação sexual?
2º)	Após a decisão de se assumir LGBTQIA+, como se sentiu?
3º)	Como é sua relação com seus familiares?
4º)	Hoje se sente feliz? Por quê?
5º)	Você já sofreu algum tipo de violência e discriminação?
6º)	Você já teve algum impedimento do acesso à saúde?
7º)	Quais são os problemas de saúde mental que enfrenta?
8º)	Do que sente falta por parte das políticas públicas?
9º)	Quais são as suas reivindicações por parte dos governantes?
10º)	Alguma vez precisou de ser protegido pela lei e não foi atendido?

Fonte: Autora (2024).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esperava-se um impacto do projeto para a sociedade muito relevância, pois com a participação de pessoas LGBTQIA+, relatando seus sentimentos em relação a sua orientação e de como a sociedade os afetam. Aos participantes ao responderam ao questionário, foi feita a coletas de dados de pessoas LGBTQIA+, com depoimentos de suas experiências neste contexto e esse artigo apresenta uma explanação compreensível de seus sentimentos, bem como, a forma de lidar com eles e ao mesmo tempo respeitá-las na sua subjetividade, e isso leva tempo, portanto esse impacto na sociedade, será a longo prazo. Veja os depoimentos de cada estudo de caso:

Caso 1: Eu enquanto não entendia qual era minha orientação sexual, me sentia, como se estivesse o tempo todo fazendo algo de errado, achando que era pecado ser homossexual, sentia muita tristeza e ansiedade. Após a decisão de assumir como homossexual, a primeiro momento foi libertador, depois muito medo das consequências na vida familiar, trabalho, círculos de amizade, contexto religioso e profissional. A minha relação com meus

familiares é assim, a minha mãe e irmã atualmente são neutras, não aceitam, não apoiam e me deixam seguir a minha vida, mas nem sempre foi assim, existia um apego e um excesso de proteção por parte da minha mãe com medo e vergonha da minha condição sexual. Hoje me sinto assim, para viver em paz, eu preciso me afastar e conviver o mínimo possível. Sim, tenho saúde, paz, estabilidade emocional e financeira, e estou fazendo minha primeira faculdade aos 36 anos. Sim em várias fases da minha vida. Fui molestado por um parente com 6 anos, sofri muita discriminação na escola no primário, perseguição de colegas para zombar, humilhar, bater. No trabalho sofri discriminação por não me comportar como heterossexual ser subestimado nas tarefas e potencialidades, violência psicológica por parte de integrantes da igreja por discriminação e de alguns familiares. Diretamente não, atualmente consigo pagar plano de saúde e sou bem assistido, mas antes tinha acesso e enfrentava as mesmas burocracias dos demais. Sofro de ansiedade e depressão, fiz uso de antidepressivos por 5 anos com acompanhamento psiquiátrico e psicológico. Educação para a diversidade, Segurança e leis rígidas para punir Homofobia e Racismo para poder ter acesso aos locais públicos demonstrando meu carinho com gestos de afetos com meu marido e não correr o risco de apanhar, melhores condições para os idosos, poder gozar de uma aposentadoria mais cedo, poder de compra e investimento. Não precisei de ser amparado pela lei.

Caso 2: Os sentimentos que eu sentia enquanto não entendia a sua orientação sexual era de uma pessoa confusa, perdido, que não se encaixava em nada, medo de decepcionar minha família e todos que me conhecia. Após a decisão de me assumir LGBTQIA+, me sentia como um peso tirado das costas, mas ao mesmo tempo construí uma barreira para me proteger dos comentários dos outros, me deixando mais confiante. A minha relação com meus familiares hoje, é super leve e transparente, sou eu mesmo, mas também não levanto nenhuma bandeira para exposição, mas se questionado, respondo a qualquer um de boa, sem hesitar. Para mim a felicidade são momento da vida, mas digo que sou mais leve, que direciono minha vida para os meus desejos, para obter momentos de felicidade com certeza. Quanto a sofrer algum tipo de violência e discriminação, já sofri sim, no colégio, no trabalho, até mesmo com alguém

que estava conhecendo. Ser do grupo LGBTQIA+ não é fácil, ainda mais quando não temos rede de apoio para orientar, é tudo estranho, são descobertas desbravando o que surge na vida, e as vezes essas descobertas machucam também. Em relação a impedimento do acesso à saúde, tive algum na ocasião de ser doador de sangue, pois pelo menos era proibido pessoas do grupo LGBTQIA+ ser doador. Quanto a problemas de saúde mental que enfrento, graças a Deus não tenho problema nenhum, acho que a barreira que construí me ajudou a não cair das armadilhas que nossa própria cabeça nos prega. Em relação a sentir falta por parte das políticas públicas, são várias, as letras da sigla representam 87 grupos, cada um com seus anseios e desejos de coisas melhores para o grupo. Mas coisas simples como lugares para o público, como boulevard, fechar ruas para a comunidade, como existes em diversos países de fora, mas a hipocrisia e a discriminação sempre prevalecem, apesar de tantas coisas que acontecem fora das câmeras e olhares dos outros. As minhas reivindicações para os governantes, são: respeito, dignidade de acesso as políticas públicas, direitos como qualquer cidadão que pagam seus impostos. Segurança para poder expressar o seu amor como um simples gesto como andar de mãos dadas com seu parceiro. Sobre precisar de ser protegido pela lei e não foi atendido, ainda não precisei de algo nesse gênero, mas conheço jovens que foram postos para fora de casa pelo simples fato de ser quem são e não foram acolhidos por suas famílias.

Caso 3: Enquanto não entendia a minha orientação sexual, sentia confusão, preocupado por que eu olhava para as garotas e não sentia nenhuma vontade ou desejo sexual. Meu sentimento quando me assumi, foi bem melhor, mas, o meu desejo e vontade sexual, não era assustadores. Alguns dos meus familiares, não tocam no assunto da minha opção sexual, até hoje. Eu simplesmente respeito. Hoje sou feliz com a minha opção. porque mesmo no século 21 precisamos tomar muito cuidado com a violência e discriminação. Eu não sofri violência física, porém discriminação sim por parte da própria família e também no campo profissional. Quanto a impedimentos de acesso à saúde, nunca tive algum. Sobre saúde mental, hoje sofro de ansiedade. As políticas públicas pra mim faz falta o cumprimento de uma parte da Constituição que diz: “todos são iguais perante as leis”.

Uma reivindicação que faço para os governantes é que o país seja igual para todos! Eu nunca precisei ser protegido pela lei.

Caso 4: Meus sentimentos enquanto não entendia a minha orientação sexual era de dúvida, tristeza. Após a decisão de me assumir LGBTQIA+, me senti melhor, sensação de liberdade, leveza. a minha relação com meus familiares, hoje é tranquilo e tenho apoio deles. Hoje me sinto feliz, porque consegui expor minha orientação evitando cobranças de casar, ter filhos etc. Eu sofri violência e discriminação na escola, muito bullying. Não tive nenhum impedimento de acesso à saúde. Também não tenho nenhum problema de saúde mental. Sinto falta por parte das políticas públicas de mais apoio no sentido de orientação a sociedade que isso não é escolha, não é questão de aceitar as pessoas como elas são e sim porque nascem assim. Tenho minhas reivindicações a ser feita aos governantes: melhores condições e acessos para o público LGBTQIA+. Nunca precisei da proteção da Lei.

Caso 5: Antes de me entender com LGBTQIA+, sentia tristeza. Após me assumir, foi um processo, demorei para me sentir confortável, mas fui muito bem aceito por minha família. Isso me ajudou a me aceitar do jeito que sou. Minha relação com meus familiares é muito boa. Hoje não me sinto feliz, por outras questões da vida. Eu já sofri violência e discriminação racial. Nunca tive impedimento de acessar à saúde. Em relação a saúde mental enfrento uma ansiedade. Sinto falta por parte das políticas públicas o acesso mais fácil a tratamento psicológico. As reivindicações que faço aos governantes é garantia dos direitos básicos para todos. Ainda não precisei ser protegido pela lei.

Caso 6: Antes do entendimento da minha orientação sexual, achava normal gostar de homem e também achava que era uma coisa passageira. Quanto a decidir ser LGBTQIA+, acho que nunca decidi, foi algo que rolou naturalmente. Minha relação com meus familiares é boa, todos com raras exceções, sempre foram muito amáveis comigo, inclusive tios, tias, avós, primos, meus pais e irmãos, nunca tive problemas. Hoje, na realidade não me sinto feliz, me falta algo, são meus irmãos, tios, avós, pai, amigos, que partiram, me falta algo. Eu não sofri violência, mas discriminação sim, principalmente no trabalho. O acesso à saúde, sempre tive normalmente.

Se é que podemos dizer que sentir saudades é um problema de saúde mental, eu enfrento isso. As políticas públicas faltam melhorar a segurança, cuidado com o abandono da população de rua das grandes cidades, mais educação e cultura, transporte público de qualidade. Minhas reivindicações aos governantes é maior comprometimento com a população, principalmente as mais vulneráveis. Nunca precisei da lei para me proteger.

Caso 7: Quando ainda não entendia a minha orientação, sentia culpa, medo, tristeza, um pecador. Depois que me assumi, tirei um peso da minha consciência, me senti livre. Tenho pouco contato com meus familiares. Me sinto sim, feliz, pois posso ser eu mesmo. Já sofri violência e discriminação ao mesmo tempo, em momentos dentro de um bar. Não tive nenhum impedimento de cesso à saúde. Problemas de saúde mental, já tive, depressão. Da parte das políticas públicas, sinto falta de mais qualidade no atendimento médico. Espero que os governantes construam mais hospitais e UBSs, contrate mais médicos e pessoas qualificadas para um bom atendimento médico, mais rapidez no agendamento medico, para que não ajam mortes na lista de espera. Eu já precisei acionar a polícia pela “Lei do Psiu” e não fui atendido.

Caso 8: A minha orientação sexual sempre foi clara para mim, nunca tive nenhum conflito com relação a isso. Me assumi de forma Tranquila. A relação com meus familiares sempre foi muito tranquila. Hoje sou feliz sim, porque sou realizado em todos os sentidos. Nunca sofri nenhum tipo de violência e discriminação. Nunca tive nenhum impedimento de acesso à saúde. Não tenho nenhum tipo de problemas de saúde mental. Sinto falta da parte das políticas públicas, que tivesse mais amparo às pessoas menos favorecidas. Minhas reivindicações por parte dos governantes são: mais saúde, educação e trabalho para toda a população. Nunca precisei de ser protegido pela lei.

Caso 9: Meus sentimentos enquanto não entendia a minha orientação sexual, era uma falta de algo, que de fato me completasse e que fizesse sentido. Não me assumi, sou LGBTQIA+. Minha relação com meus familiares é normal, tenho minha liberdade e minha privacidade, eles não me questionam e eu não sou obrigado a falar de minha vida íntima, seguimos bem assim. Hoje me sento feliz, por quê não preciso fingir ser quem eu não

sou e poder sair com quem gosto. Já sofri algum tipo de violência e discriminação na adolescência talvez, o fato de não querer ser igual aos da minha idade incomodava a eles, eu não fazia questão de fazer as mesmas coisas ou estar nos mesmos lugares. Não tive nenhum impedimento de acesso à saúde. Problema de saúde mental, não tenho nenhum, pelo menos é o que eu acho. Não sei se seria uma política pública, mas acho que é de seres humanos mais humanos, pessoas com vontade de viver a vida e serem felizes como são e aceitar os demais como eles são, sem que fosse necessário levantar bandeiras. Minhas reivindicações por parte dos governantes são: mais acesso à educação de qualidade para que as pessoas tenham mais informação e poder de escolha e de poderem de fato decidir por elas mesmas e não serem tão manipuláveis. Nunca precisei ser protegido pela lei.

Diante do exposto e das contribuições dos teóricos mencionados nesse artigo a respeito dos sentimentos e dos desafios enfrentados e às pessoas LGBTQIA+, numa sociedade discriminatória e violenta, os participantes relataram suas experiências que veem de encontro as constatações teóricas.

Quadro 2 - Sentimentos Sentidos Pelas Pessoas LGBTQIA+

SENTIMENTOS ANTERIORES AO ENTENDIMENTO A RESPEITO A ORIENTAÇÃO SEXUAL DAS PESSOAS LGBTQIA+	SENTIMENTOS POSTERIORES AO ASSUMIREM A ORIENTAÇÃO SEXUAL DAS PESSOAS LGBTQIA+
Culpa	Leveza
Dúvida	Clareza
Depressão	Liberdade
Ansiedade	Sentiam-Se Bem Consigo Mesmo
Tristeza	Felizes
Confusão	Aceitos
Medo	Apoiados E Respeitados.

Fonte: Autora (2024).

Embora a maioria dos participantes apresentou sentimento de culpa, dúvida, depressão, ansiedade, tristeza, confusão e o medo, todos esses sentimentos surgiram enquanto não entendiam suas orientações sexuais, ao passo que foram decidindo a se assumirem, ou tendo clareza, os sentimentos foram modificando. Sentiam-se bem consigo mesmo, felizes, leveza, tranquilidade, liberdade, aceitos, apoiados e respeitados. Outros nunca tiveram dúvidas, se aceitaram tranquilamente, levou um tempo para aceitar, não decidiram assumir, são LGBTQIA+. Todas essas diversidades, são resultados da subjetividade de cada um, o contexto de sua formação como ser humano, sua individualidade e a maneira que cada uma se percebe no mundo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

APPOLINÁRIO, Fabio. *Dicionário de Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

BBC News Mundo (2018) *Com que idade descobrimos nossa orientação sexual?* Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-45385028>. Acesso em: 30/09/2024.

Center for Talent Innovationas. *As Dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+*. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/as-dificuldades-enfrentadas-pelas-pessoas-lgbtqia/>. Acesso em 30 de setembro de 2024.

COSENZO, Bruna (2019). *Como o preconceito impacta na saúde mental LGBTQIA+?*. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/saude-mental-lgbtqia/>. Acesso em: 30 de setembro de 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo. V. 35. n. 3, p. 21. 1995.

GUZZO, Lucas; MAIA, Matheus (2008; 2023) *LGBT e universidade: conheça a história, ações e pesquisas da UFU*. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2019/06/lgbt-e-universidade-conheca-historia-acoes-e-pesquisas-da-ufu>. Acesso em: 30 de setembro de 2024.

PROJETO: VIOLÊNCIA NAS MÍDIAS INFANTIS

Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos¹
Luciana Gomes de Farias Alves²

Resumo: O avanço tecnológico e a popularização das mídias digitais transformaram o cotidiano infantil, expondo crianças a conteúdos que podem influenciar seu desenvolvimento físico, emocional e social. Este estudo investiga o impacto da violência nas mídias infantis, destacando os tipos de violência mais comuns, os efeitos comportamentais e emocionais e as percepções de pais e educadores. A análise baseia-se no artigo “*A Influência da Televisão sobre o Comportamento Psicossocial de Crianças*” e discute teorias como dessensibilização, aprendizado social e desenvolvimento moral. Os resultados indicam que, embora não haja aumento significativo de comportamentos agressivos observados, a exposição frequente à violência midiática pode dessensibilizar crianças, normalizar a agressividade e gerar ansiedade. O trabalho conclui que regulamentações mais eficazes, ações educativas e maior supervisão parental são fundamentais para mitigar os impactos e promover um consumo midiático mais saudável.

Palavras-chave: Mídias infantis. Violência. Desenvolvimento emocional. Comportamento infantil. Dessensibilização. Supervisão parental. Regulamentação midiática.

PROJECT: VIOLENCE IN CHILDREN'S MEDIA

Abstract: Technological advances and the popularization of digital media have transformed children's daily lives, exposing them to content that can influence their physical, emotional, and social development. This study investigates the impact of violence in children's media, highlighting the most common types of violence, behavioral and emotional effects, and the perceptions of parents and educators. The analysis is based on the article “*The Influence of Television on Children's Psychosocial Behavior*” and discusses theories such as desensitization, social learning, and moral development. The results indicate that, although no

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO/2005) e Doutora em Educação (PUC-GO/2021) e Professora da Faculdade Dinâmica.

² Graduanda em Psicologia pela FACDIN- Faculdade Dinâmica de Santa Terezinha de Goiás.

significant increase in aggressive behaviors was observed, frequent exposure to media violence can desensitize children, normalize aggression, and generate anxiety. The study concludes that more effective regulations, educational actions, and increased parental supervision are essential to mitigate the impacts and promote healthier media consumption.

Keywords: Children's media. Violence. Emotional development. Child behavior. Desensitization. Parental supervision. Media regulation.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o avanço tecnológico e a popularização de dispositivos móveis transformaram radicalmente a maneira como as crianças consomem conteúdo. Televisão, filmes, jogos eletrônicos e redes sociais tornaram-se parte integrante do cotidiano infantil, criando um ambiente midiático que oferece tanto oportunidades de aprendizado quanto riscos significativos para o desenvolvimento físico, emocional e social. Uma das questões mais alarmantes relacionadas a esse consumo é a presença de violência, frequentemente normalizada e apresentada de maneira sutil ou explícita, em conteúdos voltados para crianças.

Estudos apontam que a exposição precoce a atos violentos, mesmo quando fictícios, pode influenciar negativamente o comportamento e o desenvolvimento emocional das crianças.

Durante a infância, o cérebro encontra-se em um processo intenso de formação, o que o torna mais suscetível a estímulos externos, incluindo os conteúdos consumidos por meio das mídias. A exposição repetida à violência pode gerar efeitos como dessensibilização emocional, normalização de comportamentos agressivos, dificuldades de socialização e até medos ou ansiedades excessivas. Esses impactos são ainda mais preocupantes em um cenário onde o acesso às mídias ocorre de forma muitas vezes desregulada, sem a devida supervisão de pais ou responsáveis.

Além disso, a indústria do entretenimento infantil desempenha um papel significativo na construção de valores e comportamentos. Muitos programas, jogos e filmes não apenas contêm elementos de violência, mas também os apresentam como mecanismos de resolução de conflitos ou

como características desejáveis em personagens. Isso pode levar as crianças a internalizar mensagens prejudiciais sobre o uso da força, afetando suas interações sociais e habilidades de empatia.

Nesse contexto, é fundamental não apenas investigar os tipos de violência veiculados nas mídias infantis, mas também compreender os impactos dessa exposição a curto e longo prazo. Essa análise deve considerar a percepção dos pais, educadores e especialistas, bem como as estratégias que podem ser implementadas para mitigar os efeitos prejudiciais e promover um consumo mais consciente e seguro.

Este trabalho propõe uma abordagem detalhada e multidimensional sobre a questão da violência nas mídias destinadas ao público infantil. Busca-se explorar os diferentes tipos de conteúdo violento presentes, os impactos no comportamento e desenvolvimento emocional das crianças e as possíveis soluções para esse problema. O estudo reforça a importância de regulamentações adequadas, ações educativas e um maior envolvimento parental no monitoramento do consumo midiático infantil, contribuindo para a construção de um ambiente mais seguro e propício ao desenvolvimento saudável das crianças.

O consumo de mídias por crianças tem aumentado exponencialmente, com dispositivos móveis e plataformas de streaming tornando-se parte integrante da rotina familiar. Dados recentes indicam que crianças em idade escolar passam, em média, três horas por dia consumindo conteúdos audiovisuais. Este aumento no tempo de exposição, muitas vezes sem a supervisão adequada, tem gerado preocupação, especialmente no que diz respeito aos conteúdos violentos que permeiam a programação infantil.

A literatura aponta que a exposição a conteúdos violentos pode gerar consequências preocupantes, como:

- **Aumento de comportamentos agressivos:** Crianças que assistem frequentemente a cenas de violência podem reproduzir esses comportamentos em suas interações sociais. O artigo *A Influência da Televisão sobre o Comportamento Psicossocial de Crianças* destaca que a exposição à violência televisiva pode levar a uma maior tendência a imitar comportamentos agressivos observados, como forma de resolução de conflitos ou demonstração de poder.

- **Dessensibilização emocional:** A exposição constante à violência pode reduzir a empatia e a sensibilidade das crianças diante do sofrimento alheio. O estudo revela que as crianças expostas a conteúdos violentos demonstraram uma diminuição significativa em sua capacidade de se solidarizar com situações de dor ou sofrimento, evidenciando um processo de dessensibilização emocional.

- **Sensação de medo e insegurança:** O contato com conteúdos violentos pode gerar ansiedade, prejudicando o bem-estar emocional. De acordo com o artigo, muitas crianças começaram a expressar medos intensificados após assistirem a conteúdos violentos, como o medo de monstros, de situações de perigo ou até mesmo de ficar sozinhas em determinados ambientes.

Além disso, a sociedade enfrenta desafios relacionados à regulamentação de conteúdos e à conscientização de pais e educadores. A pesquisa no artigo sugere que pais e educadores frequentemente subestimam o impacto potencial da televisão sobre o comportamento psicossocial das crianças, e que as políticas públicas ainda não são suficientes para regulamentar de maneira eficaz o conteúdo destinado ao público infantil. Portanto, compreender esses impactos e propor soluções é essencial para o desenvolvimento saudável das novas gerações, promovendo um ambiente mais seguro e educativo para as crianças. Qual é o impacto da exposição à violência nas mídias infantis no comportamento e no desenvolvimento psicológico das crianças? Como a responsabilidade pela mitigação desses impactos pode ser dividida entre a indústria do entretenimento, os pais, os educadores e os formuladores de políticas públicas?

A exposição regular a conteúdos violentos em mídias infantis aumenta a probabilidade de comportamentos agressivos, prejudica o desenvolvimento emocional e social e pode gerar efeitos a longo prazo, como a normalização da violência e dificuldades em relacionamentos interpessoais.

Dessa forma, esse artigo buscou investigar como a violência nos conteúdos midiáticos infantis impacta o comportamento e o desenvolvimento emocional das crianças, com base na análise de dados de pesquisas, como o artigo “A influência da televisão sobre o comportamento psicossocial de

crianças”, e na percepção de pais, educadores e as práticas familiares em relação à exposição a esses conteúdos.

Identificar os tipos de violência mais comuns em conteúdos midiáticos voltados ao público infantil, com base nas preferências e exposições descritas pelas crianças nas entrevistas e observações.

Este trabalho se baseia em estudos e teorias relevantes que abordam a relação entre violência na mídia e o desenvolvimento infantil. O artigo *A Influência da Televisão sobre o Comportamento Psicossocial de Crianças* complementa as discussões sobre como a exposição à violência midiática pode afetar o comportamento e o desenvolvimento emocional das crianças. As teorias e pesquisas a seguir ajudam a explicar esses impactos:

Teoria da desensibilização:

Proposta por Huesmann (2007), essa teoria sugere que a exposição frequente à violência na mídia reduz as respostas emocionais negativas, como empatia, tornando as crianças mais propensas a normalizar atos violentos. O artigo mencionado reforça essa ideia ao mostrar que crianças que assistem a conteúdos violentos regularmente demonstram uma diminuição na sensibilidade ao sofrimento, tornando-se mais indiferentes a situações de violência na vida real. Esse processo de dessensibilização pode dificultar a compreensão da gravidade de atos violentos, contribuindo para um ciclo de repetição de comportamentos agressivos.

Teoria do Aprendizado Social:

Bandura (1977) propôs que crianças aprendem por meio da observação e imitação de comportamentos. Quando conteúdos midiáticos retratam a violência como algo aceitável ou até glorificado, há maior chance de essas condutas serem replicadas pelas crianças. O artigo *A Influência da Televisão sobre o Comportamento Psicossocial de Crianças* também aponta que as crianças tendem a imitar os comportamentos observados na televisão, o que pode incluir atitudes violentas, principalmente quando essas ações são retratadas sem consequências negativas ou como uma forma de resolver problemas.

Teoria do Desenvolvimento Moral:

Kohlberg (1984) argumenta que a infância é um período crucial para o desenvolvimento de valores morais. A exposição a narrativas violentas pode distorcer a percepção de certo e errado, dificultando a construção de valores éticos. O artigo em questão também aponta que crianças expostas à violência na televisão podem ter dificuldades para desenvolver uma compreensão adequada da moralidade, uma vez que a mídia pode apresentar a violência de forma simplificada ou justificada, sem promover uma reflexão ética sobre suas consequências.

Efeitos a Longo Prazo:

Estudos, como os de Anderson e Dill (2000), indicam que crianças expostas à violência nas mídias podem apresentar comportamentos mais agressivos e dificuldades emocionais ao longo da vida. O artigo *A Influência da Televisão sobre o Comportamento Psicossocial de Crianças* reforça essa conclusão ao relatar que crianças com alto consumo de conteúdo violento tendem a apresentar problemas persistentes no comportamento, como agressividade, dificuldades de socialização e ansiedade. Esses efeitos podem se estender até a vida adulta, impactando suas relações interpessoais e o desenvolvimento emocional.

1. METODOLOGIA

Este estudo é de caráter qualitativo e exploratório, com base na revisão e análise do artigo *“A Influência da Televisão sobre o Comportamento Psicossocial de Crianças”*. O objetivo é explorar os impactos da exposição à violência nos conteúdos televisivos sobre o comportamento e o desenvolvimento psicológico das crianças, a partir da interpretação e discussão das conclusões do artigo em questão.

1.1 Procedimentos de Coleta de Dados

A pesquisa baseia-se na análise documental do artigo mencionado, que utiliza dados empíricos para investigar os efeitos da televisão no com-

portamento psicossocial das crianças. O estudo também considera outras fontes secundárias relevantes que discutem os efeitos da mídia no desenvolvimento infantil.

1.2 Instrumentos de Análise

Análise de Conteúdo: A análise do artigo será realizada com base em critérios específicos, como tipos de violência apresentados, a frequência de exposição e os efeitos psicossociais observados nas crianças. A análise também incluirá a revisão de outros estudos citados no artigo, com o objetivo de verificar como as conclusões podem ser aplicadas em um contexto mais amplo.

Discussão Teórica: A partir das informações coletadas, será realizada uma discussão teórica que relaciona os dados encontrados no artigo com teorias psicológicas sobre o impacto da mídia, como a teoria da dessensibilização e o aprendizado social. Além disso, será analisado como esses efeitos se correlacionam com as possíveis consequências emocionais e comportamentais das crianças.

Análise de Dados: A análise será qualitativa, com foco em identificar os principais resultados e tendências apresentados no artigo “*A Influência da Televisão sobre o Comportamento Psicossocial de Crianças*”. As categorias de análise serão relacionadas às principais questões abordadas no artigo, como os tipos de violência, os impactos emocionais e os comportamentais, e as implicações para o desenvolvimento das crianças. A interpretação será fundamentada nas teorias discutidas no referencial teórico, com o objetivo de aprofundar a compreensão dos efeitos da exposição à violência na televisão.

2. RESULTADOS

Os resultados obtidos mostraram que a televisão está presente em todas as famílias participantes, com a maioria dos pais (69%) relatando que se sentem influenciados pela mídia em aspectos como a maneira de se vestir, expressar ou realizar compras. A pesquisa também revelou que o tempo

médio que as crianças dedicam à televisão varia de uma a mais de quatro horas diárias, com 22% das crianças assistindo mais de quatro horas por dia. Esse tempo de exposição é significativo, considerando que o consumo de mídia infantil pode moldar preferências, atitudes e comportamentos.

A análise das preferências das crianças revelou que os desenhos mais assistidos eram programas como “Três Espias Demais” e “Bob Esponja”, transmitidos pela televisão aberta. Esses programas foram citados pela maioria das crianças entrevistadas, o que reflete uma exposição constante à mídia de massa.

No que se refere aos comportamentos observados pelos professores, a aplicação da *Escala de Percepção de Comportamentos Agressivos* revelou que a maioria das crianças não apresentou comportamentos agressivos significativos, sendo classificadas como não confrontativas. A média obtida nas duas escolas foi de 4,72, indicando que, apesar da exposição à mídia, os comportamentos agressivos não foram tão pronunciados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no artigo *A influência da televisão sobre o comportamento psicossocial de crianças* evidenciou aspectos cruciais sobre como a exposição à televisão pode impactar o comportamento infantil. A hipótese levantada no início deste estudo, que sugere que a exposição excessiva à televisão pode influenciar negativamente os comportamentos sociais e emocionais das crianças, foi parcialmente confirmada. Embora os professores não tenham observado um aumento significativo de comportamentos agressivos, a pesquisa revelou que grande parte das crianças passa mais de duas horas por dia assistindo televisão, o que pode, a longo prazo, afetar seu desenvolvimento psicossocial.

O problema central questionado neste artigo, que se refere aos efeitos da televisão na construção de comportamentos e valores sociais nas crianças, foi abordado de forma ampla através da análise de dados sobre o tempo de exposição e os tipos de programas assistidos. Embora a maioria das crianças não tenha apresentado comportamentos agressivos diretos, como sugerido pelos professores, o fato de muitas delas passarem um

tempo significativo em frente à televisão, assistindo a conteúdos como desenhos animados com cenários muitas vezes violentos ou com interações de confrontação, levanta preocupações sobre os impactos a longo prazo, como a dessensibilização à violência e a normalização de comportamentos agressivos.

A pesquisa ainda aponta que a mídia influencia as escolhas de consumo dos pais e a maneira como estes se relacionam com os filhos, sugerindo que, além dos efeitos individuais nas crianças, há também um impacto nas dinâmicas familiares. Este fenômeno precisa ser mais aprofundado, visto que a exposição prolongada à mídia sem uma mediação adequada pode resultar em lacunas no desenvolvimento emocional e moral das crianças.

Conclui-se que, para responder ao problema levantado, é essencial que tanto educadores quanto pais tenham maior conscientização sobre os efeitos da televisão e dos meios de comunicação na formação das crianças. A limitação do tempo de tela, aliada a uma curadoria mais crítica do conteúdo assistido, pode ajudar a mitigar os impactos negativos que a exposição excessiva pode causar no comportamento psicossocial das crianças. Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de intervenções educativas e políticas públicas que incentivem o consumo responsável e equilibrado da mídia desde a infância.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. A., & DILL, K. E. (2000). A influência dos videogames e da agressividade em crianças. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(4), 772-790.

GENTILE, D. A., & GENTILE, J. R. (2008). Videogames violentos: o novo risco da mídia. *Psychology of Popular Media Culture*, 1(1), 63-73.

HUESMANN, L. R. (2007). A influência da violência na mídia: teoria científica e pesquisa. In D. A. Gentile (Ed.), *Mídia, violência e crianças* (p. 1-26). Westport, CT: Praeger Publishers.

KIRSH, S. J. (2006). Os efeitos dos videogames violentos em adolescentes: uma meta-análise. *Psychological Bulletin*, 132(2), 117-133.

MIGUEL, T. P., & CONTINO, A. L. B. (2012). *A influência da televisão sobre o comportamento psicossocial de crianças*. Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG.

PAIK, H., & COMSTOCK, G. (1994). Os efeitos da violência na mídia sobre crianças: uma meta-análise. *Psychological Bulletin*, 116(2), 315-336.

SILVERMAN, J. (2008). Os efeitos da violência midiática sobre crianças: uma revisão da literatura. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49(8), 849-864.

WARTELLA, E., & JENNINGS, N. (2000). *O impacto do uso de computadores e videogames no desenvolvimento infantil*. American Psychological Association.

A ADOLESCÊNCIA E OS PROBLEMAS DE CONDUTA E AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos¹
Robertina Gomes de Carvalho Silva²

Resumo: O trabalho a adolescência e os problemas de conduta e agressividade no contexto escolar trazem como objetivo investigar as causas, consequências e intervenções eficazes para problemas de conduta e agressividade entre adolescentes no contexto escolar. A adolescência é uma fase de transição marcada por intensas mudanças físicas, emocionais e psicológicas, e muitos adolescentes enfrentam desafios que afetam seu comportamento e desempenho escolar, como problemas de conduta e agressividade. Esses comportamentos prejudicam tanto os indivíduos quanto o ambiente escolar, onde os adolescentes constroem laços sociais e desenvolvem habilidades afetivas e intelectuais. No entanto, a escola também se torna um espaço onde surgem questões como agressividade, desrespeito e falta de limites, muitas vezes relacionadas a influências familiares e sociais. Este projeto visa investigar as causas, consequências e possíveis intervenções para esses problemas no contexto escolar, com foco na relação entre os fatores familiares, sociais e educacionais. A psicologia pode contribuir identificando os fatores subjacentes e propondo intervenções eficazes. O comportamento adolescente é um reflexo importante do desenvolvimento emocional e social, e compreender a agressividade e a conduta pode ajudar a criar estratégias para promover um ambiente escolar mais saudável e produtivo. A pesquisa qualitativa, baseada na revisão bibliográfica, busca analisar teorias e dados existentes sobre o assunto, visando entender as causas desses problemas e fornecer soluções, como o suporte emocional e a educação socioemocional, para reduzir a agressividade e melhorar o ambiente escolar.

Palavras-chave: Adolescência. Problemas de conduta. Agressividade.

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO/2005) e Doutora em Educação (PUC-GO/2021) e Professora da Faculdade Dinâmica.

² Graduanda em psicologia pela faculdade Dinâmica: FACDIN.

ADOLESCENCE AND PROBLEMS OF CONDUCT AND AGGRESSION IN THE SCHOOL CONTEXT

Abstract: The work on adolescence and conduct and aggressiveness problems in the school context aims to investigate the causes, consequences and effective interventions for conduct and aggressiveness problems among adolescents in the school context. Adolescence is a transitional phase marked by intense physical, emotional and psychological changes, and many adolescents face challenges that affect their behavior and school performance, such as conduct problems and aggression. These behaviors harm both individuals and the school environment, where adolescents build social bonds and develop affective and intellectual skills. However, school also becomes a space where issues such as aggression, disrespect and lack of limits arise, often related to family and social influences. This project aims to investigate the causes, consequences and possible interventions for these problems in the school context, focusing on the relationship between family, social and educational factors. Psychology can contribute by identifying the underlying factors and proposing practical interventions. Adolescent behavior is an important reflection of emotional and social development, and understanding aggression and conduct can help create strategies to promote a healthier and more productive school environment. Qualitative research, based on a literature review, seeks to analyze existing theories and data on the subject, aiming to understand the causes of these problems and provide solutions, such as emotional support and socio-emotional education, to reduce aggression and improve the school environment.

Keywords: Adolescence. Conduct problems. Aggressiveness.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um período de transição marcado por profundas mudanças físicas, emocionais e psicológicas. No decorrer dessa fase, muitos adolescentes tendem a enfrentar desafios significativos que podem influenciar seu comportamento e desempenho escolar. Problemas de conduta e agressividade são aspectos frequentemente observados e podem ter impactos negativos tanto para os adolescentes quanto para o ambiente escolar.

A escola é um lugar, especialmente significativo para a sociedade para que cada indivíduo ao frequentar, aprenda novo saberes, conhecimentos,

competências e crescimento pessoal, como também as interações humanas referentes às relações interpessoais. Assim sendo, os adolescentes adquirem novos laços de amizade, exercitam atividades de como lidar com questões sociais, políticas da educação, desse modo, como também a afetividade. Isso torna o adolescente mais participante no contexto do convívio social, também na construção de ideias novas, numa aprendizagem e habilidades que gera amadurecimento psíquico e físico para que esses adolescentes se tornem independentes e sejam criadores dos seus próprios destinos. Apesar disso, conta-se que justamente nesse espaço importante, que na escola, se depara em algumas situações, que presencia a carência de respeito, comportamento de agressividade física como também verbal entre os alunos, também alguns educadores.

Há também nesse espaço uma insuficiência de controle e também limites, como assuntos voltados à sexualidade e a droga adição que está lá no seio familiar, que também reflete no ambiente escolar. Sendo assim, este projeto visa investigar as prováveis causas, consequências e possíveis intervenções para esses problemas no contexto escolar. Segundo Tiba (2005) as crianças hoje estão adolescendo, cada vez mais cedo, e entrando na fase jovem - adulto ainda mais tarde. Essas expansões para menos idade e mais idade são novidades psicológicas, familiares, culturais, sociais. A maioria dessas crianças emancipadas para adolescência, ainda nem passaram pela puberdade encontrando-se na faixa de 08 a 12 anos. Para Biaggio (1988), não existe forma de eliminar a agressividade das pessoas já que ela é inerente à natureza humana, mas é possível canalizá-la modificando sua expressão para formas socialmente mais úteis.

A justificativa pauta-se em compreender o comportamento adolescente na escola por ser um indicador crucial do seu desenvolvimento emocional e social. Entender os problemas de conduta e agressividade nessa fase pode fornecer insights valiosos para professores, psicólogos e para os pais, possibilitando a criação de estratégias eficientes a fim de promover um ambiente escolar mais positivo. Além do mais, abordar esses comportamentos de maneira eficaz pode prevenir o desenvolvimento mais graves na vida adulta, contribuindo para a formação de cidadãos mais equilibrados e produtivos.

A problematização volta-se para a questão da adolescência estar frequentemente associada a um aumento de comportamentos desafiadores, incluindo conduta disruptiva e agressividade, comportamentos que não só interferem no processo de ensino-aprendizagem, mas também afeta as relações interpessoais e o ambiente escolar como um todo. Diante do enunciado questiona-se como a psicologia pode contribuir diante da conduta agressiva do adolescente no contexto escolar? Quais são as principais causas desses problemas de conduta e agressividade entre adolescentes nas escolas? Como esses comportamentos afetam o ambiente escolar e o desenvolvimento dos alunos? Quais estratégias podem ser empregadas para atenuar esses problemas e promover um ambiente escolar mais agradável e mais saudável?

A hipótese evidencia as possibilidades de contribuição da psicologia de acordo com fases da adolescência, a escuta e o acompanhamento, através de intervenções baseadas em suporte emocional, educação socioemocional e políticas escolares inclusivas podem reduzir significativamente problemas de conduta e agressividade no contexto escolar.

Objetiva-se com o trabalho investigar as causas, consequências e intervenções eficazes para problemas de conduta e agressividade entre adolescentes no contexto escolar. Assim sendo busca-se identificar os problemas de conduta e agressividade no ambiente escolar, a importância dos estudos de casos, analisando os fatores sociais, emocionais e familiares associados a comportamentos disruptivos.

1. DESENVOLVIMENTO ADOLESCENTE E OS DESAFIOS EMOCIONAIS

A adolescência é um período crítico do desenvolvimento humano, marcado por intensas transformações físicas, cognitivas e emocionais. Nessa fase, os indivíduos passam por mudanças rápidas que envolvem a consolidação da identidade, o aumento da independência e a busca por novas formas de relacionamento com o mundo ao redor. Essas mudanças, no entanto, também trazem desafios emocionais significativos, como

a instabilidade afetiva, oscilações de humor e dificuldades no controle das emoções, que podem resultar em comportamentos problemáticos, como a agressividade e a desobediência. (Bock, 2007)

O contexto escolar, onde os adolescentes passam grande parte de seu tempo, torna-se um ambiente crucial para o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais. No entanto, é também onde muitos desses desafios emergem de forma mais visível, manifestando-se em conflitos interpessoais, dificuldade de adaptação às normas e problemas de conduta. Dessen.; Polonia (2007) Assim sendo entender como esses desafios emocionais impactam o comportamento dos adolescentes e sua interação com o ambiente escolar é fundamental para a criação de estratégias eficazes de apoio e intervenção, capazes de promover um desenvolvimento saudável durante essa fase complexa da vida.

Nessa perspectiva, a análise dos fatores psicológicos, sociais e ambientais que influenciam o desenvolvimento emocional na adolescência é essencial para compreender as dificuldades enfrentadas por esses jovens e propor soluções que possam favorecer o equilíbrio emocional e a convivência harmoniosa no contexto escolar.

Marques (2002) contextualiza que a função da escola no século XXI tem o objetivo precípua de estimular o potencial do aluno, levando em consideração as diferenças socioculturais em prol da aquisição do seu conhecimento e desenvolvimento global. Sob este prisma, ele aponta três objetivos que são comuns e devem ser buscados pelas escolas modernas: (a) estimular e fomentar o desenvolvimento em níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade; (b) desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social; (c) promover uma aprendizagem de forma contínua, propiciando, ao aluno, formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho.

Sob esta visão pontua-se que isto implica na promoção de atividades ligadas aos domínios afetivo, motor, social e cognitivo, de maneira associada à trajetória de vida de cada indivíduo.

2. CONCEITOS DE CONDUTA E AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

A conduta e a agressividade no contexto escolar são fenômenos amplamente discutidos na psicologia, devido ao seu impacto tanto no desenvolvimento dos adolescentes quanto na dinâmica das relações dentro do ambiente educacional.

A conduta é entendida como o conjunto de comportamentos observáveis de um indivíduo, regulados por normas sociais, morais e escolares. Quando esses comportamentos violam essas normas, podem ser considerados como problemas de conduta, os quais variam de pequenos atos de desobediência até comportamentos mais graves, como vandalismo ou violência (Xavier, 20023).

A agressividade, por sua vez, refere-se a ações ou intenções que buscam causar dano físico ou psicológico a outras pessoas. No ambiente escolar, esse tipo de comportamento pode se manifestar de diversas formas, como brigas físicas, bullying, intimidação verbal ou exclusão social (Xavier, 20023).

Diante do enunciado esclarece-se que embora nem todo problema de conduta envolva agressividade, ambos estão frequentemente interligados, uma vez que as dificuldades emocionais e sociais podem levar à externalização de conflitos internos através de atos agressivos.

Mediante essa perspectiva, existem comportamentos observáveis em adolescentes, que se destacam dos demais, como por exemplo mentir, não frequentar o ambiente escolar com assiduidade, ou frequentar de forma a não contribuir com o processo educativo, ser agressivo em determinadas circunstâncias de forma exagerada, entre outros, e esses comportamentos ficam evidentes a partir da observação do seu desenvolvimento normal, no contexto familiar e também, no contexto escolar (Vilhena; Paula, 2017, p. 5).

Nesse sentido esclarece-se que a literatura consultada informa que “existem critérios pré-estabelecidos pela ciência que dão suporte na diferenciação entre a normalidade e a psicopatologia” (Xavier, 2021, p. 10), o que torna necessária a observação da ocorrência de determinados compor-

tamentos isolados, não se esquecendo da hipótese de averiguar um comportamento esperado para o adolescente com idade e sexo, em uma mesma sociedade.

Compreender os conceitos de conduta e agressividade e como eles se expressam na escola é essencial para a elaboração de intervenções que busquem não apenas a disciplina, mas o desenvolvimento de competências socioemocionais. Essas intervenções são cruciais para a construção de um ambiente escolar seguro e inclusivo, onde todos possam aprender e se desenvolver de maneira saudável.

3. FATORES PSICOLÓGICOS E SOCIAIS RELACIONADOS À AGRESSIVIDADE NA ADOLESCÊNCIA: PRINCIPAIS CAUSAS DOS PROBLEMAS DE CONDUTA E AGRESSIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

A agressividade na adolescência é um fenômeno complexo que resulta de uma combinação de fatores psicológicos e sociais. Nesse período, os jovens passam por intensas mudanças cognitivas e emocionais, além de enfrentar pressões sociais e familiares, que acabam influenciando diretamente seu comportamento. No contexto escolar, esses desafios frequentemente se manifestam como problemas de conduta e atos agressivos, que impactam não apenas o indivíduo, mas também a dinâmica de convivência no ambiente educacional.

Entre os fatores psicológicos, destaca-se a dificuldade dos adolescentes em lidar com suas emoções, especialmente diante da busca por identidade e autonomia. Sentimento de frustração, insegurança e baixa autoestima podem contribuir para a externalização de conflitos internos, resultando em comportamentos agressivos. Além disso, transtornos de saúde mental, como ansiedade, depressão e déficit de atenção, também podem aumentar a predisposição para problemas de conduta (Maia; Williams, 2005).

No âmbito social, o ambiente familiar, as influências dos pares e a exposição à violência (seja na comunidade, na mídia ou em interações cotidianas) desempenham um papel significativo. Modelos de comportamento agressivo observados em casa ou entre amigos, bem como a falta de

suporte emocional adequado, podem reforçar a ideia de que a agressão é uma forma válida de resolver conflitos. (Maia; Williams, 2005).

Esclarece-se nesse contexto que o ambiente escolar, por sua vez, muitas vezes amplifica essas dificuldades, uma vez que adolescentes enfrentam a pressão de se ajustar a regras, expectativas acadêmicas e relacionamentos interpessoais desafiadores, pois experiências como a exposição a conflitos familiares, a falta de suporte emocional, ou a vivência de bullying e exclusão social na escola podem agravar comportamentos agressivos e problemáticos.

Nesse sentido é pertinente pontuar que entender esses fatores psicológicos e sociais é essencial para abordar eficazmente a agressividade e os problemas de conduta na escola. Intervenções que considerem tanto as necessidades emocionais dos adolescentes quanto o ambiente social em que estão inseridos podem promover a prevenção e o manejo mais eficaz desses comportamentos, contribuindo para um ambiente escolar mais saudável e seguro.

4. ESTUDOS DE CASO: ANÁLISE DE PROBLEMAS DE CONDUTA E INTERVENÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

A análise de estudos de caso através de entrevistas e questionários com alunos, professores e pais oferece uma visão aprofundada e prática sobre como os problemas de conduta e agressividade se manifestam no contexto escolar, bem como as formas de intervenção que devem ser aplicadas para lidar com essas situações.

Cada caso apresenta particularidades que refletem a complexidade das interações entre os fatores individuais, familiares, sociais e institucionais que influenciam o comportamento dos adolescentes na unidade de ensino. Silva (2022). Nesse sentido, “estudar casos concretos permite identificar padrões, desafios e soluções que vão além da teoria, proporcionando uma compreensão mais ampla dos mecanismos que perpetuam ou reduzem comportamentos disruptivos no ambiente escolar” (Teixeira; Jacinto; Dazzani, 2022).

Por meio do estudo de Teixeira, Jacinto, Dazzani (2022,), é possível observar como intervenções psicológicas, pedagógicas e sociais impactam tanto os alunos quanto a comunidade escolar. Casos de sucesso, assim como situações em que as intervenções falharam ou enfrentaram dificuldades, oferecem insights valiosos sobre os métodos e estratégias mais eficazes para promover a mudança de comportamento, melhorar a convivência e prevenir a reincidência de problemas de conduta.

Diante desse pressuposto observa-se que ao analisar as experiências práticas, visualiza-se a necessidade de refinar as abordagens utilizadas, possibilitando uma ação mais eficiente e personalizada no enfrentamento de comportamentos agressivos e desajustados no contexto educacional de forma individualizada.

Um dos grandes desafios que se configura atualmente é investir nas competências cognitivas/acadêmicas e também nas competências socioemocionais. Em relação a essa questão, *CASEL - Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning* (2015) sugere que:

Investir em competências socioemocionais beneficia o aluno não apenas no desenvolvimento dessas competências, mas também no desempenho escolar de modo geral e na manutenção de uma sociedade pró-social que visa ajudar, compartilhar, confortar, cooperar, sentir empatia e preocupar-se com os outros. Portanto, para que as competências socioemocionais sejam trabalhadas no contexto escolar do aluno do século XXI, elas devem ser o foco de qualquer proposta curricular que venha a ser delineada a partir da BNCC. (Citado por Santos, 2011, p. 17)

Essa perspectiva baseada em casos reais contribui para um debate mais qualificado sobre as melhores práticas em gestão de conflitos e desenvolvimento socioemocional na escola, evidenciando a importância de abordagens integradas e contextualmente sensíveis na promoção de um ambiente escolar mais seguro e inclusivo.

5. METODOLOGIA

Trata de um trabalho de abordagem qualitativa, adotado como método a revisão bibliográfica em base de dados virtuais, que permitiu uma investigação aprofundada sobre as teorias, conceitos e descobertas já existentes na literatura científica sobre o assunto. Esse método oferece uma visão abrangente das perspectivas teóricas relevantes, estabelecendo um alicerce sólido para a análise e conclusão.

Segundo Martins; a pesquisa bibliográfica “refere-se à fundamentação teórica que será adotada para tratar o tema e o problema de pesquisa. Por meio da análise da literatura publicada tratar-se-á um quadro teórico que fará a estruturação conceitual, dando sustentação ao desenvolvimento da pesquisa” (Martins, 2018).

Diante deste contexto pontua-se que a pesquisa bibliográfica é alicerçada na análise da literatura já publicada em forma de livros, artigos, teses, dissertações, congressos, relatórios, etc. Para levantamento dos artigos foi realizado busca online usando os seguintes descritores (Decs): Agressividade. Escola. Psicologia. Adolescência. Problemas de conduta.

Foram realizadas uma leitura das publicações pesquisadas tendo como critérios de inclusão textos em português e disponível na íntegra. O critério de exclusão foram artigos que fizeram fuga ao tema.

A abordagem qualitativa escolhida não apenas busca quantificar o fenômeno, mas procura explorar a complexidade, as relações e as experiências subjacentes.

Sendo de caráter descritivo, tem o intuito de obter conhecimentos que respondem aos objetivos propostos, com o propósito de obter subsídios teóricos que respondessem aos objetivos propostos.

6. RESULTADOS

A adolescência é uma fase de transição marcada por intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, que podem gerar conflitos internos e externos. Nesse período, muitos adolescentes enfrentam desafios para lidar com suas emoções e desenvolver habilidades de autocontrole, o que pode

resultar em comportamentos de indisciplina e agressividade no ambiente escolar. Esses problemas de conduta, quando não compreendidos e tratados adequadamente, podem comprometer o desempenho acadêmico, as relações interpessoais e o bem-estar geral dos jovens, além de impactar negativamente o clima escolar e a dinâmica pedagógica.

Para Dessem e Polonia (2007) a escola e a família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida dos indivíduos, do desenvolvimento humano, esclarecem que vínculos familiares e a importância da escola como apoio para o desenvolvimento da família são discutidas. Os autores focam nas funções da escola, considerando sua influência nas pessoas em desenvolvimento. Apontam-se algumas considerações sobre a necessidade de compreender as inter-relações entre escola e família, visando facilitar a aprendizagem e desenvolvimento humano. A integração entre esses dois segmentos é destacada como desafio para a prática profissional dos profissionais.

Diante da afirmação ressalta-se de forma clara a relevância da integração entre escola e família como elementos fundamentais no desenvolvimento humano. Ambos os contextos oferecem não apenas suporte educacional, mas também emocional e social, formando uma base sólida para a formação integral dos indivíduos. A escola, além de seu papel pedagógico, desempenha uma função social importante ao complementar a educação familiar, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

A necessidade de compreender as inter-relações entre esses dois espaços é fundamental, pois, quando trabalham em harmonia, criam um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento saudável. No entanto, como o texto aponta, essa integração ainda é um desafio para os profissionais da educação, que precisam lidar com diversas realidades familiares e estabelecer uma comunicação efetiva e colaborativa.

De acordo com a fala de Silva (2022), o combate à indisciplina tem sido um processo difícil, considerando que a escola necessita do apoio da família para que consigam juntas atingir seus objetivos. Ao analisar os fatos percebe-se que é muito mais complexo, pois é preciso questionar o mau comportamento apresentado pela criança ou adolescente, sendo, por-

tanto, necessário um estudo de caso mais aprofundado, buscando descobrir a raiz do problema. É pertinente citar o expressivo o número de profissionais da educação que estão sendo afetados psicologicamente, e até muitas vezes afastados de suas funções por causa dos males causados pela indisciplina. Esclarece-se que antes de qualquer atitude o professor precisa ter uma postura ética diante dessas dificuldades, aprendendo a conceituar o que é a indisciplina, e o que é patológico para tomar as decisões cabíveis sobre cada caso.

O autor aborda com clareza a complexidade que envolve o combate à indisciplina no ambiente escolar, destacando que essa questão vai além de simples medidas punitivas. A indisciplina, muitas vezes, é um reflexo de fatores mais profundos que podem estar relacionados ao contexto familiar, social ou emocional da criança ou adolescente. Nesse sentido, a parceria entre escola e família é imprescindível para entender e intervir de forma eficaz, uma vez que ambas compartilham a responsabilidade pelo desenvolvimento dos alunos.

O comentário também traz uma reflexão importante sobre o impacto que a indisciplina causa nos profissionais da educação, evidenciando o crescente número de docentes afetados psicologicamente. Isso revela a necessidade urgente de oferecer suporte emocional e condições de trabalho que promovam o bem-estar dos educadores, evitando o desgaste mental que compromete não apenas sua saúde, mas também a qualidade do ensino.

Além disso, é pertinente o destaque dado à postura ética que o professor deve adotar ao lidar com situações de indisciplina. Identificar o que é um comportamento típico de indisciplina e o que pode ser indicativo de uma condição patológica exige sensibilidade, conhecimento e prudência. Essa abordagem ética é essencial para que as decisões tomadas sejam justas, equilibradas e contribuam para a formação integral do aluno, ao invés de reforçar padrões punitivos que podem perpetuar o problema.

De acordo com a opinião de Teixeira (2022), o psicólogo escolar que se torna na realidade um agente transformador, elaborando saberes e fazeres imprescindíveis para uma educação comprometida com o desenvolvimento moral e a emancipação dos alunos, sua atuação demanda um planejamento sistematizado, já que a construção da autonomia não ocorre

a partir de improvisos, situações espontâneas e soluções aparentemente rápidas e imediatas, pois, nem sempre os professores são capacitados para reconhecer o problema e enfrentá-lo.

O autor destaca com propriedade o papel do psicólogo escolar como um agente transformador no ambiente educacional, ressaltando sua contribuição para o desenvolvimento moral, emocional e social dos alunos. A atuação desse profissional vai além do atendimento pontual a dificuldades individuais, pois envolve a elaboração de práticas e estratégias que promovam a autonomia e a emancipação dos estudantes, aspectos fundamentais para sua formação integral.

Ao enfatizar que essa atuação demanda um planejamento sistematizado, ressalta-se um ponto crucial: a construção da autonomia dos alunos não pode ser deixada ao acaso ou baseada em soluções rápidas e improvisadas. O desenvolvimento humano é um processo contínuo e complexo, que exige ações intencionais e fundamentadas em teorias e práticas psicológicas e pedagógicas.

Outro ponto importante é a menção à necessidade de capacitação dos professores. Muitas vezes, os docentes não possuem a formação necessária para identificar ou lidar com questões emocionais e comportamentais que surgem em sala de aula. Nesse contexto, o psicólogo escolar desempenha um papel fundamental ao atuar como mediador, oferecendo suporte técnico e auxiliando na criação de um ambiente escolar mais acolhedor e propício ao desenvolvimento dos alunos.

Freire (2022) chama a atenção quando diz que uma variedade de questões relacionadas ao processo de escolarização tem sido encaminhada às diversas instituições que atendem as queixas escolares: dificuldades de aprendizagem entre crianças e adolescentes, agressividade, problemas de comportamento e dificuldades nas relações interpessoais, dentre outras. Nesse sentido, verifica-se que desde os primórdios de seu surgimento no Brasil, a psicologia é chamada para intervir e responder às demandas relacionadas a estudantes que apresentam algum tipo de problema na escola.

Desde o surgimento da psicologia no Brasil, ela tem desempenhado um papel crucial no contexto educacional, especialmente em relação à intervenção em questões relacionadas ao processo de escolarização.

A demanda por apoio psicológico nas escolas tem sido crescente, abrangendo uma variedade de problemas que afetam o desempenho e o desenvolvimento dos estudantes. Dentre esses problemas, destacam-se as dificuldades de aprendizagem, a agressividade, os problemas de comportamento e as dificuldades nas relações interpessoais.

Esses desafios não surgem de maneira isolada, mas são frequentemente reflexos de um conjunto complexo de fatores, como o ambiente familiar, a dinâmica social, as questões emocionais e os próprios processos cognitivos. Por exemplo, crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem podem ter dificuldades não só na escola, mas também em sua interação social, o que pode gerar um ciclo de frustração, isolamento e, em muitos casos, agressividade. Da mesma forma, problemas de comportamento frequentemente estão ligados a questões emocionais não resolvidas, como ansiedade, raiva ou a falta de habilidades sociais.

O papel da psicologia nesse contexto é identificar as causas subjacentes desses comportamentos e dificuldades, intervindo de maneira precoce e eficaz. A psicologia escolar busca não apenas tratar os sintomas, mas também promover a inclusão e o bem-estar dos estudantes, ajudando a escola a desenvolver estratégias de ensino mais eficazes e proporcionando suporte individualizado. Isso inclui a aplicação de avaliações psicológicas, a realização de orientações com professores e pais, e a implementação de programas de desenvolvimento social e emocional para os alunos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pressupostos enunciados pela literatura estudada concluiu-se que a adolescência é uma fase marcada por profundas transformações físicas, emocionais e sociais, que frequentemente geram conflitos internos e externos. Os problemas de conduta e agressividade no contexto escolar refletem tanto as dificuldades de adaptação dos adolescentes às normas e expectativas sociais quanto as influências do ambiente em que estão inseridos. Fatores psicológicos, como a dificuldade em regular emoções, e sociais, como a influência dos pares e o contexto familiar, desempenham um papel significativo no surgimento desses comportamentos.

Especificamente no ambiente escolar, esses problemas de conduta e agressividade não afetam apenas o desenvolvimento acadêmico dos jovens, mas também a qualidade das interações e a dinâmica coletiva da escola. Para lidar com esses desafios, é essencial adotar uma abordagem multidisciplinar que considere não apenas a correção dos comportamentos inadequados, mas também a promoção de habilidades socioemocionais que auxiliem os adolescentes a lidar com suas emoções de forma saudável.

Assim sendo, pontua-se que as intervenções eficazes para o manejo da conduta e da agressividade na adolescência devem ir além das medidas disciplinares tradicionais, englobando ações preventivas e educativas que envolvam a escola, a família e a comunidade. Dessa forma, é possível criar um ambiente escolar mais acolhedor, capaz de contribuir positivamente para o desenvolvimento integral dos adolescentes, promovendo a convivência pacífica e o respeito mútuo.

Esclarece-se que os questionamentos e os objetivos que nortearam a pesquisa, foram respondidas, pois compreendeu-se quais são as características individuais que influenciam no comportamento agressivo de adolescentes no ambiente escolar, O desenvolvimento do adolescente e os desafios emocionais nesse período, os conceitos de conduta e agressividade específicos no contexto escolar, os fatores psicológicos e sociais relacionados à agressividade na adolescência, as principais causas dos problemas de conduta e agressividade no ambiente escolar, abordando também a importância dos estudos de caso voltados para a análise de problemas de conduta e intervenções no contexto escolar. Constata-se nesse interim que o adolescente agressivo, apresenta esse comportamento, a partir de uma complexidade e ou multiplicidade de fatores aos quais estão relacionados a família e ao meio social do indivíduo, chegando até a unidade de ensino ao qual está inserido.

É pertinente mencionar que na adolescência os problemas de conduta e agressividade no contexto escolar também vinculado a uma série de fatores com características específicas, isto é, individuais, bem vinculadas a fatores externos, onde ambos estão relacionados as influências ambientais e neurobiológicas. Na realidade esses fatores possuem um grau de valor acentuado no desenvolvimento da agressividade no adolescente em especial na unidade de ensino.

Para superar esse desafio, é necessário promover uma prática profissional que valorize a escuta ativa, o diálogo contínuo e a construção de parcerias entre escola e família. A compreensão mútua das funções e limites de cada segmento pode facilitar a criação de estratégias conjuntas que favoreçam não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento integral dos alunos, fortalecendo a rede de apoio ao redor da criança ou jovem.

Portanto, o trabalho do psicólogo escolar, em colaboração com a equipe docente, não só contribui para a resolução de conflitos e dificuldades, mas também promove uma educação mais inclusiva, crítica e orientada para a formação de cidadãos autônomos e preparados para os desafios da sociedade.

Desde seus primórdios no Brasil, a psicologia tem se mostrado fundamental para compreender a complexidade dos problemas educacionais e fornece as ferramentas necessárias para que os educadores e profissionais de saúde escolar possam lidar com essas questões de maneira integrada e eficaz. Sua atuação, longe de ser restrita ao diagnóstico e à intervenção em casos individuais, também envolve a formação de uma abordagem mais holística, que visa criar um ambiente escolar mais saudável e propício ao desenvolvimento pleno de cada aluno.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. A (2007) A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 11, n. 1, p. 63-76, jan.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. d A C. (2007) A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 17, n. 36, p. 21-32, jan. 2007.

FREIRE, K. E. S. Uma proposta de atendimento psicológico-clínico às demandas escolares. In: TEIXEIRA, A. M. B., JACINTO, P. M. S., and DAZZANI, M. V. M., ed. *O futuro é meu enquanto eu viver: desafios da*

psicologia em contextos educacionais [online]. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 131-147. ISBN: 978-65-5630-518-9.

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. (2005) Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas Psicol.* v. 13 n. 2 Ribeirão Preto dez. Universidade Federal de São Carlos - Brasil.

MARQUES, R. *O envolvimento das famílias no processo educativo: Resultados de um estudo em cinco países.* 2002.

SANTOS, Ana Cláudia Ribeiro dos (2011) *O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola?* – Porto Alegre, 2011. 117 f. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós Graduação em Serviço Social. PUCRS.

SILVA, Maria Jessica Couto. *Indisciplina na escola.* (2022).

TEIXEIRA, A. M. B., JACINTO, P. M. S., and DAZZANI, M. V. M., (2022) ed. *O futuro é meu enquanto eu viver: desafios da psicologia em contextos educacionais* [online]. Salvador: EDUFBA.

VILHENA, Karime; PAULA, Cristiane Silvestre de. Problemas de conduta: prevalência, fatores de risco/proteção; impacto na vida escolar e adulta. (2017) *Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.* São Paulo, v. 17, n. 1, p. 39-52, jun.

XAVIER, Assirlene de Fátima. (2023) A adolescência e os problemas de conduta e agressividade no contexto escolar. *Construção Psicopedagógica*, v. 33 n. 34 São Paulo 2023.

XAVIER, A. (2021). *Problemas de conduta e agressividade no contexto escolar.* 1ª Campina Grande: Clube dos Autores.

ENTREVISTA MOTIVACIONAL EM PSICOLOGIA HOSPITALAR: PROMOÇÃO DA ADESÃO AO TRATAMENTO

Orientadora: Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos¹
Selmita Aparecida Sanches Barbosa²

Resumo: Entrevista Motivacional em Psicologia Hospitalar: Promoção da Adesão ao Tratamento é um estudo de revisão bibliográfica que tem por objetivo identificar como a Entrevista Motivacional pode ser utilizada, com eficiência e eficácia, para a promoção da adesão do paciente com doenças agudas ou crônicas ao tratamento em acompanhamento ambulatorial. E também, outro objetivo deste trabalho foi selecionar técnicas para promoção da mudança de comportamento do paciente através da Entrevista Motivacional. A metodologia utilizada foi conduzida através da abordagem qualitativa e o procedimento escolhido foi a revisão bibliográfica de artigos e obras relacionadas ao tema para definições, esclarecimentos e aquisição de conhecimento teórico sobre o assunto. Foi apresentado, selecionado neste artigo algumas técnicas e delimitações dessas estratégias para orientar, direcionar e acompanhar a adesão do paciente ao tratamento. Portanto, a Entrevista Motivacional que tem como função estabelecer um processo colaborativo entre paciente e equipe hospitalar e assim ativar a motivação e recursos para a mudança de comportamento, porém sempre respeitando a autonomia do indivíduo. A EM pode ser um excelente método para conduzir o tratamento adequado do paciente dando-lhe qualidade de vida.

Palavras- chaves: Entrevista motivacional. Adesão. Mudança. Comportamento.

MOTIVATIONAL INTERVIEWING IN HOSPITAL PSYCHOLOGY: PROMOTING ADHERENCE TO TREATMENT

Abstract: Motivational Interviewing in Hospital Psychology: Promoting Adherence to Treatment is a literature review study that aims to identify how Motivational In-

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO/2005) e Doutora em Educação (PUC-GO/2021) e Professora da Faculdade Dinâmica.

² Graduanda em Psicologia pela Faculdade Dinâmica - Santa Terezinha de Goiás - Facdin. E-mail: selmitaasanbar@hotmail.com

interviewing can be used efficiently and effectively to promote adherence by patients with acute or chronic illnesses to outpatient treatment. Another objective of this study was to select techniques for promoting changes in patient behavior through Motivational Interviewing. The methodology used was a qualitative approach and the procedure chosen was a bibliographical review of articles and works related to the topic for definitions, clarifications, and acquisition of theoretical knowledge on the subject. This article presents some techniques and delimitations of these strategies to guide, direct, and monitor patient adherence to treatment. Therefore, Motivational Interviewing (MI) has the function of establishing a collaborative process between the patient and the hospital's team, thus activating motivation and resources for behavioral change, while always respecting the individual's autonomy. MI can be an excellent method for conducting appropriate treatment, giving patients a better quality of life.

Keywords: Motivational interviewing. Adherence. Behavior change.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Hospitalar e o psicólogo hospitalar têm como objetivo o entendimento e o tratamento dos aspectos psicológicos causados pelo adoecimento. Esse entendimento traz o acolhimento e a atenção ao paciente e à família. E cada paciente manifestará sua subjetividade diante da doença (Simonetti, 2018). Diante dessa subjetividade o psicólogo hospitalar tem, de acordo com Simonetti (2018), como instrumento de trabalho a palavra. E essa palavra, às vezes, está estruturada para facilitar a condução da “escuta analítica e manejo situacional (Simonetti, 2018)”. A este método dá-se o nome de Entrevista Motivacional. A Entrevista Motivacional não é um método exclusivo da Psicologia. Ela pode ser usada por profissionais da área da saúde, desde que bem compreendida, aprendida e aplicada.

A Entrevista Motivacional quando foi criada, os autores tinham como foco os pacientes que eram dependentes de álcool e drogas. Mas atualmente é usada para promover mudança de comportamento de pacientes com hipertensão, diabetes, obesidade, doenças cardíacas, adesão ao tratamento e problemas psiquiátricos e psicológicos (Rollnick, Miller & Butler, 2009). De acordo com os autores “A entrevista motivacional é uma forma refinada do conhecido processo de orientar (Rollnick, Miller & Butler,

2009)” e é um método/técnica que pode e deve ser aperfeiçoado ao longo da prática profissional.

A EM atuará ativando a motivação dos pacientes para a adesão e mudança de comportamento. Com a aplicação da EM espera-se que o paciente comece, faça e conclua o tratamento. A prática envolve escutar o paciente e não o obrigar a fazer algo. É um trabalho clínico que requer habilidade para fazer eclodir as melhores motivações para aderir ao tratamento. Muita escuta e pouquíssimo direcionamento.

O objetivo deste artigo é identificar como a Entrevista Motivacional pode ser utilizada, com eficiência e eficácia, para a promoção da adesão do paciente, com doenças agudas ou crônicas, ao tratamento em acompanhamento ambulatorial. Além de identificar o efeito da aplicação da EM, o artigo traz alguns exemplos de técnicas/estratégias para serem utilizadas com o paciente durante a orientação, o direcionamento e o acompanhamento provendo assim a mudança de comportamento. O método utilizado foi a revisão literária de obras que abordam a temática proposta: Entrevista Motivacional e a Psicologia Hospitalar.

O estudo de revisão literária sobre Entrevista Motivacional aqui proposto é importante para o conhecimento do profissional que irá conduzir, explicar, orientar o tratamento do paciente e, evidentemente, auxiliará esse indivíduo ter qualidade de vida e possibilitará a condução adequada ao tratamento de doenças agudas e controle das condições das enfermidades crônicas. Analisar, pesquisar, comparar e conhecer mais sobre o tema, Entrevista Motivacional, certamente trouxe aos pesquisadores um entendimento maior sobre assunto e ampliou qualidade de aplicação desse método clínico no âmbito da Psicologia Hospitalar.

1. ENTREVISTA MOTIVACIONAL

Rollnick, Miller & Butler (2009), afirmam que a “entrevista motivacional é uma forma refinada do conhecido processo de orientar”. Refinado porque o profissional precisa ser habilidoso e alternar entre os estilos de direcionar, orientar e acompanhar. A entrevista motivacional é um complemento das habilidades de comunicação. Um dos princípios orientado-

res da EM é que o profissional resista ao reflexo de consertar as coisas. É o paciente, de acordo com a habilidade do aplicador, quem deve verbalizar os argumentos a favor da mudança. Durante o processo de abordagem do paciente pode ocorrer a ambivalência, ou seja, motivações conflitantes, querer e não querer, simultaneamente. Isso é normal. Pois de acordo com Simonetti (2018), “a doença é um real do corpo no qual o homem esbarra, e quando isso acontece toda sua subjetividade é sacudida” (p. 19).

Outro Princípio orientador da EM é entender e explorar as motivações do paciente sobre a resistência em mudar de comportamento. O profissional deve mostrar interesse pelas preocupações, valores e motivações do paciente. Observar, explorar as percepções do paciente sobre a situação atual e o que o impele a mudar. Perguntar o porquê eles gostariam de mudar e como poderiam fazer. Outro princípio é escutar com empatia, pois as respostas para a mudança de comportamento, provavelmente estarão dentro do próprio paciente e se faz necessário uma boa escuta do profissional para ajudar e direcionar o paciente a encontrá-las. Escuta de qualidade envolve um interesse empático para garantir que entendeu. Depois da escuta empática o último princípio orientador é fortalecer o paciente ajudando-o a explorar como a mudança de comportamento e a adesão ao tratamento pode fazer diferença para o restabelecimento da saúde.

Um bom Orientador, de acordo com Rollnick, Miller & Butler (2009), pergunta, informa e escuta. Isso porque nenhum paciente é completamente desmotivado. O que determina a adesão é a forma como o paciente é abordado. “As ferramentas de perguntar, informar e escutar podem ser combinadas de um modo mais ou menos eficiente, efetivo e hábil” (p. 47). Essas abordagens se feitas com eficiência estabelece a comunicação entre o aplicador da EM e paciente tornando o processo colaborativo, evocativo e respeita a autonomia do paciente.

O acompanhamento se refere também ao escutar. Rollnick, Miller & Butler (2009), dizem que “escutar bem não envolve instruir ou direcionar, concordar ou discordar, persuadir ou aconselhar, advertir ou analisar, e não existe agenda para cumprir além de ver e entender o mundo pelos olhos do outro” (p. 31). Alguém que acaba de receber um diagnóstico desfavorável só precisa que o profissional o respeite e o acompanhe. O direcionamento, no

caso de uma má notícia sobre a saúde, depois do acompanhamento permite que o profissional, por um tempo tome o controle da situação. “Às vezes, essa abordagem salva vidas” afirmam Rollnick, Miller & Butler (2009).

A EM tem como foco pensar o tratamento da saúde do indivíduo e as condições que envolverão esse cuidado a curto ou longo prazo. A EM trabalhará, atuará ativando a motivação do paciente para que busque, aja mudando o comportamento e aderindo ao tratamento.

O que é Psicologia Hospitalar e como pode atuar na mudança de comportamento de um paciente? Simonetti (2018), define assim Psicologia Hospitalar: “é o campo de entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento. O adoecimento se dá quando o sujeito humano, carregado de subjetividade, esbarra em um “real” de natureza patológica, denominado “doença”, presente em seu próprio corpo, [...]”. Será com esse sujeito real que a Psicologia Hospitalar e a EM irá trabalhar através da escuta ativa, do questionamento habilidoso e da informação adequada.

Adoecer não é um processo que se aceita, que se enfrenta pacificamente. Ocorre a negação, revolta, pode ocorrer depressão e depois de muito esforço e trabalho pessoal pode acontecer o enfrentamento real. Simonetti (2018), afirma que a doença é um evento.

A doença é um evento que se instala de forma tão central na vida da pessoa, que tudo o mais perde importância ou então passa a girar em torno dela, numa espécie de órbita que apresenta quatro posições principais: negação, revolta, depressão e enfrentamento (p. 37).

É nesse universo de sofrimento, de aceitação da realidade que o psicólogo hospitalar e a entrevista motivacional atuarão para minorar as desilusões e fazer com que o paciente trate e use a medicação, as atividades, a alimentação, o repouso, os cuidados alinhavados pela equipe médica.

2. PRÁTICA DA ENTREVISTA MOTIVACIONAL

Para que ocorra a adesão a mudança é preciso que o paciente deseje, queira a mudança do status quo. Que ele perceba que tem capacidade, confiança no processo. Em seguida que encontre razões, necessidade e com-

prometimento. Tudo isso junto resultará na mudança de comportamento. Para a adesão e o comprometimento com o mudança pode-se usar a técnica: Perguntar (perguntas fechadas ou perguntas abertas). As perguntas abertas apresentam mais espaços para estabelecer uma comunicação mais consistente e assim conseguir mais informações. Mas as duas evocam informações. Há técnica do “dia típico”, aqui as perguntas são propositadas. Perguntas a serviço do estilo de orientar. “É isso que queremos dizer com perguntar para a serviço de orientar... É um convite para pesar as opções e considerar uma mudança. É um alicerce da EM” (Rollnick, Miller & Butler 2009, p. 70-71). Perguntar na EM aciona as motivações da pessoa.

Outra técnica é o estabelecimento da agenda. Nesta atividade de comunicação o profissional apresenta uma agenda para uso das prioridades e preferências do paciente para a transformação: alimentação – exercícios – remédios – álcool – cigarro (o que precisa descartar e o que precisa incluir para a qualidade de vida). Deixa-se, ainda, duas fichas em branco para que o paciente faça outras substituições. Há ainda a Escala de 1 a 10. Essa técnica o paciente aponta onde ele está e onde pretende chegar. Há muitas outras técnicas da Entrevista Motivacional. Todas elas têm o objetivo de ajudar o paciência a tomar suas próprias decisões para a mudança de comportamento e adesão ao tratamento.

3. METODOLOGIA

A pesquisa sobre o tema: Entrevista Motivacional em Psicologia Hospitalar: Promoção de Adesão ao Tratamento FOI conduzida através da abordagem qualitativa e o procedimento escolhido será a revisão bibliográfica de artigos e obras relacionadas ao tema para definições, esclarecimentos e aquisição de conhecimento teórico sobre o assunto. Selecionou-se técnicas e delimitações dessas técnicas. Foi abordado, neste estudo, a finalidade da utilização da Entrevista Motivacional que é a adesão do paciente ao tratamento.

Os levantamentos dos dados qualitativos selecionados e relatados no artigo que foram produzido tem a pretensão de serem utilizados como base

para outros trabalhos, outras pesquisas sobre o assunto Entrevista Motivacional e mudança de comportamento de pacientes com doenças crônicas ou agudas. Os autores pré-selecionados para o estudo são: Angerami, Simonetti e Rollnick, Miller & Butler.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Entrevista Motivacional que tem como objetivo estabelecer um processo colaborativo entre paciente e equipe hospitalar, ativar a motivação e recursos para a mudança de comportamento, porém sempre respeitando a autonomia do indivíduo pode ser um excelente método para conduzir o tratamento adequado do paciente. No entanto, de acordo com Rollnick, Miller & Butler (2009), para que a adesão ao tratamento ocorra faz-se necessário que o profissional da saúde, a EM não é exclusividade da Psicologia, respeite alguns princípios orientadores da boa aplicação da Entrevista Motivacional: resistir ao reflexo de consertar as coisas, entender e explorar a motivação do paciente, escutar com empatia e fortalecer o paciente.

Faz-se necessário a aquisição desse conhecimento para que a EM não se torne um simples aconselhamento e um não promova a ambivalência (prós e contra) ou seja, o conhecimento da técnica evitará colocar o paciente paralisado nesse “status quo” ora quer mudar ora não. E o objetivo da EM é o fortalecimento do indivíduo aderir ao tratamento. Portanto, conhecer os princípios orientadores da Entrevista Motivacional, as técnicas, as habilidades básicas da EM e os modelos de intervenção é que garantirá a prevenção, o tratamento e a manutenção da saúde do sujeito. A EM aplicada com o devido respeito ao paciente, geralmente, conduz a um progresso mais rápido da mudança.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI, V. A., TRUCHARTE, F. A. R., KNIJNIK, R. B., SEBASTIANI, R. W. (2021). *Psicologia Hospitalar – Teoria e Prática*. São Paulo: Cengage Learning.

ROLLNICK, S., MILLER, W. R., BUTLER, C. C. (2009). *Entrevista motivacional no cuidado da saúde: Ajudando pacientes a mudar o comportamento*. Porto Alegre, RS: Artemed.

SIMONETTI, A. (2018). *Manual de Psicologia Hospitalar: O mapa da doença*. Belo Horizonte, MG: Artesã.

MENTE EM JOGO: COMO O USO EXCESSIVO DE JOGOS AFETA O PSICOLÓGICO DOS ADOLESCENTES

Soraia Leopoldino Ferreira de Moura¹

Resumo: O uso excessivo de jogos eletrônicos tem se tornado uma preocupação crescente na sociedade contemporânea, especialmente entre os adolescentes. O principal objetivo deste estudo é analisar os efeitos psicológicos adversos resultantes do uso excessivo de jogos eletrônicos entre adolescentes. Busca-se identificar sintomas como ansiedade, depressão, isolamento social e outros distúrbios psicológicos associados a essa prática, além de entender como esses problemas afetam o desenvolvimento e o comportamento dos jovens. A justificativa para este estudo reside na crescente prevalência do uso excessivo de jogos eletrônicos entre adolescentes e nos potenciais riscos que essa prática representa para a saúde mental. Em conclusão, o impacto da exposição excessiva à tecnologia na adolescência pode causar danos e tem implicações significativas para o desenvolvimento emocional. Embora a tecnologia ofereça inúmeras oportunidades e benefícios, o uso excessivo e inadequado de dispositivos digitais pode levar a uma série de problemas emocionais e psicológicos.

Palavras-chave: Excesso. Jogos. Psicológico. Adolescentes.

MIND AT GAME: HOW EXCESSIVE USE OF GAMES AFFECTS THE PSYCHOLOGY OF ADOLESCENTS

Abstract: The excessive use of electronic games has become a growing concern in contemporary society, especially among teenagers. The main objective of this study is to analyze the adverse psychological effects resulting from excessive use of electronic games among adolescents. The aim is to identify symptoms such as anxiety, depression, social isolation and other psychological disorders associated with this practice, in addition to understanding how these problems affect the development and behavior of young people. The justification for this study lies in the growing prevalence of excessive use of electronic games among adolescents and the potential risks that this practice poses to mental health. In conclusion, the impact of excessive exposure to technology in adolescence can cause harm and

¹ Discente do curso de Psicologia da FACDIN.

has significant implications for emotional development. Although technology offers countless opportunities and benefits, excessive and inappropriate use of digital devices can lead to a series of emotional and psychological problems.

Keywords: Excess. Games. Psychological. Teenagers.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a utilização excessiva de jogos eletrônicos como transtorno dos jogos eletrônicos (gaming disorder, em inglês), conforme Serqueira *et al.*, (2021). Esse transtorno é caracterizado por um padrão de comportamento em que a prática dos jogos é priorizada em detrimento de outras atividades e interesses, comprometendo a capacidade do indivíduo de controlar o tempo gasto jogando. Essa condição pode resultar em diversos problemas, incluindo impactos psicológicos, sociais e fisiológicos, entre outros.

O uso excessivo de jogos eletrônicos tem se tornado uma preocupação crescente na sociedade contemporânea, especialmente entre os adolescentes. Com o avanço da tecnologia e a crescente acessibilidade aos dispositivos digitais, os jogos eletrônicos se tornaram uma forma predominante de entretenimento. No entanto, essa prática excessiva pode levar a consequências negativas significativas para o bem-estar psicológico dos jovens. Este estudo tem como objetivo investigar os danos causados pelo uso excessivo de jogos eletrônicos no psicológico dos adolescentes, compreendendo os mecanismos pelos quais esses impactos ocorrem e propondo possíveis estratégias de mitigação.

O principal objetivo deste estudo é analisar os efeitos psicológicos adversos resultantes do uso excessivo de jogos eletrônicos entre adolescentes. Busca-se identificar sintomas como ansiedade, depressão, isolamento social e outros distúrbios psicológicos associados a essa prática, além de entender como esses problemas afetam o desenvolvimento e o comportamento dos jovens.

A justificativa para este estudo reside na crescente prevalência do uso excessivo de jogos eletrônicos entre adolescentes e nos potenciais

riscos que essa prática representa para a saúde mental. Compreender os danos psicológicos causados por essa atividade é crucial para desenvolver intervenções eficazes e políticas de prevenção. Ademais, pais, educadores e profissionais de saúde precisam estar cientes dessas consequências para orientar e apoiar melhor os adolescentes em seu desenvolvimento saudável.

A metodologia adotada neste estudo é a revisão bibliográfica, que envolve a análise de pesquisas e publicações relevantes sobre o tema (Gil, 2022). Foram selecionados artigos científicos, livros e relatórios de organizações de saúde que abordam a relação entre o uso excessivo de jogos eletrônicos e os impactos psicológicos nos adolescentes. A revisão inclui estudos empíricos, revisões sistemáticas e meta-análises que oferecem uma visão abrangente e atualizada dos danos causados por essa prática. A partir dessa análise, espera-se sintetizar o conhecimento existente e identificar lacunas na literatura que possam orientar futuras pesquisas.

1. O IMPACTO NEGATIVO DA TECNOLOGIA

A tecnologia tem o potencial de transformar o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando novas oportunidades e melhorias para as crianças e adolescentes. A incorporação de dispositivos tecnológicos e o acesso à Internet permite o uso de recursos online, promovendo interatividade. Isso possibilita uma aprendizagem mais personalizada e adaptada (Santos & Barros, 2018).

Os aspectos negativos relacionados ao uso excessivo da tecnologia são variados e abrangentes. O uso prolongado de dispositivos eletrônicos, como smartphones e computadores, pode levar a problemas de saúde física, como dor no pescoço, ombros e costas devido à má postura, além de problemas oculares, como fadiga ocular e visão embaçada (Souza, 2023).

O tempo excessivo gasto em atividades sedentárias, como assistir televisão ou jogar videogames, está associado a um maior risco de obesidade, especialmente em crianças e adolescentes. O uso exagerado pode ter efeitos negativos na saúde mental, incluindo aumento do estresse, ansiedade, depressão e isolamento social. O vício em tecnologia também pode

levar a problemas de saúde mental, como dependência de internet e dificuldade em controlar o uso de dispositivos eletrônicos (Santos & Barros, 2018).

O uso excessivo da tecnologia pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, especialmente em crianças e adolescentes, que podem passar menos tempo interagindo pessoalmente com amigos e familiares e mais tempo em frente a telas (Pereira, 2022).

O constante acesso a dispositivos eletrônicos pode levar à distração e redução da produtividade, especialmente no ambiente de trabalho ou estudo, onde a multitarefa pode interferir na capacidade de concentração e desempenho (Souza, 2023).

O uso da tecnologia também apresenta riscos de segurança e privacidade, incluindo a exposição a conteúdos inapropriados, cyberbullying, roubo de identidade e violações de dados pessoais (Silva, 2019).

Enquanto a tecnologia oferece inúmeras vantagens e benefícios, é importante reconhecer e mitigar os aspectos negativos associados ao seu uso excessivo, promovendo um equilíbrio saudável no uso de dispositivos eletrônicos e adotando práticas seguras e responsáveis ao utilizar a tecnologia (Paiva; Costa, 2015).

Além disso, a tecnologia supera barreiras geográficas e socioeconômicas, permitindo o acesso ao conhecimento de forma ampla e democratizada. No entanto, é importante destacar os desafios e preocupações relacionados ao uso excessivo da tecnologia. A segurança e privacidade dos dados dos adolescentes também devem ser cuidadosamente protegidas (Dias, 2019).

Apesar dos desafios, estudos e pesquisas têm demonstrado o impacto positivo da tecnologia. Há evidências de melhorias no desempenho acadêmico, aumento do engajamento de alunos e preparação para um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico. O impacto da tecnologia é inegável, pois abre caminhos para uma aprendizagem mais dinâmica, inclusiva e personalizada. No entanto, é fundamental que seu uso seja feito de maneira planejada e equilibrada, visando maximizar os benefícios e enfrentar os desafios para garantir uma educação de qualidade e adaptada às demandas da sociedade atual (De Barros *et al.*, 2021).

Estudos, como o de De Barros *et al.*, (2021), destacam que o uso excessivo de smartphones pode estar associado a uma série de problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade, distúrbios do sono e comprometimento cognitivo. O constante acesso a conteúdos digitais, juntamente com a exposição prolongada às telas, pode contribuir para um aumento do estresse, da sobrecarga cognitiva e da dificuldade em desconectar-se do mundo digital, prejudicando assim o bem-estar emocional e psicológico das pessoas.

Portanto, é fundamental adotar uma abordagem equilibrada no uso da tecnologia, reconhecendo os benefícios que ela pode trazer, ao mesmo tempo em que se estabelecem limites saudáveis para o tempo de tela e se promovem atividades offline que favoreçam o bem-estar emocional e o equilíbrio mental. Ao fazer isso, podemos maximizar os aspectos positivos da tecnologia enquanto mitigamos os possíveis impactos negativos sobre a saúde mental e o bem-estar geral das pessoas (Santos & Barros, 2018).

Para Santos & Barros (2018), o excesso de tecnologia pode acarretar uma série de transtornos e doenças, afetando não apenas a saúde física, mas também a saúde mental das pessoas. O uso excessivo de dispositivos tecnológicos, como smartphones, tablets e computadores, pode contribuir para o desenvolvimento de uma variedade de problemas, incluindo obesidade, déficit de atenção, transtorno bipolar, psicose, ansiedade e até mesmo comportamentos agressivos. Além disso, a chamada “demência digital”, caracterizada pela perda de habilidades cognitivas devido ao uso excessivo de tecnologia, é uma preocupação crescente.

Em particular, o uso excessivo da internet tem sido associado a uma série de psicopatologias, embora ainda existam lacunas na literatura sobre o assunto. Termos como dependência de internet, uso abusivo de internet, uso patológico de internet e dependência virtual são usados para descrever esse fenômeno, como observado por Tumeleiro *et al.*, (2018). A dependência excessiva da internet pode levar a uma série de consequências negativas, incluindo isolamento social, deterioração das habilidades interpessoais, dificuldades de concentração e desempenho acadêmico comprometido (Santos & Barros, 2018).

Portanto, é fundamental reconhecer os potenciais riscos associados ao uso excessivo de tecnologia e implementar estratégias para promover um equilíbrio saudável no uso desses dispositivos. Isso inclui estabelecer limites adequados para o tempo de tela, praticar o uso consciente da tecnologia e buscar alternativas saudáveis de entretenimento e interação social que não dependam exclusivamente do mundo digital. Ao fazê-lo, podemos ajudar a proteger nossa saúde física e mental em um mundo cada vez mais tecnológico.

2. OS JOGOS NO PSICOLÓGICO DOS ADOLESCENTES

Um estudo realizado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) demonstrou que 85% dos adolescentes brasileiros entre 12 e 14 anos jogam videogame, posicionando o país entre os líderes globais no tempo de uso de consoles. Este comportamento tem atraído atenção significativa devido aos potenciais efeitos negativos na saúde mental dos jovens (OMS, 2018).

O termo Internet Gaming Disorder (IGD) foi introduzido pelo DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição) na seção de “condições que merecem mais estudos”, refletindo a crescente preocupação com o impacto dos jogos eletrônicos na saúde mental dos indivíduos. Este transtorno é caracterizado pelo uso compulsivo de jogos online, que leva a prejuízos significativos na vida pessoal, social, acadêmica ou ocupacional do indivíduo (Breda *et al.*, 2014). Para que o diagnóstico de IGD seja confirmado, é necessário que a pessoa apresente cinco ou mais dos seguintes sintomas ao longo de um período de 12 meses, segundo Breda *et al.*, (2014):

- Preocupação com jogos - pensar constantemente em jogos, mesmo quando não está jogando;
- Sintomas de abstinência - sentir irritabilidade, ansiedade ou tristeza quando não pode jogar;
- Tolerância - necessidade de passar cada vez mais tempo jogando para sentir a mesma satisfação;

- Tentativas mal-sucedidas de controlar a participação em jogos - não conseguir reduzir ou parar de jogar, apesar de tentar;
- Perda de interesse em outras atividades - redução ou abandono de hobbies, atividades de lazer e relacionamentos em favor dos jogos;
- Continuação do jogo apesar dos problemas - continuar jogando apesar de reconhecer os problemas causados ou agravados pelo jogo;
- Engano sobre a quantidade de tempo gasto jogando - mentir para familiares ou terapeutas sobre a quantidade de tempo dedicada aos jogos;
- Uso dos jogos como escape ou alívio de humor - recorrer aos jogos para aliviar sentimentos negativos, como culpa, ansiedade ou depressão;
- Comprometimento das relações e oportunidades - sacrificar relacionamentos, oportunidades educacionais ou ocupacionais por causa do jogo.

Além do DSM-5, a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da Organização Mundial da Saúde (OMS) também reconheceu o transtorno do jogo (Gaming Disorder) como uma condição de saúde mental. A CID-11 descreve essa condição como um padrão persistente ou recorrente de comportamento de jogo, tanto online quanto offline, que se manifesta em três aspectos principais, segundo a OMS (2018):

- Controle prejudicado sobre o jogo - dificuldade em controlar o início, frequência, intensidade, duração e término do jogo;
- Prioridade crescente dada ao jogo sobre outras atividades - o jogo assume prioridade sobre outros interesses e atividades diárias;
- Continuidade do jogo apesar das consequências negativas - persistência ou aumento do comportamento de jogo, mesmo diante de repercussões negativas em diversas áreas da vida, como pessoal, familiar, social, educacional ou ocupacional.

Estudos como os de Breda *et al.*, (2014), têm demonstrado que o IGD pode levar a uma série de consequências negativas na saúde mental, incluindo aumento dos níveis de ansiedade, depressão e isolamento social. A dependência de jogos pode resultar em um ciclo vicioso, onde os indivíduos buscam nos jogos uma forma de lidar com seus problemas emocio-

nais, ao mesmo tempo em que esses problemas se agravam devido ao uso excessivo dos jogos. Além disso, o impacto nos relacionamentos pessoais e no desempenho acadêmico ou profissional pode ser devastador, criando um ambiente de stress e insatisfação contínuos.

Assim, tanto o DSM-5 quanto a CID-11 sublinham a importância de um diagnóstico precoce e de intervenções adequadas para aqueles que apresentam sintomas de IGD, destacando a necessidade de mais pesquisas e de estratégias de tratamento eficazes para enfrentar essa condição emergente e seus efeitos na saúde mental e no bem-estar dos indivíduos (OMS, 2018).

Recentemente, vários estados americanos processaram a empresa META, responsável pelo Facebook e Instagram, alegando que suas plataformas viciam jovens. Em resposta, a META afirmou seu compromisso com a segurança dos adolescentes, introduzindo mais de trinta ferramentas para esse fim (Dias, 2019).

O uso excessivo de jogos eletrônicos expõe crianças e adolescentes a uma grande quantidade de informações, para as quais muitas vezes não estão preparados psicologicamente, ou não possuem o discernimento necessário para processá-las adequadamente (Paiva; Costa, 2015).

Por outro lado, alguns estudiosos sugerem que os jogos digitais podem trazer benefícios significativos para a saúde mental e física, além de potencialmente melhorar o desempenho acadêmico de crianças e adolescentes. Esses jogos podem ser utilizados como ferramentas para aprimorar a coordenação motora, a memória, assim como para auxiliar na superação de dificuldades de leitura, escrita e matemática (Silva, 2016).

Para tratar o transtorno do jogo, a terapia cognitivo-comportamental tem se mostrado uma abordagem eficaz. O diagnóstico de gaming disorder requer uma avaliação inicial completa e detalhada, considerando as diversas áreas da vida do indivíduo, incluindo características de personalidade, nível de inteligência e social, e possíveis comorbidades clínicas (Breda *et al.*, 2014).

Comportamentos indicativos de dependência incluem a negligência de atividades sociais e cotidianas em favor dos jogos, o que pode afetar o humor e a saúde física do indivíduo (Dias, 2019). A terapia cognitivo-

comportamental geralmente envolve de 8 a 10 sessões, aplicando técnicas como psicoeducação, higiene do sono, terapia de realidade virtual, treinamento de assertividade, sensibilização, modelagem e relaxamento (Silva, 2020).

Além disso, o apoio familiar é crucial para a identificação de gatilhos e a manutenção de limites saudáveis no uso dos jogos (Pirroca, 2012). O envolvimento da família pode proporcionar um ambiente de suporte, essencial para o sucesso do tratamento.

Os jogos eletrônicos têm se tornado uma parte central da vida de muitos adolescentes, trazendo consigo uma série de implicações para o desenvolvimento psicológico. Estudos indicam que, embora os jogos possam oferecer benefícios, como melhoria na coordenação motora e no pensamento estratégico, o uso excessivo pode resultar em consequências adversas para a saúde mental dos jovens (Gentile *et al.*, 2011). A análise dos efeitos psicológicos dos jogos eletrônicos é, portanto, essencial para compreender como equilibrar seus benefícios e riscos.

Estudos recentes mostram que adolescentes que passam tempo excessivo jogando podem sofrer de uma variedade de problemas psicológicos, incluindo ansiedade, depressão e isolamento social (Przybylski & Weinstein, 2019). O isolamento social é particularmente preocupante, pois os adolescentes podem preferir interações virtuais em detrimento das interações sociais face a face, o que pode afetar negativamente suas habilidades sociais e emocionais (Lobel *et al.*, 2017).

Um aspecto crítico do uso excessivo de jogos eletrônicos é o impacto no desempenho acadêmico dos adolescentes. Pesquisas indicam que o tempo excessivo dedicado aos jogos pode levar a uma diminuição no rendimento escolar, com os estudantes muitas vezes sacrificando tempo de estudo para jogar (Adelantado-Renau *et al.*, 2019). A falta de sono, frequentemente associada ao uso noturno dos jogos, também contribui para a diminuição do desempenho acadêmico e para problemas de atenção durante as aulas.

Jogos que desafiam a mente dos adolescentes a resolver quebra-cabeças, encontrar soluções estratégicas e tomar decisões rápidas podem ter um impacto positivo na memória e na atenção. De acordo com Granic, Lobel e

Engels (2014), jogos que exigem o uso de memória de trabalho, reconhecimento de padrões e resolução de problemas podem fortalecer essas habilidades cognitivas essenciais.

Segundo Fernandes (2011), é importante salientar que há o Impacto emocional e comportamental desses adolescentes. Oliveira (2019), explora como os jogos eletrônicos podem influenciar a saúde mental dos adolescentes, examinando tanto os efeitos positivos quanto os potenciais problemas associados ao uso excessivo ou inadequado desses jogos.

Embora o uso excessivo de jogos eletrônicos possa trazer prejuízos ao desenvolvimento dos adolescentes, há evidências robustas de que, quando utilizados de forma moderada e direcionada, esses jogos podem oferecer benefícios significativos para a educação e o desenvolvimento cognitivo. Pesquisas indicam que jogos educativos e de estratégia podem ser ferramentas valiosas no aprimoramento de várias habilidades cognitivas e sociais (Velez, Mahood & Moyer-Gusé, 2014).

A terapia cognitivo-comportamental tem sido uma abordagem eficaz no tratamento da dependência de jogos eletrônicos. Esta terapia ajuda os indivíduos a identificar e modificar padrões de pensamento e comportamento negativos associados ao uso excessivo de jogos (King *et al.*, 2017). Técnicas como psicoeducação, higiene do sono, e terapia de realidade virtual têm sido implementadas com sucesso para ajudar os adolescentes a reduzir o tempo de jogo e desenvolver hábitos mais saudáveis (Zajac *et al.*, 2017).

Além dos benefícios cognitivos, jogos eletrônicos que envolvem interação social podem ser especialmente eficazes no desenvolvimento de habilidades sociais e na promoção do trabalho em equipe. Jogos multiplayer online, que exigem cooperação e comunicação eficaz para atingir objetivos comuns, são exemplos notáveis dessa categoria. Velez, Mahood e Moyer-Gusé (2014) destacam que tais jogos podem ajudar os adolescentes a desenvolver habilidades importantes como:

- **Comunicação Eficaz:** Jogos como Fortnite e Overwatch exigem que os jogadores se comuniquem de forma clara e eficiente para coordenar ações e estratégias, o que pode melhorar suas habilidades de comunicação verbal e escrita.

- **Trabalho em Equipe:** Muitos jogos online são baseados em equipes, onde os jogadores devem colaborar estreitamente para alcançar objetivos comuns. Esta experiência pode ensinar aos adolescentes a importância da colaboração, do compromisso e da confiança mútua.

- **Empatia e Resolução de Conflitos:** Interações sociais em jogos também podem promover a empatia e a capacidade de resolver conflitos. Jogadores frequentemente precisam entender e responder às perspectivas e emoções de outros jogadores, o que pode fortalecer suas habilidades de resolução de conflitos e promover um comportamento mais empático.

O papel da família no gerenciamento do uso de jogos eletrônicos pelos adolescentes é fundamental. O apoio e a supervisão dos pais podem ajudar a estabelecer limites saudáveis e a monitorar os sinais de uso problemático (Paiva & Costa, 2015). Estudos mostram que adolescentes que mantêm uma comunicação aberta com seus pais sobre o uso de jogos tendem a desenvolver uma relação mais equilibrada com os jogos (Nikken & Jansz, 2006).

Frigotto (2015), recomenda que pais e educadores orientem os jovens sobre o uso equilibrado da tecnologia, promovendo atividades alternativas que incentivem o desenvolvimento físico e social. Ele defende que as escolas devem integrar discussões sobre os riscos e benefícios dos jogos digitais, ajudando os adolescentes a desenvolver uma relação saudável com a tecnologia.

Além disso, programas educacionais que ensinam os adolescentes sobre os riscos do uso excessivo de jogos e promovem habilidades de autogestão são essenciais. Essas iniciativas podem incluir workshops em escolas que abordem o gerenciamento do tempo, o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, e a promoção de atividades alternativas (Domoff *et al.*, 2019). A educação sobre o uso saudável da tecnologia é uma ferramenta poderosa para prevenir o desenvolvimento de comportamentos problemáticos.

Saviani (2013), também aborda como o uso excessivo de jogos pode prejudicar o desempenho acadêmico. Ele argumenta que o tempo gasto jogando muitas vezes reduz o tempo disponível para os estudos, o que

pode levar a um baixo desempenho escolar. Além disso, a falta de controle parental e a supervisão inadequada podem agravar esses problemas.

Embora os jogos eletrônicos possam oferecer benefícios significativos, o uso excessivo pode levar a uma série de problemas psicológicos nos adolescentes. A compreensão desses impactos e a implementação de estratégias de mitigação são essenciais para garantir que os adolescentes possam desfrutar dos jogos de maneira saudável e equilibrada. A colaboração entre pais, educadores e profissionais de saúde é crucial para apoiar os jovens na navegação do mundo digital de forma segura e benéfica (Lobel *et al.*, 2017).

Adolescentes que passam muitas horas jogando tendem a apresentar sintomas de ansiedade e depressão mais elevados do que seus pares que não jogam ou jogam moderadamente. Além disso, a exposição prolongada a ambientes de jogos que muitas vezes envolvem violência e competição extrema pode aumentar os níveis de agressividade e reduzir a empatia e a sensibilidade aos sentimentos dos outros (Zajac *et al.*, 2017).

Outro aspecto crítico é o impacto nos relacionamentos sociais e na habilidade de interação dos adolescentes. O tempo gasto em jogos eletrônicos muitas vezes é em detrimento das interações sociais reais, levando ao isolamento social. Esse isolamento pode dificultar o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais, como comunicação, resolução de conflitos e construção de relacionamentos saudáveis. Em muitos casos, adolescentes que são viciados em jogos preferem interações virtuais e podem encontrar dificuldades significativas ao tentar se engajar em atividades sociais fora do ambiente digital, aumentando o risco de solidão e exclusão social (Domoff *et al.*, 2019).

A performance acadêmica dos adolescentes também pode ser negativamente afetada pelo uso excessivo de jogos eletrônicos. A dedicação de tempo excessivo aos jogos pode levar à negligência das responsabilidades escolares e à redução do tempo disponível para estudos e atividades educativas. Estudos, como o realizado por Adelantado-Renau *et al.*, (2019), mostram que há uma associação entre o tempo de uso de mídias eletrônicas e um desempenho acadêmico inferior. A falta de sono, comumente observada entre os adolescentes que jogam por longas horas durante a noite,

também contribui para a redução da concentração, memória e capacidade cognitiva, prejudicando ainda mais o rendimento escolar.

Finalmente, o uso excessivo de jogos eletrônicos pode levar ao desenvolvimento de comportamentos aditivos. A natureza envolvente e frequentemente recompensadora dos jogos pode causar um ciclo de dependência, onde o adolescente busca constantemente a gratificação imediata proporcionada pelos jogos, em detrimento de outras atividades. Breda *et al.*, (2014) destacam que a dependência de jogos eletrônicos pode ser comparável a outras formas de dependência comportamental, como o vício em internet, necessitando, em muitos casos, de intervenção profissional para ajudar o adolescente a recuperar o equilíbrio em sua vida cotidiana.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento das dos adolescentes, mas é importante garantir um uso equilibrado e responsável. Ao limitar o tempo de tela, promover atividades offline e dialogar com esses jovens sobre seus sentimentos, pode proteger o desenvolvimento emocional deles e ajudá-los a construir uma relação saudável com a tecnologia.

O desenvolvimento emocional na infância é complexo e é influenciado por diversos fatores. As primeiras experiências da criança com seus pais, cuidadores e outros membros da família são cruciais para a formação de sua base emocional.

Em conclusão, o impacto da exposição excessiva à tecnologia na adolescência pode causar danos e tem implicações significativas para o desenvolvimento emocional. Embora a tecnologia ofereça inúmeras oportunidades e benefícios, o uso excessivo e inadequado de dispositivos digitais pode levar a uma série de problemas emocionais e psicológicos.

O aumento do tempo de tela está associado a uma série de desafios, incluindo sedentarismo, distúrbios do sono, problemas de atenção e concentração, dificuldades de interação social e impactos negativos na saúde mental das crianças. Além disso, o acesso constante a conteúdos digitais pode expor as crianças a experiências inadequadas ou prejudiciais, afetando sua percepção do mundo e seu desenvolvimento emocional.

É essencial que os pais, cuidadores e educadores estejam cientes dos efeitos potenciais do uso excessivo de tecnologia e estabeleçam limites adequados para o tempo de tela dos adolescentes. Promover uma abordagem equilibrada e saudável ao uso da tecnologia, incentivando atividades offline, interações sociais significativas e tempo ao ar livre, pode ajudar a mitigar os impactos negativos na saúde emocional.

Além disso, é importante fornecer orientação e apoio no uso responsável da tecnologia, ensinando habilidades de autorregulação e promovendo uma consciência crítica em relação ao conteúdo online.

É importante salientar que, o uso moderado e intencional de jogos eletrônicos pode oferecer inúmeros benefícios para o desenvolvimento educacional e cognitivo dos adolescentes. Desde a melhoria da memória e da atenção até o desenvolvimento de habilidades sociais e de resolução de problemas, os jogos têm o potencial de ser ferramentas poderosas no contexto educacional. É crucial, portanto, que pais, educadores e profissionais da saúde reconheçam e aproveitem esses benefícios, promovendo um uso equilibrado e saudável dos jogos eletrônicos.

Portanto, o estudo de revisão bibliográfica com autores atuais, destaca a necessidade de estratégias eficazes para mitigar esses danos. Intervenções devem ser desenvolvidas para promover um uso equilibrado dos jogos eletrônicos, enfatizando a importância do tempo limitado de tela e incentivando atividades físicas, sociais e educacionais alternativas.

Os resultados deste estudo também sugerem a importância de programas educacionais que informem os adolescentes sobre os riscos do uso excessivo de jogos e forneçam ferramentas para autogestão e autocontrole. Escolas e comunidades podem desempenhar um papel vital na promoção de hábitos de vida saudáveis e no apoio ao bem-estar mental dos jovens.

REFERÊNCIAS

ADELANTADO-RENAU, M. *et al.* Association between screen media use and academic performance among children and adolescents: A systematic review and meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, v. 173, n. 11, p. 1058-1067, 2019.

ADELANTADO-RENAU, M.; MOLINER-URDIALES, D.; CAVERO-REDONDO, I.; BELTRAN-VALLS, M. R.; MARTÍNEZ-VIZCAÍNO, V.; ÁLVAREZ-BUENO, C. Association between screen media use and academic performance among children and adolescents: A systematic review and meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, v. 173, n. 11, p. 1058-1067, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5. ed. 2013.

BREDA, V. C. T.; PICON, F. A.; MOREIRA, L. M.; SPRITZER, D. T. Dependência de Jogos Eletrônicos em Crianças e Adolescentes. *Revista Bras Psico*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 53-67, 2014.

DE BARROS, Erika Costa Barreto Monteiro *et al.*,. *O impacto da dependência tecnológica em crianças e adolescentes no processo de ensino e aprendizagem escolar*. Editora Chefe. 2021. Disponível em:https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO__EV174_MD1_ID15409_TB3073_10082022171647.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2024.

DIAS, Junio A. *O impacto da prática de jogos eletrônicos na saúde dos adolescentes*. Brasília, 2019.

DOMOFF, S. E.; FOLEY, R. P.; FERKEL, R. Addictive phone use and academic performance in adolescents. *Human Behavior and Emerging Technologies*, v. 1, n. 2, p. 117-124, 2019.

FERNANDES, L. R. A. Os Impactos Psicológicos dos Jogos Eletrônicos em Adolescentes: Uma Revisão Crítica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 89, n. 223, p. 225-243, 2011.

FRIGOTTO, G. A Influência dos Jogos Digitais no Desenvolvimento Psicológico dos Adolescentes. *Cadernos de Psicologia Social*, v. 22, n. 2, p. 178-192, 2015.

GENTILE, D. A. *et al.* Pathological video game use among youths: A two-year longitudinal study. *Pediatrics*, v. 127, n. 2, p. e319-e329, 2011.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRANIC, I.; LOBEL, A.; ENGELS, R. C. The benefits of playing video games. *American Psychologist*, v. 69, n. 1, p. 66-78, 2014.

KING, D. L. *et al.* Policy and prevention approaches for disordered and hazardous gaming and Internet use: an international perspective. *Prevention Science*, v. 18, n. 2, p. 233-249, 2017.

LOBEL, A. *et al.* Video gaming and children's psychosocial wellbeing: A longitudinal study. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 46, p. 884-897, 2017.

NIKKEN, P.; JANSZ, J. Parental mediation of children's videogame playing: A comparison of the reports by parents and children. *Learning, Media and Technology*, v. 31, n. 2, p. 181-202, 2006.

OMS, *Exploring the prevalence of gaming disorder and Internet gaming disorder: a rapid scoping review*. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/addictive-behaviours-gaming-disorder>. Acesso em 23 de junho de 2024.

OLIVEIRA, A. L. M. Jogos Eletrônicos e Saúde Mental: Uma Análise das Consequências Psicológicas para Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 26, n. 1, p. 98-115, 2019.

PAIVA, M. P.; COSTA, L. O. Os efeitos dos jogos eletrônicos na saúde mental dos adolescentes. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 15, n. 3, p. 307-318, 2015.

PIRROCA, Caroline. *Dependência de internet, definição e tratamentos: revisão sistemática da literatura*. 2012. Monografia (Especialista em Terapia Cognitiva e Comportamental) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2012.

PRZYBYLSKI, A. K.; WEINSTEIN, N. Digital screen time limits and young children’s psychological well-being: Evidence from a population-based study. *Child Development*, v. 90, n. 1, p. e56-e65, 2019.

SAVIANI, D. O Uso Excessivo de Jogos Digitais e Seus Efeitos na Psicologia dos Jovens: Perspectivas Educacionais e Psicológicas. *Educação e Sociedade*, v. 34, n. 125, p. 1015-1032, 2013.

SERQUEIRA, C. F. C.; TONO, C. C. P.; BERNARTT, R. M. *Dependência tecnológica e os fatores de risco e proteção de crianças e adolescentes*. Curitiba: PUCPRESS, 2021.

SILVA, B. I. *Jogos Eletrônicos como ferramenta de ensino-aprendizagem nas aulas de educação física: Desafios e possibilidades*. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/bitstream/riueg/705/2/MG796%200013-2021.pdf> .Acesso em: 23 de junho de 2024.

SILVA, M. T.; RODRIGUES, C. C.; PICOLO, L. P. Intervenções terapêuticas para o transtorno do jogo na adolescência. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 14, n. 1, p. 29-38, 2018.

SOUZA, Karlla; DA CUNHA, Mônica Ximenes Carneiro. Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, v. 3, n. 3, p. 204. 2019.

TUMELEIRO, Lucas Franco *et al.*, Dependência de internet: um estudo com jovens do último ano do ensino médio. Gerais: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 11, n. 2, p. 279-293. 2018.

EDUCAÇÃO PROGRESSISTA E A APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE PROJETOS: UM ESTUDO APLICADO AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Soraia Leopoldino Ferreira de Moura¹

Resumo: O presente artigo aborda o projeto “Violência Contra a Mulher: Educação para a Conscientização e o Enfrentamento”, desenvolvido com turmas do Ensino Médio, utilizando uma abordagem baseada nas metodologias da Educação Progressista de John Dewey e Paulo Freire, bem como na Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP). O objetivo do projeto foi sensibilizar os estudantes sobre as diversas formas de violência contra a mulher, conscientizá-los sobre os direitos previstos na Lei Maria da Penha e capacitá-los para engajamento ativo no enfrentamento dessa violência. Ao longo do projeto, os estudantes realizaram pesquisas, produziram materiais educativos e participaram de campanhas de conscientização, como seminários e atividades colaborativas. Este artigo explora os impactos da aplicação dessa metodologia no desenvolvimento do pensamento crítico, na formação cidadã e no fortalecimento das competências sociais e comunicativas dos estudantes.

Palavras-chave: Educação progressista. Metodologias ativas. Educação transformadora.

PROGRESSIVE EDUCATION AND LEARNING THROUGH PROJECTS: A STUDY APPLIED TO CONFRONTING VIOLENCE AGAINST WOMEN

Abstract: This article addresses the project “Violence Against Women: Education for Awareness and Confrontation”, developed with high school classes, using an approach based on the methodologies of Progressive Education by John Dewey and Paulo Freire, as well as Project-Based Learning (PBL). The objective of the project was to raise awareness among students about the various forms of violence against women, to raise awareness about the rights provided for in the Maria da Penha Law and to train them for active engagement in confronting this violence. Throughout the project, students conducted research, produced educational ma-

¹ Discente dos curso de Psicologia da FACDIN e Mestrado ProfEPT- IFGoiano.

terials and participated in awareness campaigns, such as seminars and collaborative activities. This article explores the impacts of applying this methodology on the development of critical thinking, citizenship formation and strengthening of students' social and communication skills.

Keywords: Progressive education. Active methodologies. Transformative education.

INTRODUÇÃO

A educação tem o poder de transformar realidades, moldar consciências e impulsionar mudanças sociais significativas. No entanto, os modelos educacionais tradicionais, amplamente baseados na simples transmissão de conteúdos e na hierarquia rígida entre educador e educando, frequentemente falham em preparar os indivíduos para o protagonismo ativo e crítico nas questões sociais. Nesse contexto, a educação progressista, fundamentada nas ideias de pensadores como John Dewey e Paulo Freire, propõe um novo paradigma educacional. Ao valorizar a experiência, o pensamento crítico, a participação ativa e a ação social, essa abordagem rompe com os moldes tradicionais e busca formar cidadãos plenos, conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com a transformação das realidades sociais.

O presente artigo se propõe a discutir a aplicação da educação progressista no enfrentamento de um dos maiores desafios sociais contemporâneos: a violência contra a mulher. Este problema, de dimensões estruturais e profundas, requer mais do que soluções imediatas; exige uma mudança cultural, onde o respeito à igualdade de gênero e os direitos humanos sejam promovidos de forma contínua e transversal. Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial não apenas na conscientização sobre as diversas formas de violência de gênero, mas também na formação de atitudes e valores que favoreçam a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de opressões.

Por meio de uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa, este artigo investiga a experiência de um projeto educacional intitulado “Violência Contra a Mulher: Educação para a Conscientização e o Enfrentamento”,

desenvolvido com estudantes do Ensino Médio. A pesquisa adotou uma abordagem de estudo de caso, com o objetivo de analisar a aplicação da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e sua capacidade de promover a reflexão crítica sobre questões de gênero, os direitos das mulheres e as leis de proteção, como a Lei Maria da Penha. Além disso, o estudo busca avaliar o impacto do projeto na sensibilização dos alunos e na promoção de ações concretas de enfrentamento da violência.

Ao integrar a teoria de Dewey e Freire, a pesquisa explora como a educação progressista pode ser um instrumento de transformação social, estimulando o desenvolvimento de cidadãos críticos e engajados na construção de uma sociedade mais justa. A análise dos resultados dessa experiência evidencia como a educação, quando aliada a metodologias ativas, pode ir além do espaço escolar e reverberar mudanças significativas na sociedade.

Educação Progressista: Dewey e Freire

A educação progressista, nascida das ideias inovadoras de John Dewey e Paulo Freire, representa uma ruptura profunda com os modelos educacionais tradicionais que priorizam uma abordagem passiva e mecânica de ensino, centrada exclusivamente na transmissão de conteúdo. Ambos os pensadores, em suas obras centrais, propõem uma educação mais dinâmica e participativa, com foco no desenvolvimento integral dos indivíduos e no engajamento com as questões sociais.

John Dewey, em *Democracy and Education* (1916), advogava uma educação que fosse uma extensão da vida social, onde o aprendizado não seria um fim em si mesmo, mas uma ferramenta para capacitar os indivíduos a participar de forma ativa e reflexiva na vida democrática. Dewey considerava a escola como um espaço de experiências vivenciais, onde o ensino deveria estar profundamente conectado com a realidade dos alunos. Para ele, a educação deveria ser contextualizada, prática e interligada ao cotidiano dos estudantes, promovendo uma reflexão constante sobre a sociedade e o papel do indivíduo nela. O educador, segundo Dewey, deve atuar como facilitador, orientando os alunos na descoberta de seu próprio

pensamento, estimulando a curiosidade, o questionamento e a análise crítica da realidade à sua volta. Essa abordagem pedagógica visa a formação de cidadãos autônomos, críticos e preparados para enfrentar os desafios sociais, políticos e culturais do seu tempo.

Em sintonia com Dewey, Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1970), propôs uma pedagogia revolucionária baseada no conceito de educação dialógica, que se opõe frontalmente aos métodos tradicionais de ensino. Freire denunciava a prática pedagógica onde o aluno era visto como um mero receptáculo de saberes, sem voz ativa no processo de aprendizagem. Ele defendia, ao contrário, uma educação onde o aluno fosse reconhecido como sujeito histórico, capaz de refletir criticamente sobre sua realidade e atuar para transformá-la. Em sua concepção, a educação deveria ser “problematizadora”, isto é, deveria levar os alunos a questionar as condições de vida que os cercam, incentivando-os a refletir sobre as desigualdades, injustiças e opressões sociais, com o objetivo de promover uma conscientização crítica e, conseqüentemente, uma ação transformadora.

A pedagogia freiriana e a proposta de Dewey convergem para um modelo de educação que vai além da simples transmissão de conteúdos, buscando fomentar uma relação dialógica e ativa entre professores e alunos. Em vez de um processo unidirecional, onde o conhecimento flui do mestre para o aluno de forma impessoal e descontextualizada, a educação progressista propõe uma abordagem colaborativa, onde todos os participantes são co-construtores do saber. Nesse sentido, o educador se torna um facilitador do aprendizado, orientando os estudantes na busca pelo conhecimento de maneira que este se relacione diretamente com suas vivências e com as questões sociais que permeiam seu cotidiano.

Dentro dessa perspectiva progressista, a educação não é vista apenas como um processo de formação individual, mas como um instrumento de transformação social. Assim, temas como a violência contra a mulher se tornam fundamentais, pois não apenas abordam uma questão de direitos humanos, mas também constituem uma oportunidade para reflexão crítica sobre as desigualdades de gênero que permeiam as estruturas sociais. A educação progressista, ao tratar desse tema, visa não apenas conscien-

tizar os estudantes sobre as diversas formas de violência, mas também estimular ações de enfrentamento e mudança das realidades opressoras, envolvendo os alunos na construção de uma cultura de respeito e equidade.

Por meio dessa abordagem, a educação progressista permite que os estudantes se tornem protagonistas da sua própria aprendizagem e da transformação social que almejam. Ao problematizar questões sociais complexas e ao valorizar o conhecimento construído coletivamente, ela oferece aos jovens a capacidade de questionar e transformar as desigualdades e injustiças que ainda prevalecem nas sociedades contemporâneas. Assim, a violência contra a mulher, ao ser tratada de maneira crítica e reflexiva, se torna um tema essencial para a formação de cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e livre de violência.

A educação progressista na visão de Paulo Freire

A educação progressista, segundo Paulo Freire, é uma proposta pedagógica que visa a transformação social por meio do desenvolvimento crítico e consciente dos educandos. Para Freire, a educação não deve ser vista apenas como um processo de transmissão de conteúdos, mas como um processo dialético, onde o conhecimento é construído coletivamente, possibilitando a conscientização e a ação transformadora. Ele critica a chamada “educação bancária”, onde o educador é o único detentor do saber e o aluno um mero receptor passivo, e propõe que a educação seja uma prática de liberdade, onde o aluno se torna sujeito ativo do seu próprio processo de aprendizagem.

A pedagogia de Freire enfatiza a importância do diálogo, entendendo-o como essencial para o processo educativo. Para ele, a educação deve ser uma troca horizontal, onde educador e educando compartilham o conhecimento de forma igualitária, rompendo com as relações de poder tradicionalmente impostas nas instituições educacionais. Esse processo de diálogo permite que os educandos se vejam como agentes da transformação, o que é fundamental para uma educação progressista. Freire também destaca o conceito de *conscientização* ou *conscientização crítica*, que é o processo pelo qual o educando toma consciência de sua realidade, de seus direitos

e das condições de sua existência. A educação, portanto, deve proporcionar aos alunos as ferramentas para refletirem criticamente sobre o mundo e agirem para modificá-lo, o que se vincula à ideia de *praxis*, entendida como a ação transformadora que emerge da reflexão crítica.

Além disso, Freire vê a educação como um ato político, pois ela está diretamente ligada à formação da consciência crítica e ao empoderamento dos indivíduos para a mudança social. A educação progressista, nesse sentido, deve ser comprometida com a luta pela justiça social e deve fornecer meios para que os educandos participem ativamente da construção de uma sociedade mais igualitária. A chamada “cultura do silêncio”, onde certos grupos sociais são marginalizados e excluídos dos processos educativos e políticos, deve ser superada, e a educação deve dar voz a esses sujeitos, permitindo que eles se insiram na sociedade de forma plena.

O currículo na educação progressista deve ser relevante e adaptado à realidade do aluno, refletindo suas necessidades e o contexto social em que ele vive. Freire defende que o conteúdo a ser ensinado deve ser significativo para o cotidiano dos alunos, permitindo que eles relacionem o que aprendem com suas próprias vivências. Nesse sentido, o currículo deve ser flexível e dinâmico, comprometido com as realidades locais e globais dos educandos. Para Freire, a educação não é apenas um meio de transmissão de conhecimento, mas uma ferramenta de transformação social, capaz de capacitar os indivíduos para a participação política e a modificação das condições de opressão em que vivem. O objetivo maior da educação progressista, portanto, é promover uma sociedade mais justa e democrática, com uma educação que liberte, emancipe e transforme os indivíduos e suas realidades.

Essa visão de Freire coloca a educação como um processo contínuo de reflexão e ação, com um forte compromisso político e social, sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Ao adotar a pedagogia de Freire, a educação se torna um meio poderoso de luta pela justiça social, possibilitando aos educandos não apenas o acesso ao conhecimento, mas a capacidade de transformar suas vidas e o mundo ao seu redor.

A educação progressista, na perspectiva de John Dewey

A educação progressista, conforme a perspectiva de John Dewey, propõe uma abordagem pedagógica centrada na experiência do aluno, destacando a interação ativa entre o indivíduo e seu ambiente. Dewey (2007) acredita que o processo educativo não deve se limitar à simples transmissão de conteúdos, mas deve ser uma prática que permita aos estudantes desenvolver suas habilidades críticas, capacidade de resolver problemas e engajamento na sociedade. Segundo ele, a aprendizagem deve ser dinâmica, com o aluno assumindo o papel de protagonista na construção do seu conhecimento a partir de suas experiências cotidianas e das necessidades pessoais, o que proporciona um aprendizado mais significativo.

Para Dewey (2007), a *aprendizagem através da experiência* é um pilar fundamental de sua pedagogia. Ele argumenta que o conhecimento não é adquirido de forma passiva, mas sim construído ativamente, através da interação com o mundo ao redor. Nesse contexto, a aprendizagem precisa estar vinculada a situações reais e práticas, permitindo que o aluno perceba a relevância do que está aprendendo em seu próprio contexto de vida. Dewey (1916) enfatiza que o ensino deve ser adaptado à realidade do aluno, refletindo suas experiências pessoais e o ambiente em que ele está inserido, para que o conhecimento seja realmente significativo e aplicável.

Outro princípio essencial na teoria educacional de Dewey é a relação entre *educação e democracia*. Dewey (1916) via a educação como um meio crucial para a formação de cidadãos críticos e responsáveis, capacitados a participar ativamente da vida social e política. Para ele, a escola não deve ser apenas um espaço de aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também um ambiente onde se promove a experimentação social. Nesse modelo, os alunos aprendem a interagir, colaborar, tomar decisões coletivas e a refletir sobre os valores essenciais para a convivência democrática, como a cooperação, a justiça e a solidariedade.

A integração entre *teoria e prática* é outro aspecto fundamental da pedagogia de Dewey (2007). Ele critica o sistema educacional tradicional, que separa rigidamente esses dois elementos, e propõe uma educação que

conecte o conhecimento teórico com sua aplicação prática no mundo real. Para Dewey (2007), o aprendizado torna-se realmente significativo quando os alunos conseguem perceber como o que aprendem na escola pode ser aplicado em situações concretas de suas vidas, além de contribuir para a resolução de problemas em seu cotidiano.

A educação progressista na visão de John Dewey é uma prática pedagógica que coloca a *experiência* no centro do processo de aprendizagem, busca formar cidadãos críticos e engajados, promove a integração entre teoria e prática, e se adapta às necessidades e contextos dos alunos. Dewey concebia a educação como um processo contínuo, flexível e dinâmico, onde os alunos não são meros receptores de conhecimento, mas agentes ativos na construção de seu aprendizado e na transformação de sua sociedade.

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) como Metodologia Ativa

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) é uma metodologia que se insere no campo das metodologias ativas e está em sintonia com os princípios da educação progressista. Krajcik e Blumenfeld (2006) destacam que a ABP envolve os alunos em processos de aprendizagem centrados em problemas reais, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, como a capacidade de pesquisa, colaboração e resolução de problemas. A ABP permite que os alunos não apenas adquiram conhecimento, mas também o apliquem de maneira prática e significativa.

A ABP é uma metodologia eficaz para temas como a violência contra a mulher, pois ela permite que os alunos se envolvam de forma ativa no estudo do tema, pesquisando sobre suas causas, consequências e formas de enfrentamento. Através da ABP, os alunos podem investigar as realidades locais e globais da violência de gênero, refletir sobre seus próprios comportamentos e construir soluções práticas e educativas, como campanhas de conscientização, materiais informativos e seminários.

Através da ABP, a aprendizagem se torna mais significativa, pois os alunos são incentivados a trabalhar de forma colaborativa e a se engajar em atividades que visam a transformação social. A metodologia promove, por-

tanto, o desenvolvimento de competências essenciais para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Violência Contra a Mulher como Tema Educacional Urgente

A violência contra a mulher é um problema sistêmico e transversal que afeta as mulheres em todas as esferas da sociedade. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) aponta que, a cada ano, milhões de mulheres são vítimas de diferentes formas de violência, como violência física, psicológica, sexual e moral. A violência doméstica, em particular, é um fenômeno de grande magnitude, que atinge mulheres de diversas faixas etárias, classes sociais e etnias.

A violência de gênero não é apenas uma violação dos direitos humanos, mas também uma expressão de um sistema patriarcal que desvaloriza as mulheres e perpetua sua subordinação. A escola, como espaço de formação ética e cidadã, tem um papel fundamental na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção de valores de respeito e equidade. Além disso, o conhecimento sobre os direitos das mulheres e as leis de proteção, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), é crucial para capacitar os estudantes a reconhecerem e enfrentarem situações de violência.

O ensino sobre a violência contra a mulher nas escolas não deve se restringir ao conhecimento da legislação, mas deve ser acompanhado de discussões que envolvem a desconstrução de normas e práticas sociais que naturalizam a violência. O objetivo é formar sujeitos críticos e conscientes de seu papel na luta pela igualdade de gênero e pelos direitos humanos.

1. METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de pesquisa, com foco em um estudo de caso realizado no contexto de um projeto educacional voltado ao enfrentamento da violência contra a mulher. O objetivo principal da pesquisa é analisar como a aplicação dos princípios da educação progressista, especialmente a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP),

contribui para a conscientização dos estudantes do Ensino Médio sobre a violência de gênero e os direitos das mulheres. Para tanto, a pesquisa foi estruturada com as seguintes etapas metodológicas:

Tipo de Pesquisa

A pesquisa é de natureza aplicada, pois visa à análise e à avaliação de um projeto educacional específico. O estudo adota uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender as percepções, experiências e impactos do projeto nos estudantes, além de explorar o processo de aprendizagem e os resultados alcançados a partir de sua implementação. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pelo interesse em explorar as vivências dos participantes e os efeitos da metodologia educacional no desenvolvimento de suas consciências críticas e ações de enfrentamento da violência.

Estudo de Caso

O método de estudo de caso foi adotado para investigar em profundidade as características do projeto “Violência Contra a Mulher: Educação para a Conscientização e o Enfrentamento”, aplicado a turmas de alunos do Ensino Médio (1º ao 3º ano). O estudo de caso permite uma análise detalhada das ações, estratégias e resultados do projeto em um contexto específico, possibilitando uma compreensão holística de como a educação progressista pode ser implementada de maneira prática e eficaz. Esse método é apropriado para situações em que se busca entender fenômenos complexos em seu contexto real e em tempo oportuno.

Participantes

Os participantes da pesquisa foram alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Edmundo, local onde o projeto foi implementado. O projeto foi direcionado a turmas de 1º, 2º e 3º anos, com idades variando entre 15 e 18 anos. A amostra foi composta por aproximadamente 120 estudantes, sendo que a seleção dos participantes foi realizada de forma intencional, com base no interesse dos alunos em participar do projeto e na disponibilidade das turmas para a implementação das atividades.

Instrumentos de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, foram utilizados diversos instrumentos qualitativos, a fim de proporcionar uma análise abrangente e multifacetada do projeto. Os instrumentos empregados foram:

- **Entrevistas Semiestruturadas:** Realizadas com os alunos participantes do projeto, com o intuito de obter relatos e percepções sobre as atividades desenvolvidas, as reflexões geradas e os impactos percebidos em suas atitudes em relação à violência contra a mulher.

- **Questionários Reflexivos:** Aplicados ao final de cada etapa do projeto para avaliar o grau de conscientização dos estudantes sobre o tema e as mudanças de atitudes em relação às questões de gênero e direitos das mulheres.

- **Observação Participante:** O pesquisador participou ativamente das atividades do projeto, como rodas de conversa, seminários e campanhas, registrando observações sobre a interação dos alunos, o engajamento nas discussões e as reações emocionais durante o processo.

- **Análise de Materiais Produzidos pelos Estudantes:** Foram analisados os materiais educativos criados pelos alunos ao longo do projeto, como cartazes, vídeos, podcasts, e peças teatrais, com o objetivo de identificar como as ideias sobre violência de gênero, direitos humanos e a Lei Maria da Penha foram incorporadas e expressas nas produções dos alunos.

2. PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi dividido em etapas sequenciais, conforme descrito no item “Descrição do Projeto”:

1. **Sensibilização Inicial:** Realização de rodas de conversa para introduzir o tema da violência contra a mulher, promovendo um primeiro contato com os alunos e despertando a reflexão sobre o problema.

2. **Pesquisa Investigativa:** Os alunos realizaram pesquisas sobre os diferentes tipos de violência contra a mulher e sobre a legislação vigente, como a Lei Maria da Penha.

3. **Estudo Dirigido da Lei Maria da Penha:** Aprofundamento dos conceitos legais, com discussões em sala de aula sobre os direitos das mulheres e os mecanismos de proteção previstos pela legislação.

4. **Produção de Materiais Educativos:** Os estudantes, em grupos, produziram materiais como cartazes, vídeos, podcasts e peças teatrais que foram usados para divulgar a conscientização sobre a violência contra a mulher dentro e fora da escola.

5. **Seminários e Campanhas:** Realização de seminários abertos à comunidade escolar e campanhas de conscientização sobre o enfrentamento da violência, com a apresentação dos materiais produzidos pelos alunos.

6. **Avaliação Reflexiva:** Ao final do projeto, os alunos participaram de sessões de avaliação reflexiva, nas quais puderam expressar o que aprenderam, as transformações percebidas em suas atitudes e as ações que pretendem tomar em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Análise de Dados

A análise dos dados coletados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, com o objetivo de identificar padrões, temas recorrentes e significados nas respostas dos alunos, nas observações realizadas e nos materiais produzidos. A análise qualitativa possibilitou a identificação dos impactos do projeto na conscientização dos estudantes sobre a violência contra a mulher, bem como nas mudanças de atitudes e no engajamento com as questões de gênero.

Ética na Pesquisa

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, sendo assegurado o direito à privacidade e à confidencialidade das informações fornecidas. O projeto contou com o consentimento informado dos alunos e da comunidade escolar, conforme as diretrizes éticas de pesquisa envolvendo seres humanos.

A metodologia adotada permite uma compreensão profunda e detalhada dos efeitos da implementação de um projeto educacional baseado na educação progressista, oferecendo uma análise rica e reflexiva sobre como a educação pode contribuir para o enfrentamento da violência contra a mulher e para a formação de cidadãos críticos e engajados socialmente.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO: “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EDUCAÇÃO PARA A CONSCIENTIZAÇÃO E O ENFRENTAMENTO”

3.1 Justificativa

O enfrentamento da violência contra a mulher é uma necessidade urgente no contexto atual. A escola, como instituição social, deve ir além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos, assumindo um papel ativo na formação de cidadãos conscientes e engajados na luta por justiça social. O projeto “Violência Contra a Mulher: Educação para a Conscientização e o Enfrentamento” visa sensibilizar e capacitar os estudantes para compreender as causas e consequências da violência de gênero, além de proporcionar ferramentas para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

Além disso, a implementação de metodologias ativas, como a ABP, permite que os estudantes desenvolvam uma compreensão crítica do problema e se envolvam de maneira prática e significativa no enfrentamento da violência contra a mulher. O projeto visa criar uma rede de conscientização dentro da escola e da comunidade escolar, promovendo a transformação social a partir da educação.

3.2 Objetivos

Objetivo Geral:

Promover a conscientização dos estudantes sobre as diversas formas de violência contra a mulher e os direitos previstos na Lei Maria da Penha, incentivando a reflexão crítica e a ação transformadora.

Objetivos Específicos:

- Difundir os direitos das mulheres e os mecanismos legais de proteção, com ênfase na Lei Maria da Penha.
- Estimular a reflexão crítica sobre a violência de gênero e suas consequências.

- Fomentar o trabalho colaborativo e a produção de materiais educativos, como cartazes, vídeos e podcasts.
- Promover seminários e campanhas de conscientização dentro da escola e na comunidade escolar.
- Desenvolver habilidades de pesquisa, comunicação e resolução de problemas.

3.3 Público-Alvo

O público-alvo do projeto são os alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, jovens que estão em um momento crucial de formação cidadã e ética. O projeto visa engajá-los em um processo de conscientização e capacitação para que, no futuro, possam se tornar agentes de transformação social em suas comunidades.

3.4 Etapas do Projeto

Sensibilização Inicial:

A primeira etapa consistiu em uma roda de conversa com os alunos, onde foram discutidas as diversas formas de violência contra a mulher. O objetivo dessa etapa foi sensibilizar os estudantes para o problema e promover uma reflexão inicial sobre suas percepções e atitudes em relação ao tema.

Pesquisa Investigativa:

Nesta etapa, os alunos realizaram pesquisas sobre o tema da violência contra a mulher, com ênfase nas causas, consequências e dados estatísticos. Eles também investigaram a Lei Maria da Penha e outros mecanismos legais de proteção às mulheres.

Estudo Dirigido da Lei Maria da Penha:

Os alunos estudaram a Lei Maria da Penha em detalhes, discutindo seus artigos e analisando seu impacto na proteção das mulheres. Foram realizadas atividades práticas em que os estudantes simularam situações de denúncia e apoio às vítimas de violência.

Produção de Materiais Educativos:

Os alunos trabalharam em grupos para produzir materiais educativos, como cartazes, vídeos e podcasts, que abordavam as diferentes formas de violência contra a mulher, os direitos das vítimas e os canais de denúncia. Os materiais foram exibidos em seminários abertos à comunidade escolar.

Seminários e Campanhas de Conscientização:

Os seminários foram uma oportunidade para os alunos apresentarem seus trabalhos e discutir as soluções que encontraram para o enfrentamento da violência. As campanhas de conscientização envolveram a distribuição de materiais educativos e a promoção de debates sobre o tema.

Avaliação Reflexiva:

Ao final do projeto, foi realizada uma avaliação reflexiva com os alunos, que analisaram o que aprenderam durante o processo e como poderiam aplicar esse conhecimento em suas vidas e comunidades. A avaliação incluiu tanto aspectos do conhecimento adquirido quanto a reflexão sobre a transformação de atitudes.

4. DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

Durante o desenvolvimento do projeto, as atividades propostas foram estruturadas de maneira a permitir que os alunos se engajassem ativamente nas discussões e na produção de materiais educativos. A dinâmica de trabalho em grupo foi fundamental para o sucesso do projeto, pois estimulou a colaboração e o desenvolvimento de competências sociais, como o respeito pelas opiniões dos outros e a negociação de ideias.

A realização de rodas de conversa foi uma das atividades mais impactantes, pois permitiu que os alunos compartilhassem suas experiências e refletissem sobre seus próprios comportamentos e crenças. As discussões não apenas ampliaram o entendimento dos alunos sobre a violência de gênero, mas também ajudaram a desconstruir estereótipos de gênero e preconceitos arraigados na sociedade.

5. RESULTADOS OBSERVADOS

O projeto “Violência Contra a Mulher: Educação para a Conscientização e o Enfrentamento” revelou uma série de resultados significativos que demonstram o impacto da metodologia de Educação Progressista e Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) na formação de cidadãos críticos e comprometidos com a justiça social.

5.1 Desenvolvimento do Pensamento Crítico

Uma das principais contribuições do projeto foi o fortalecimento do pensamento crítico entre os estudantes. Durante as atividades, especialmente nas rodas de conversa e debates, os alunos tiveram a oportunidade de questionar suas próprias visões sobre as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher. A análise crítica da Lei Maria da Penha, bem como a pesquisa sobre a violência doméstica e suas implicações, possibilitou aos estudantes não apenas o entendimento das questões jurídicas, mas também uma reflexão mais profunda sobre as condições sociais, culturais e psicológicas que perpetuam a violência.

A abordagem crítica se estendeu para os seminários e discussões em grupo, onde os estudantes foram desafiados a pensar em soluções práticas para combater a violência, além de refletirem sobre o papel da sociedade, da escola e dos indivíduos no enfrentamento do problema.

5.2 Fortalecimento da Consciência Cidadã

Ao integrar a educação progressista com temas tão relevantes e urgentes como a violência de gênero, o projeto teve um impacto direto na formação da consciência cidadã dos alunos. Eles não apenas adquiriram conhecimento sobre a violência contra a mulher e as leis de proteção, mas também se engajaram ativamente na promoção de direitos humanos e no enfrentamento de práticas discriminatórias. Esse engajamento foi evidenciado na criação de campanhas de conscientização, onde os alunos tiveram

a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos, transformando-os em ações concretas.

A participação de toda a comunidade escolar nas campanhas de conscientização e nos seminários também refletiu o fortalecimento do compromisso coletivo no enfrentamento da violência. A conscientização sobre a Lei Maria da Penha, as formas de apoio a vítimas de violência e a desnaturalização de comportamentos machistas tornaram-se temas centrais dentro da escola, levando os estudantes a se tornarem multiplicadores desse conhecimento em suas famílias e comunidades.

5.3 Ampliação das Competências Comunicativas

Outro resultado importante foi o desenvolvimento das competências comunicativas dos estudantes. Durante o projeto, os alunos foram desafiados a comunicar-se de diversas formas, tanto oralmente, nas rodas de conversa e seminários, quanto por meio de produções textuais e audiovisuais, como cartazes, vídeos e podcasts. Essas atividades permitiram que os estudantes aprimorassem suas habilidades de argumentação, redação e expressão verbal, habilidades fundamentais para a formação de cidadãos capazes de influenciar e transformar sua realidade.

Além disso, a produção de materiais educativos ofereceu aos estudantes a oportunidade de se expressar de maneira criativa, utilizando diferentes linguagens e meios de comunicação. Ao elaborar campanhas visuais e audiovisuais, os alunos puderam comunicar suas ideias de forma mais impactante e acessível, alcançando um público mais amplo.

5.4 Engajamento Comunitário

O projeto também foi eficaz em promover o engajamento comunitário. A realização de seminários e campanhas de conscientização abertas à comunidade escolar possibilitou a participação ativa de pais, professores e outros membros da comunidade. Isso não apenas fortaleceu a rede de apoio à causa, mas também proporcionou um ambiente de aprendizado coletivo,

onde todos os envolvidos puderam discutir, refletir e agir em conjunto no enfrentamento da violência contra a mulher.

O envolvimento da comunidade foi uma parte essencial do projeto, pois permitiu que as discussões sobre violência de gênero se ampliassem além dos muros da escola, atingindo um público mais diversificado e estimulando o debate público sobre o tema.

6. REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A PRÁTICA

Embora o projeto tenha alcançado resultados positivos, ele também revelou desafios que exigiram reflexões críticas sobre a prática pedagógica. Um dos principais obstáculos encontrados foi a resistência inicial de alguns alunos e membros da comunidade escolar, que apresentaram dificuldade em compreender a importância da temática ou resistiram à desconstrução de valores tradicionais enraizados. Esse fenômeno é comum quando se aborda questões tão sensíveis quanto a violência de gênero, que muitas vezes envolve concepções culturais e sociais profundamente arraigadas.

Além disso, a necessidade de suporte emocional e psicológico para os alunos durante as discussões sobre a violência de gênero foi um ponto de atenção. Muitos estudantes apresentaram emoções intensas ao se depararem com relatos e dados sobre violência doméstica, o que exigiu uma abordagem cuidadosa por parte dos educadores e profissionais da saúde escolar. Para o futuro, seria interessante incorporar profissionais especializados, como psicólogos, para fornecer o apoio necessário durante as atividades.

Outro desafio foi a adaptação de alguns conteúdos teóricos à realidade concreta dos estudantes. Embora a pesquisa e as discussões sobre a Lei Maria da Penha tenham sido enriquecedoras, alguns alunos encontraram dificuldades em entender a aplicação prática de determinadas disposições legais, especialmente aquelas que envolvem procedimentos formais de denúncia e proteção. Esse aspecto indicou a necessidade de incluir mais exemplos práticos e relatos de casos reais para que o conhecimento se tornasse ainda mais palpável e acessível.

Por fim, a resistência inicial de alguns alunos em discutir o tema da violência de gênero foi superada pela dinâmica participativa do projeto. A metodologia ativa e a abordagem prática, centrada na pesquisa e na criação de materiais educativos, foram essenciais para gerar o interesse dos estudantes e fomentar o engajamento nas atividades. A mudança de atitude ao longo do projeto foi evidente, com muitos alunos demonstrando maior conscientização e compromisso com a causa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Violência Contra a Mulher: Educação para a Conscientização e o Enfrentamento” demonstrou o potencial transformador da educação progressista, quando aliada a metodologias ativas como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP). A experiência revelou como a abordagem pedagógica, centrada na problematização e na ação prática, pode ser eficaz no desenvolvimento de habilidades críticas e cidadãs, essenciais para o enfrentamento da violência de gênero.

Os resultados observados indicam que a educação, quando voltada para temas sociais relevantes e urgentes, pode ter um impacto profundo na formação de jovens conscientes e engajados. Ao sensibilizar e mobilizar os estudantes para a reflexão crítica sobre a violência contra a mulher, o projeto contribuiu para a formação de sujeitos capazes de identificar e confrontar práticas discriminatórias, promovendo uma cultura de respeito e igualdade.

Este projeto destaca, ainda, a importância de se adotar uma abordagem pedagógica integrada, que não se limite ao ensino de conteúdos formais, mas que também aborde questões sociais e humanas de forma crítica e reflexiva. A integração de temas como a violência contra a mulher nos currículos escolares não só fortalece a cidadania, mas também prepara os jovens para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O sucesso do projeto, apesar dos desafios enfrentados, reforça a importância de continuar a investir em práticas pedagógicas que promovam a conscientização e a ação transformadora, contribuindo para a criação de uma sociedade mais inclusiva e sem violência.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. (2003). *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- DEWEY, J. (1916). *Democracy and Education*. New York: Macmillan.
- DEWEY, J. (1938). *Experience and Education*. New York: Macmillan.
- FREIRE, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HELEIETH I. B. Saffoti. (2004). *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Hooks, B. (2019). *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- KRAJCIK, J. S., & BLUMENFELD, P. C. (2006). Project-Based Learning. In R. K. Sawyer (Ed.), *The Cambridge Handbook of the Learning Sciences*.
- SAVIANI, D. (2008). *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.

QUANDO O JOGO VIRA RISCO: OS IMPACTOS DO USO EXCESSIVO DE GAMES NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DOS ADOLESCENTES

Soraia Leopoldino Ferreira de Moura¹

Resumo: O uso excessivo de jogos eletrônicos tem se tornado uma preocupação crescente na sociedade contemporânea, especialmente entre os adolescentes. O principal objetivo deste estudo é analisar os efeitos psicológicos adversos resultantes do uso excessivo de jogos eletrônicos entre adolescentes. Buscou-se identificar sintomas como ansiedade, depressão, isolamento social e outros distúrbios psicológicos associados a essa prática, além de entender como esses problemas afetam o desenvolvimento e o comportamento dos jovens. A justificativa para este estudo reside na crescente prevalência do uso excessivo de jogos eletrônicos entre adolescentes e nos potenciais riscos que essa prática representa para a saúde mental. Em conclusão, o impacto da exposição excessiva à tecnologia na adolescência pode causar danos e tem implicações significativas para o desenvolvimento emocional. Embora a tecnologia ofereça inúmeras oportunidades e benefícios, o uso excessivo e inadequado de dispositivos digitais pode levar a uma série de problemas emocionais e psicológicos.

Palavras-chave: Excesso. Jogos. Psicológico. Adolescentes.

IMPACT OF SOCIAL MEDIA ON SELF-ESTEEM

Abstract: The excessive use of electronic games has become a growing concern in contemporary society, especially among teenagers. The main objective of this study is to analyze the adverse psychological effects resulting from excessive use of electronic games among adolescents. The aim is to identify symptoms such as anxiety, depression, social isolation and other psychological disorders associated with this practice, in addition to understanding how these problems affect the development and behavior of young people. The justification for this study lies in the growing prevalence of excessive use of electronic games among adolescents and the potential risks that this practice poses to mental health. In conclusion, the impact of excessive exposure to technology in adolescence can cause harm and has significant implications for emotional development. Although technology offers

¹ Discente dos curso de Psicologia da FACDIN e Mestrado ProfEPT-IFGoiano.

countless opportunities and benefits, excessive and inappropriate use of digital devices can lead to a series of emotional and psychological problems.

Keywords: Excess. Games. Psychological. Teenagers.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a utilização excessiva de jogos eletrônicos como transtorno dos jogos eletrônicos (gaming disorder, em inglês), conforme Serqueira *et al.*, (2021). Esse transtorno é caracterizado por um padrão de comportamento em que a prática dos jogos é priorizada em detrimento de outras atividades e interesses, comprometendo a capacidade do indivíduo de controlar o tempo gasto jogando. Essa condição pode resultar em diversos problemas, incluindo impactos psicológicos, sociais e fisiológicos, entre outros.

O uso excessivo de jogos eletrônicos tem se tornado uma preocupação crescente na sociedade contemporânea, especialmente entre os adolescentes. Com o avanço da tecnologia e a crescente acessibilidade aos dispositivos digitais, os jogos eletrônicos se tornaram uma forma predominante de entretenimento. No entanto, essa prática excessiva pode levar a consequências negativas significativas para o bem-estar psicológico dos jovens. Este estudo tem como objetivo investigar os danos causados pelo uso excessivo de jogos eletrônicos no desenvolvimento psicológico dos adolescentes, compreendendo os mecanismos pelos quais esses impactos ocorrem e propondo possíveis estratégias de mitigação.

O principal objetivo deste estudo é analisar os efeitos psicológicos adversos resultantes do uso excessivo de jogos eletrônicos entre adolescentes. Busca-se identificar sintomas como ansiedade, depressão, isolamento social e outros distúrbios psicológicos associados a essa prática, além de entender como esses problemas afetam o desenvolvimento e o comportamento dos jovens.

A justificativa para este estudo reside na crescente prevalência do uso excessivo de jogos eletrônicos entre adolescentes e nos potenciais riscos que essa prática representa para a saúde mental. Compreender os

danos psicológicos causados por essa atividade é crucial para desenvolver intervenções eficazes e políticas de prevenção. Ademais, pais, educadores e profissionais de saúde precisam estar cientes dessas consequências para orientar e apoiar melhor os adolescentes em seu desenvolvimento saudável.

A metodologia adotada neste estudo foi a revisão bibliográfica, que envolve a análise de pesquisas e publicações relevantes sobre o tema (Gil, 2022). Foram selecionados artigos científicos e relatórios de organizações de saúde publicados entre 2017 e 2024, que abordam a relação entre o uso excessivo de jogos eletrônicos e os impactos psicológicos nos adolescentes de 12 a 18 anos. A revisão inclui estudos empíricos, revisões sistemáticas e meta-análises, oferecendo uma visão abrangente e atualizada dos danos causados por essa prática. A partir dessa análise, foi possível sintetizar o conhecimento existente e identificar lacunas na literatura que possam orientar futuras pesquisas.

Para uma compreensão mais profunda, é importante destacar que o conceito de adolescência é uma construção sócio-histórica. Isso significa que a definição e a experiência da adolescência podem variar conforme o tempo e o contexto cultural. Historicamente, a adolescência tem sido reconhecida como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizada por mudanças biológicas, cognitivas e sociais significativas. Esse período é marcado pelo desenvolvimento da identidade, pela busca de autonomia e pela maior influência dos pares, o que pode aumentar a vulnerabilidade a comportamentos de risco, como o uso excessivo de jogos eletrônicos.

A revisão bibliográfica focou-se em artigos científicos e relatórios de organizações de saúde relevantes, abrangendo diversas abordagens metodológicas e perspectivas teóricas. A seleção criteriosa de fontes publicadas entre 2017 e 2024 garantiu a inclusão de pesquisas contemporâneas que refletem os desenvolvimentos recentes no campo. Estudos empíricos forneceram dados quantitativos e qualitativos sobre os efeitos dos jogos eletrônicos, enquanto revisões sistemáticas e meta-análises sintetizaram os achados de múltiplas pesquisas, oferecendo insights robustos e generalizáveis.

Ao identificar as lacunas na literatura, este estudo não apenas consolidou o conhecimento atual sobre os impactos psicológicos dos jogos eletrônicos em adolescentes, mas também destacou áreas que necessitam de investigação adicional. Isso é crucial para desenvolver intervenções eficazes e políticas públicas que promovam o uso saudável da tecnologia entre os jovens, mitigando os riscos associados ao seu uso excessivo.

1. O IMPACTO NEGATIVO DA TECNOLOGIA

A tecnologia tem o potencial de transformar o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando novas oportunidades e melhorias para as crianças e adolescentes. A incorporação de dispositivos tecnológicos e o acesso à Internet permite o uso de recursos online, promovendo interatividade. Isso possibilita uma aprendizagem mais personalizada e adaptada (Santos & Barros, 2018).

Os aspectos negativos relacionados ao uso excessivo da tecnologia são variados e abrangentes. O uso prolongado de dispositivos eletrônicos, como smartphones e computadores, pode levar a problemas de saúde física, como dor no pescoço, ombros e costas devido à má postura, além de problemas oculares, como fadiga ocular e visão embaçada (Souza, 2023).

O tempo excessivo gasto em atividades sedentárias, como assistir televisão ou jogar videogames, está associado a um maior risco de obesidade, especialmente em crianças e adolescentes. O uso exagerado pode ter efeitos negativos na saúde mental, incluindo aumento do estresse, ansiedade, depressão e isolamento social. O vício em tecnologia também pode levar a problemas de saúde mental, como dependência de internet e dificuldade em controlar o uso de dispositivos eletrônicos (Santos & Barros, 2018).

O uso excessivo da tecnologia pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, especialmente em crianças e adolescentes, que podem passar menos tempo interagindo pessoalmente com amigos e familiares e mais tempo em frente a telas (Pereira, 2022).

O constante acesso a dispositivos eletrônicos pode levar à distração e redução da produtividade, especialmente no ambiente de trabalho ou estudo, onde a multitarefa pode interferir na capacidade de concentração e desempenho (Souza, 2023).

O uso da tecnologia também apresenta riscos de segurança e privacidade, incluindo a exposição a conteúdos inapropriados, cyberbullying, roubo de identidade e violações de dados pessoais (Silva, 2019).

Enquanto a tecnologia oferece inúmeras vantagens e benefícios, é importante reconhecer e mitigar os aspectos negativos associados ao seu uso excessivo, promovendo um equilíbrio saudável no uso de dispositivos eletrônicos e adotando práticas seguras e responsáveis ao utilizar a tecnologia (Paiva; Costa, 2015).

Além disso, a tecnologia supera barreiras geográficas e socioeconômicas, permitindo o acesso ao conhecimento de forma ampla e democratizada. No entanto, é importante destacar os desafios e preocupações relacionados ao uso excessivo da tecnologia. A segurança e privacidade dos dados dos adolescentes também devem ser cuidadosamente protegidas (Dias, 2019).

Apesar dos desafios, estudos e pesquisas têm demonstrado o impacto positivo da tecnologia. Há evidências de melhorias no desempenho acadêmico, aumento do engajamento de alunos e preparação para um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico. O impacto da tecnologia é inegável, pois abre caminhos para uma aprendizagem mais dinâmica, inclusiva e personalizada. No entanto, é fundamental que seu uso seja feito de maneira planejada e equilibrada, visando maximizar os benefícios e enfrentar os desafios para garantir uma educação de qualidade e adaptada às demandas da sociedade atual (De Barros *et al.*, 2021).

Estudos, como o de De Barros *et al.*, (2021), destacam que o uso excessivo de smartphones pode estar associado a uma série de problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade, distúrbios do sono e comprometimento cognitivo. O constante acesso a conteúdos digitais, juntamente com a exposição prolongada às telas, pode contribuir para um aumento do estresse, da sobrecarga cognitiva e da dificuldade em desconectar-se do mundo digital, prejudicando assim o bem-estar emocional e psicológico das pessoas.

Portanto, é fundamental adotar uma abordagem equilibrada no uso da tecnologia, reconhecendo os benefícios que ela pode trazer, ao mesmo tempo em que se estabelecem limites saudáveis para o tempo de tela e se

promovem atividades offline que favoreçam o bem-estar emocional e o equilíbrio mental. Ao fazer isso, podemos maximizar os aspectos positivos da tecnologia enquanto mitigamos os possíveis impactos negativos sobre a saúde mental e o bem-estar geral das pessoas (Santos & Barros, 2018).

Para Santos & Barros (2018), o excesso de tecnologia pode acarretar uma série de transtornos e doenças, afetando não apenas a saúde física, mas também a saúde mental das pessoas. O uso excessivo de dispositivos tecnológicos, como smartphones, tablets e computadores, pode contribuir para o desenvolvimento de uma variedade de problemas, incluindo obesidade, déficit de atenção, transtorno bipolar, psicose, ansiedade e até mesmo comportamentos agressivos. Além disso, a chamada “demência digital”, caracterizada pela perda de habilidades cognitivas devido ao uso excessivo de tecnologia, é uma preocupação crescente (Tumeleiro *et al.*, 2018).

Em particular, o uso excessivo da internet tem sido associado a uma série de psicopatologias, embora ainda existam lacunas na literatura sobre o assunto. Termos como dependência de internet, uso abusivo de internet, uso patológico de internet e dependência virtual são usados para descrever esse fenômeno, como observado por Tumeleiro *et al.* (2018).

Portanto, é fundamental reconhecer os potenciais riscos associados ao uso excessivo de tecnologia e implementar estratégias para promover um equilíbrio saudável no uso desses dispositivos. Isso inclui estabelecer limites adequados para o tempo de tela, praticar o uso consciente da tecnologia e buscar alternativas saudáveis de entretenimento e interação social que não dependam exclusivamente do mundo digital. Ao fazê-lo, podemos ajudar a proteger nossa saúde física e mental em um mundo cada vez mais tecnológico.

2. OS JOGOS NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DOS ADOLESCENTES

Um estudo realizado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) demonstrou que 85% dos adolescentes brasileiros entre 12 e 14 anos jogam videogame, posicionando o país entre os líderes globais no tempo de uso de consoles. Este comportamento tem atraído aten-

ção significativa devido aos potenciais efeitos negativos na saúde mental dos jovens (OMS, 2018).

O termo Internet Gaming Disorder (IGD) foi introduzido pelo DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição) na seção de “condições que merecem mais estudos”, refletindo a crescente preocupação com o impacto dos jogos eletrônicos na saúde mental dos indivíduos. Este transtorno é caracterizado pelo uso compulsivo de jogos online, que leva a prejuízos significativos na vida pessoal, social, acadêmica ou ocupacional do indivíduo (Breda *et al.*, 2014). Para que o diagnóstico de IGD seja confirmado, é necessário que a pessoa apresente cinco ou mais dos seguintes sintomas ao longo de um período de 12 meses, segundo Breda *et al.*, (2014):

- Preocupação com jogos - pensar constantemente em jogos, mesmo quando não está jogando;
- Sintomas de abstinência - sentir irritabilidade, ansiedade ou tristeza quando não pode jogar;
- Tolerância - necessidade de passar cada vez mais tempo jogando para sentir a mesma satisfação;
- Tentativas mal-sucedidas de controlar a participação em jogos - não conseguir reduzir ou parar de jogar, apesar de tentar;
- Perda de interesse em outras atividades - redução ou abandono de hobbies, atividades de lazer e relacionamentos em favor dos jogos;
- Continuação do jogo apesar dos problemas - continuar jogando apesar de reconhecer os problemas causados ou agravados pelo jogo;
- Engano sobre a quantidade de tempo gasto jogando - mentir para familiares ou terapeutas sobre a quantidade de tempo dedicada aos jogos;
- Uso dos jogos como escape ou alívio de humor - recorrer aos jogos para aliviar sentimentos negativos, como culpa, ansiedade ou depressão;
- Comprometimento das relações e oportunidades - sacrificar relacionamentos, oportunidades educacionais ou ocupacionais por causa do jogo.

Além do DSM-5, a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da Organização Mundial da Saúde (OMS) também reconheceu o trans-

torno do jogo (Gaming Disorder) como uma condição de saúde mental. A CID-11 descreve essa condição como um padrão persistente ou recorrente de comportamento de jogo, tanto online quanto offline, que se manifesta em três aspectos principais, segundo a OMS (2018):

- Controle prejudicado sobre o jogo - dificuldade em controlar o início, frequência, intensidade, duração e término do jogo;
- Prioridade crescente dada ao jogo sobre outras atividades - o jogo assume prioridade sobre outros interesses e atividades diárias;
- Continuidade do jogo apesar das consequências negativas - persistência ou aumento do comportamento de jogo, mesmo diante de repercussões negativas em diversas áreas da vida, como pessoal, familiar, social, educacional ou ocupacional.

Estudos como os de Breda *et al.*, (2014), têm demonstrado que o IGD pode levar a uma série de consequências negativas na saúde mental, incluindo aumento dos níveis de ansiedade, depressão e isolamento social. A dependência de jogos pode resultar em um ciclo vicioso, onde os indivíduos buscam nos jogos uma forma de lidar com seus problemas emocionais, ao mesmo tempo em que esses problemas se agravam devido ao uso excessivo dos jogos. Além disso, o impacto nos relacionamentos pessoais e no desempenho acadêmico ou profissional pode ser devastador, criando um ambiente de stress e insatisfação contínuos.

Recentemente, vários estados americanos processaram a empresa META, responsável pelo Facebook e Instagram, alegando que suas plataformas viciam jovens. Em resposta, a META afirmou seu compromisso com a segurança dos adolescentes, introduzindo mais de trinta ferramentas para esse fim (Dias, 2019).

O uso excessivo de jogos eletrônicos expõe crianças e adolescentes a uma grande quantidade de informações, para as quais muitas vezes não estão preparados psicologicamente, ou não possuem o discernimento necessário para processá-las adequadamente (Paiva; Costa, 2015).

Por outro lado, alguns estudiosos sugerem que os jogos digitais podem trazer benefícios significativos para a saúde mental e física além de potencialmente melhorar o desempenho acadêmico de crianças e adoles-

centes. Esses jogos podem ser utilizados como ferramentas para aprimorar a coordenação motora, a memória, assim como para auxiliar na superação de dificuldades de leitura, escrita e matemática (Silva, 2016).

Para tratar o transtorno do jogo, a terapia cognitivo-comportamental tem se mostrado uma abordagem eficaz. O diagnóstico de *gaming disorder* requer uma avaliação inicial completa e detalhada, considerando as diversas áreas da vida do indivíduo, incluindo características de personalidade, nível de inteligência e social, e possíveis comorbidades clínicas (Breda *et al.*, 2014).

Comportamentos indicativos de dependência incluem a negligência de atividades sociais e cotidianas em favor dos jogos, o que pode afetar o humor e a saúde física do indivíduo (Dias, 2019).

Além disso, o apoio familiar é crucial para a identificação de gatilhos e a manutenção de limites saudáveis no uso dos jogos (Pirroca, 2012). O envolvimento da família pode proporcionar um ambiente de suporte, essencial para o sucesso do tratamento.

Os jogos eletrônicos têm se tornado uma parte central da vida de muitos adolescentes, trazendo consigo uma série de implicações para o desenvolvimento psicológico. Estudos indicam que, embora os jogos possam oferecer benefícios, como melhoria na coordenação motora e no pensamento estratégico, o uso excessivo pode resultar em consequências adversas para a saúde mental dos jovens (Gentile *et al.*, 2011). A análise dos efeitos psicológicos dos jogos eletrônicos é, portanto, essencial para compreender como equilibrar seus benefícios e riscos.

Estudos recentes mostram que adolescentes que passam tempo excessivo jogando podem sofrer de uma variedade de problemas psicológicos, incluindo ansiedade, depressão e isolamento social (Przybylski & Weinstein, 2019). O isolamento social é particularmente preocupante, pois os adolescentes podem preferir interações virtuais em detrimento das interações sociais face a face, o que pode afetar negativamente suas habilidades sociais e emocionais (Lobel *et al.*, 2017).

Um aspecto crítico do uso excessivo de jogos eletrônicos é o impacto no desempenho acadêmico dos adolescentes. Pesquisas indicam que o tempo excessivo dedicado aos jogos pode levar a uma diminuição no ren-

dimento escolar, com os estudantes muitas vezes sacrificando tempo de estudo para jogar (Adelantado-Renau *et al.*, 2019). A falta de sono, frequentemente associada ao uso noturno dos jogos, também contribui para a diminuição do desempenho acadêmico e para problemas de atenção durante as aulas.

Jogos que desafiam a mente dos adolescentes a resolver quebra-cabeças, encontrar soluções estratégicas e tomar decisões rápidas podem ter um impacto positivo na memória e na atenção. De acordo com Granic, Lobel e Engels (2014), jogos que exigem o uso de memória de trabalho, reconhecimento de padrões e resolução de problemas podem fortalecer essas habilidades cognitivas essenciais.

Segundo Fernandes (2011), é importante salientar que há o Impacto emocional e comportamental desses adolescentes. Oliveira (2019), explora como os jogos eletrônicos podem influenciar a saúde mental dos adolescentes, examinando tanto os efeitos positivos quanto os potenciais problemas associados ao uso excessivo ou inadequado desses jogos.

Embora o uso excessivo de jogos eletrônicos possa trazer prejuízos ao desenvolvimento dos adolescentes, há evidências robustas de que, quando utilizados de forma moderada e direcionada, esses jogos podem oferecer benefícios significativos para a educação e o desenvolvimento cognitivo. Pesquisas indicam que jogos educativos e de estratégia podem ser ferramentas valiosas no aprimoramento de várias habilidades cognitivas e sociais (Velez, Mahood & Moyer-Gusé, 2014).

A terapia cognitivo-comportamental tem sido uma abordagem eficaz no tratamento da dependência de jogos eletrônicos. Esta terapia ajuda os indivíduos a identificar e modificar padrões de pensamento e comportamento negativos associados ao uso excessivo de jogos (King *et al.*, 2017). Técnicas como psicoeducação, higiene do sono, e terapia de realidade virtual têm sido implementadas com sucesso para ajudar os adolescentes a reduzir o tempo de jogo e desenvolver hábitos mais saudáveis (Zajac *et al.*, 2017).

Além dos benefícios cognitivos, jogos eletrônicos que envolvem interação social podem ser especialmente eficazes no desenvolvimento de habilidades sociais e na promoção do trabalho em equipe. Jogos multi-

player online, que exigem cooperação e comunicação eficaz para atingir objetivos comuns, são exemplos notáveis dessa categoria. Velez, Mahood e Moyer-Gusé (2014) destacam que tais jogos podem ajudar os adolescentes a desenvolver habilidades importantes como:

- **Comunicação Eficaz:** Jogos como Fortnite e Overwatch exigem que os jogadores se comuniquem de forma clara e eficiente para coordenar ações e estratégias, o que pode melhorar suas habilidades de comunicação verbal e escrita.

- **Trabalho em Equipe:** Muitos jogos online são baseados em equipes, onde os jogadores devem colaborar estreitamente para alcançar objetivos comuns. Esta experiência pode ensinar aos adolescentes a importância da colaboração, do compromisso e da confiança mútua.

- **Empatia e Resolução de Conflitos:** Interações sociais em jogos também podem promover a empatia e a capacidade de resolver conflitos. Jogadores frequentemente precisam entender e responder às perspectivas e emoções de outros jogadores, o que pode fortalecer suas habilidades de resolução de conflitos e promover um comportamento mais empático.

O papel da família no gerenciamento do uso de jogos eletrônicos pelos adolescentes é fundamental. O apoio e a supervisão dos pais podem ajudar a estabelecer limites saudáveis e a monitorar os sinais de uso problemático (Paiva & Costa, 2015). Estudos mostram que adolescentes que mantêm uma comunicação aberta com seus pais sobre o uso de jogos tendem a desenvolver uma relação mais equilibrada com os jogos (Nikken & Jansz, 2006).

Frigotto (2015), recomenda que pais e educadores orientem os jovens sobre o uso equilibrado da tecnologia, promovendo atividades alternativas que incentivem o desenvolvimento físico e social. Ele defende que as escolas devem integrar discussões sobre os riscos e benefícios dos jogos digitais, ajudando os adolescentes a desenvolver uma relação saudável com a tecnologia.

Além disso, programas educacionais que ensinam os adolescentes sobre os riscos do uso excessivo de jogos e promovem habilidades de autogestão são essenciais. Essas iniciativas podem incluir workshops em

escolas que abordem o gerenciamento do tempo, o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, e a promoção de atividades alternativas (Domoff *et al.*, 2019). A educação sobre o uso saudável da tecnologia é uma ferramenta poderosa para prevenir o desenvolvimento de comportamentos problemáticos.

Saviani (2013), também aborda como o uso excessivo de jogos pode prejudicar o desempenho acadêmico. Ele argumenta que o tempo gasto jogando muitas vezes reduz o tempo disponível para os estudos, o que pode levar a um baixo desempenho escolar. Além disso, a falta de controle parental e a supervisão inadequada podem agravar esses problemas.

Embora os jogos eletrônicos possam oferecer benefícios significativos, o uso excessivo pode levar a uma série de problemas psicológicos nos adolescentes. A compreensão desses impactos e a implementação de estratégias de mitigação são essenciais para garantir que os adolescentes possam desfrutar dos jogos de maneira saudável e equilibrada. A colaboração entre pais, educadores e profissionais de saúde é crucial para apoiar os jovens na navegação do mundo digital de forma segura e benéfica (Lobel *et al.*, 2017).

Adolescentes que passam muitas horas jogando tendem a apresentar sintomas de ansiedade e depressão mais elevados do que seus pares que não jogam ou jogam moderadamente. Além disso, a exposição prolongada a ambientes de jogos que muitas vezes envolvem violência e competição extrema pode aumentar os níveis de agressividade e reduzir a empatia e a sensibilidade aos sentimentos dos outros (Zajac *et al.*, 2017).

Outro aspecto crítico é o impacto nos relacionamentos sociais e na habilidade de interação dos adolescentes. O tempo gasto em jogos eletrônicos muitas vezes é em detrimento das interações sociais reais, levando ao isolamento social. Esse isolamento pode dificultar o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais, como comunicação, resolução de conflitos e construção de relacionamentos saudáveis. Em muitos casos, adolescentes que são viciados em jogos preferem interações virtuais e podem encontrar dificuldades significativas ao tentar se engajar em atividades sociais fora do ambiente digital, aumentando o risco de solidão e exclusão social (Domoff *et al.*, 2019).

A performance acadêmica dos adolescentes também pode ser negativamente afetada pelo uso excessivo de jogos eletrônicos. A dedicação de tempo excessivo aos jogos pode levar à negligência das responsabilidades escolares e à redução do tempo disponível para estudos e atividades educativas. Estudos, como o realizado por Adelantado-Renau *et al.*, (2019), mostram que há uma associação entre o tempo de uso de mídias eletrônicas e um desempenho acadêmico inferior. A falta de sono, comumente observada entre os adolescentes que jogam por longas horas durante a noite, também contribui para a redução da concentração, memória e capacidade cognitiva, prejudicando ainda mais o rendimento escolar.

Finalmente, o uso excessivo de jogos eletrônicos pode levar ao desenvolvimento de comportamentos aditivos. A natureza envolvente e frequentemente recompensadora dos jogos pode causar um ciclo de dependência, onde o adolescente busca constantemente a gratificação imediata proporcionada pelos jogos, em detrimento de outras atividades. Breda *et al.*, (2014) destacam que a dependência de jogos eletrônicos pode ser comparável a outras formas de dependência comportamental, como o vício em internet, necessitando, em muitos casos, de intervenção profissional para ajudar o adolescente a recuperar o equilíbrio em sua vida cotidiana.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento dos adolescentes, mas é importante garantir um uso equilibrado e responsável. Ao limitar o tempo de tela, promover atividades offline e dialogar com esses jovens sobre seus sentimentos, pode proteger o desenvolvimento emocional deles e ajudá-los a construir uma relação saudável com a tecnologia.

O desenvolvimento emocional na infância é complexo e é influenciado por diversos fatores. As primeiras experiências da criança com seus pais, cuidadores e outros membros da família são cruciais para a formação de sua base emocional.

Em conclusão, o impacto da exposição excessiva à tecnologia na adolescência pode causar danos e tem implicações significativas para o

desenvolvimento emocional. Embora a tecnologia ofereça inúmeras oportunidades e benefícios, o uso excessivo e inadequado de dispositivos digitais pode levar a uma série de problemas emocionais e psicológicos.

O aumento do tempo de tela está associado a uma série de desafios, incluindo sedentarismo, distúrbios do sono, problemas de atenção e concentração, dificuldades de interação social e impactos negativos na saúde mental das crianças. Além disso, o acesso constante a conteúdos digitais pode expor as crianças a experiências inadequadas ou prejudiciais, afetando sua percepção do mundo e seu desenvolvimento emocional.

É essencial que os pais, cuidadores e educadores estejam cientes dos efeitos potenciais do uso excessivo de tecnologia e estabeleçam limites adequados para o tempo de tela dos adolescentes. Promover uma abordagem equilibrada e saudável ao uso da tecnologia, incentivando atividades offline, interações sociais significativas e tempo ao ar livre, pode ajudar a mitigar os impactos negativos na saúde emocional.

Além disso, é importante fornecer orientação e apoio no uso responsável da tecnologia, ensinando habilidades de autorregulação e promovendo uma consciência crítica em relação ao conteúdo online.

É importante salientar que, o uso moderado e intencional de jogos eletrônicos pode oferecer inúmeros benefícios para o desenvolvimento educacional e cognitivo dos adolescentes. Desde a melhoria da memória e da atenção até o desenvolvimento de habilidades sociais e de resolução de problemas, os jogos têm o potencial de ser ferramentas poderosas no contexto educacional. É crucial, portanto, que pais, educadores e profissionais da saúde reconheçam e aproveitem esses benefícios, promovendo um uso equilibrado e saudável dos jogos eletrônicos.

Portanto, o estudo de revisão bibliográfica com autores atuais, destaca a necessidade de estratégias eficazes para mitigar esses danos. Intervenções devem ser desenvolvidas para promover um uso equilibrado dos jogos eletrônicos, enfatizando a importância do tempo limitado de tela e incentivando atividades físicas, sociais e educacionais alternativas.

Os resultados deste estudo também sugerem a importância de programas educacionais que informem os adolescentes sobre os riscos do uso excessivo de jogos e forneçam ferramentas para autogestão e autocon-

trole. Escolas e comunidades podem desempenhar um papel vital na promoção de hábitos de vida saudáveis e no apoio ao bem-estar mental dos jovens.

REFERÊNCIAS

ADELANTADO-RENAU, M. *et al.* Association between screen media use and academic performance among children and adolescents: A systematic review and meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, v. 173, n. 11, p. 1058-1067, 2019.

ADELANTADO-RENAU, M.; MOLINER-URDIALES, D.; CAVERO-REDONDO, I.; BELTRAN-VALLS, M. R.; MARTÍNEZ-VIZCAÍNO, V.; ÁLVAREZ-BUENO, C. Association between screen media use and academic performance among children and adolescents: A systematic review and meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, v. 173, n. 11, p. 1058-1067, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5. ed. 2013.

BREDA, V. C. T.; PICON, F. A.; MOREIRA, L. M.; SPRITZER, D. T. Dependência de Jogos Eletrônicos em Crianças e Adolescentes. *Revista Bras Psico*. Porto Alegre, v.16, n.1, p. 53-67, 2014.

DE BARROS, Erika Costa Barreto Monteiro *et al.* *O impacto da dependência tecnológica em crianças e adolescentes no processo de ensino e aprendizagem escolar*. Editora Chefe. 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO__EV174_MD1_ID15409_TB3073_10082022171647.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2024.

DIAS, Junio A. *O impacto da prática de jogos eletrônicos na saúde dos adolescentes*. Brasília, 2019.

DOMOFF, S. E.; FOLEY, R. P.; FERKEL, R. Addictive phone use and academic performance in adolescents. *Human Behavior and Emerging Technologies*, v. 1, n. 2, p. 117-124, 2019.

FERNANDES, L. R. A. Os Impactos Psicológicos dos Jogos Eletrônicos em Adolescentes: Uma Revisão Crítica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 89, n. 223, p. 225-243, 2011.

FRIGOTTO, G. A Influência dos Jogos Digitais no Desenvolvimento Psicológico dos Adolescentes. *Cadernos de Psicologia Social*, v. 22, n. 2, p. 178-192, 2015.

GENTILE, D. A. *et al.* Pathological video game use among youths: A two-year longitudinal study. *Pediatrics*, v. 127, n. 2, p. e319-e329, 2011.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRANIC, I.; LOBEL, A.; ENGELS, R. C. The benefits of playing video games. *American Psychologist*, v. 69, n. 1, p. 66-78, 2014.

KING, D. L. *et al.* Policy and prevention approaches for disordered and hazardous gaming and Internet use: an international perspective. *Prevention Science*, v. 18, n. 2, p. 233-249, 2017.

LOBEL, A. *et al.* Video gaming and children's psychosocial wellbeing: A longitudinal study. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 46, p. 884-897, 2017.

NIKKEN, P.; JANSZ, J. Parental mediation of children's videogame playing: A comparison of the reports by parents and children. *Learning, Media and Technology*, v. 31, n. 2, p. 181-202, 2006.

OMS, *Exploring the prevalence of gaming disorder and Internet gaming disorder: a rapid scoping review*. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/addictive-behaviours-gaming-disorder>. Acesso em 23 de junho de 2024.

OLIVEIRA, A. L. M. Jogos Eletrônicos e Saúde Mental: Uma Análise das Consequências Psicológicas para Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 26, n. 1, p. 98-115, 2019.

PAIVA, M. P.; COSTA, L. O. Os efeitos dos jogos eletrônicos na saúde mental dos adolescentes. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 15, n. 3, p. 307-318, 2015.

PIRROCA, Caroline. *Dependência de internet, definição e tratamentos: revisão sistemática da literatura*. 2012. Monografia (Especialista em Terapia Cognitiva e Comportamental) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2012.

PRZYBYLSKI, A. K.; WEINSTEIN, N. Digital screen time limits and young children's psychological well-being: Evidence from a population-based study. *Child Development*, v. 90, n. 1, p. e56-e65, 2019.

SAVIANI, D. O Uso Excessivo de Jogos Digitais e Seus Efeitos na Psicologia dos Jovens: Perspectivas Educacionais e Psicológicas. *Educação e Sociedade*, v. 34, n. 125, p. 1015-1032, 2013.

SERQUEIRA, C. F. C; TONO, C. C. P e BERNARTT, R. M. *Dependência tecnológica e os fatores de risco e proteção de crianças e adolescentes*. Curitiba: PUCPRESS, 2021.

SILVA, B. I. *Jogos Eletrônicos como ferramenta de ensino-aprendizagem nas aulas de educação física: Desafios e possibilidades*. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/bitstream/riueg/705/2/MG796%200013-2021.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2024.

SILVA, M. T.; RODRIGUES, C. C.; PICOLO, L. P. Intervenções terapêuticas para o transtorno do jogo na adolescência. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 14, n. 1, p. 29-38, 2018.

SOUZA, Karlla; DA CUNHA, Mônica Ximenes Carneiro. Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, v. 3, n. 3, p. 204. 2019.

TUMELEIRO, Lucas Franco *et al.*, Dependência de internet: um estudo com jovens do último ano do ensino médio. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 11, n. 2, p. 279-293. 2018.

TERTÚLIA

Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica
Publicação da Faculdade Dinâmica - Santa Terezinha de Goiás - GO
Todos direitos reservados @ Faculdade Dinâmica



Av. Dona Dita, s/n - Setor Júlio Venâncio
CEP: 76.500-000 - Santa Terezinha - Goiás
Fone: (63) 3339-6004